

**ELIANA APARECIDA JORGE PIRES**

**MARCAS HISTÓRICO-LINGÜÍSTICAS PRESENTES NO *REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUZA*, ESCRITO NO SÉCULO XVI, NA CORTE DE DOM JOÃO III (1521-1557)**

**MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO/SP  
São Paulo - 2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ELIANA APARECIDA JORGE PIRES**

**MARCAS HISTÓRICO-LINGÜÍSTICAS PRESENTES NO *REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUZA*, ESCRITO NO SÉCULO XVI, NA CORTE DE DOM JOÃO III (1521-1557)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação Do **Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento**.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO/SP  
São Paulo – 2006**

**Banca examinadora**

---

---

---

## **DEDICATÓRIA**

A meus filhos, Amanda e Iago, pelo amor incondicional que me dedicam e que alicerça minha vida, aos meus pais Raul e Aparecida que me ensinaram a viver com dignidade e me incentivaram a lutar pelos meus ideais.

A minha querida irmã e amiga Rosemary pelo carinho e incentivo em todos os momentos mais difíceis.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a Deus e aos amigos espirituais sempre presentes nos momentos mais difíceis, ajudando-me em mais uma etapa importante de minha vida.

Ao Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento, orientador e amigo pela dedicação e sugestões que me abriram caminhos para a realização deste trabalho.

À banca examinadora Professora Doutora Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos e Professor Doutor Edeval Silveira pelas preciosas contribuições, quando do exame de qualificação.

Aos professores da pós-graduação, que me abriram os horizontes para que pudesse concluir essa etapa de estudos.

Aos colegas do Programa, por dividirem experiências e conquistas.

À amiga Lourdes, secretária do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, por sua atenção e ajuda no cumprimento das exigências administrativas.

À querida amiga Eliane Junqueira, bibliotecária da Casa de Portugal, que não mediu esforços em auxiliar-me nas pesquisas.

À CAPES, pela ajuda financeira.

## RESUMO

O tema desta dissertação é o estudo de *marcas histórico-lingüísticas presentes no Regimento de Tomé de Souza, produzido no século XVI, na corte de Dom João III* e objetiva examinar no documento selecionado as marcas lingüísticas que o organizam e que lhe confere um valor jurídico e histórico-cultural.

No decorrer de nossa pesquisa, o enfoque historiográfico dado representou-nos a possibilidade de constante reflexão sobre os fatos histórico-lingüísticos sempre sob novos pontos de vista. Adotamos os pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia Lingüística por considerá-la com um duplo ponto de vista, uma vez que pretende descrever e explicar o saber lingüístico, tomando o documento escrito, como um espaço onde se pode chegar ao conhecimento do histórico e do social.

Para que os objetivos formulados na pesquisa se concretizassem, contemplamos o Regimento com um olhar particular, inserindo-o em um contexto determinado de produção, no sentido de subsidiar a análise historiográfica que prevê uma dimensão lingüística e outra histórica. No processo de análise, observamos que os aspectos políticos, sociais e culturais revelam, no interior do documento, marcas histórico-contextuais e, a partir de elementos lingüísticos imanentes, tais como, a ortografia e outros aspectos lingüísticos que caracterizam o português em uso no século XVI.

O fato de termos tomado a língua como historicamente constituída impulsionou-nos a delimitá-la ao Regimento de Tomé de Souza que, para nossos propósitos caracteriza-se como um documento revelador de aspectos do homem e da língua portuguesa naquele século. Por meio do Regimento, pudemos depreender dados histórico-lingüísticos presentes no contexto em que foi produzido e perceber que, àquela época, a língua portuguesa destaca-se como um marco divisório da fase arcaica para a moderna.

## ABSTRACT

The theme of this dissertation is the study of *historic-linguistic marks in Tomé de Souza's Regiment, produced in the XVI century, during the court of Dom João III*. This study aims to examine in the above mentioned document the linguistic marks that organize and give it a legal and historic-cultural value.

During our research, the historiographic focus we developed represented the possibility of constant reflection about the historic-linguistic facts under new points of view. We adopted the theoretical-methodological presuppositions of the Linguistic Historiography for its double point of view, once that intends to describe and to explain the linguistic knowledge, based on the written document, as a space to get historic and social knowledge.

We observed the Regiment under a very specific view, inserted in a determined context of production, to subsidize the historiographic analysis that presupposes a linguistic and a historic dimension, so that the objectives formulated for this research could be accomplished. In the course of the analysis process, we also observed that the political, social and cultural aspects demonstrate, in the document, historic-contextual marks, from immanent linguistic elements, such as the spelling and other linguistic aspects that characterize the Portuguese in use in the XVI century.

The fact of considering the language as historically constituted impelled us to restrict it to Tomé de Souza's Regiment, which, for our purposes, is characterized as a revealing document of the human being aspects and the Portuguese language in that century. By means of the Regiment, we could notice historic-linguistic data in the context it was produced, and realize that, to that time, the Portuguese language highlights as a border line between the archaic and the modern period.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

### **CAPÍTULO I – A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA: UM NOVO PARADIGMA NA CIÊNCIA**

1.1. O paradigma da cientificidade.....	04
1.1.1. A Lingüística e seus precedentes.....	07
1.1.2. A História como ciência.....	12
1.1.3. Mudança Lingüística.....	16
1.2. A Historiografia Lingüística.....	19
1.2.1. A Historiografia Lingüística: concepção e princípios.....	19
1.2.2. Metalinguagem.....	21
1.2.3. O documento em Historiografia Lingüística.....	22

### **CAPÍTULO II – PORTUGAL E BRASIL NO SÉCULO XVI**

2.1 O contexto histórico-social de Portugal no século XVI.....	25
2.1.1 A língua portuguesa nas gramáticas portuguesas do século XVI.....	28
2.1.2 A gramática de Fernão de Oliveira.....	29
2.1.3 A Gramática de João de Barros.....	31
2.2 O contexto histórico-social do Brasil no século XVI.....	33
2.2.1 A Língua portuguesa no Brasil no século XVI.....	37
2.3 O autor do regimento de Tomé de Souza: D. João III .....	41
2.3.1 Governador-geral do Brasil : Tomé de Souza.....	42

### **CAPÍTULO III – A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E HISTÓRICO- LINGÜÍSTICA DO REGIMENTO DADO AO GOVERNADOR-GERAL**

3.1 O regimento de Tomé de Souza .....	46
3.1.1 O documento e a realidade brasileira.....	65
3.1.2 Fixação da Bahia como sede do Governo-geral.....	68

3.1.3	As providências contidas no regimento.....	76
3.1.4	O estatuto jurídico do documento regimento.....	82
3.1.5	O Regimento e o caráter divino do governo do rei.....	84
3.2	A língua Portuguesa no Regimento.....	89
3.2.1	A ortografia.....	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>102</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>		<b>105</b>
<b>Anexos.....</b>		<b>110</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por tema o estudo de marcas histórico-lingüísticas presentes no Regimento de Tomé de Souza, produzido no século XVI, na corte de Dom João III, e de sua designação como a primeira Constituição do Brasil.

O objetivo geral da pesquisa é examinar no documento selecionado as marcas histórico-lingüísticas que o organizam e que o classificam como a primeira Constituição do Brasil e por objetivo específico, identificar no Regimento as influências históricas e as marcas lingüísticas, que confere ao documento um valor jurídico e histórico – cultural.

Nosso estudo se insere nos postulados teóricos da Historiografia Lingüística, os quais são tratados por meio de princípios propostos por Konrad Koerner (1996:60), são eles a Contextualização, que apresenta as teorias lingüísticas de períodos mais antigos, estabelecendo o “clima de opinião” do período em que se desenvolveram, a Imanência, tentativa de estabelecer um completo entendimento do texto, tanto crítico como histórico e a Adequação, aproximações modernas de elementos extraídos do documento em análise.

Nossa pesquisa visa à língua em uso no Brasil dentro do período em questão, e toma como objeto de análise um documento histórico de grande importância para a História administrativa e lingüística do Brasil. Sendo, pois, o Regimento de Tomé de Souza o registro de um dado momento, assume um caráter histórico-lingüístico aberto à compreensão de nossa realidade.

A Historiografia Lingüística, entendida como um campo de estudos que busca descrever e explicar o desenvolvimento da língua, inserindo-a em um contexto histórico em meio ao diálogo com outras áreas de conhecimento, possibilita compreender as particularidades lingüísticas a partir de documentos.

Embora seja comum pensar que a aliança da História e Lingüística se dá porque da História vem as práticas de, analisar, interpretar e explicar fatos e da Lingüística vem a prática do descrever, não se pode tomar isso como absoluto, já que o avanço da ciência em diferentes campos do saber permite aos cientistas buscar fora de sua área de atuação novos procedimentos metodológicos que supram determinada necessidade. Nesse sentido, podemos justificar o diálogo da História com a Lingüística.

Por ser a Historiografia Lingüística inter e multidisciplinar, o pesquisador não pode se limitar exclusivamente à sua área de conhecimento; deve mover-se com naturalidade

pelos conceitos e metodologias de outras ciências afins, além de estar munido de precisas informações históricas acerca do desenvolvimento científico e humano. Este fato faz com que o historiógrafo da língua tenha de assumir uma dupla competência: a de lingüista e de historiador.

Estudos empíricos, no presente e no passado, vêm revelando que fatores sociais têm influência direta ou indireta nos processos de mudança das línguas, que advêm tanto de fatores internos, da própria língua, quanto de fatores externos, os sociais, culturais, políticas e econômicas. Assim, são pertinentes ao campo da pesquisa em Historiografia Lingüística examinar como as transformações na sociedade influenciam mudanças na língua.

Neste século, Portugal era conhecido como uma nação poderosa, tanto política quanto “tecnologicamente”. À medida que vai conquistando o mundo *por mares nunca dantes navegados*, firma-se como o mais avançado dos países da Europa, mas, do ponto de vista da conquista lingüística, surge como uma nação frágil, visto que vinha sofrendo várias alterações: vocabulares, fonéticas, morfológicas e sintáticas.

Portanto, essa fragilidade lingüística dá-se ao fato de o período em questão não estar caracterizado de maneira uniforme pelos estudiosos e, embora seja de conhecimento geral que esse século se configure como um período fundamental para a língua portuguesa, não se pode pensar que se trate de um período homogêneo lingüisticamente.

As normas gramaticais começaram a se fixar, em Portugal, com as publicações das gramáticas de Fernão de Oliveira(1536) e João de Barros(1540), consideradas as primeiras obras de sistematização do português. E, a língua portuguesa dessa época se destaca como um marco divisório da fase arcaica para a moderna.

Os descobrimentos marítimos realizados pelos portugueses, desde o princípio do século XV, não abalaram a vitalidade da língua tradicional, ao contrário, as transformações por que passou a língua portuguesa, nessa época, estão ligadas à grande revolução social, econômica, artística e literária. É nesse contexto que se produziu o regimento de Tomé de Souza, produzido na corte de Dom João III, considerado a primeira Constituição do Brasil, abre-se a uma possibilidade de entendimento não apenas da língua em uso àquela época, como também do homem e da sociedade brasileira, pois concebido como um documento histórico cultural é depositário de práticas e representações sociais materializadas lingüisticamente.

Compõe este estudo de três capítulos que estão assim organizados:

No primeiro capítulo, intitulado *Historiografia Lingüística: um novo paradigma na ciência*, procura apresentar o paradigma da cientificidade que segundo T.S. Khun (2001), se desenvolve na medida em que acrescentam conhecimentos sobre os fatos, a teoria e aos métodos nos textos atuais isoladamente ou em combinação. Apresentamos os pilares fundamentais da Lingüística moderna lançados por Ferdinand de Saussure, no século XX, pois foi com ele que a lingüística recebeu o estatuto de ciência, bem como a forma com que a História se coloca, hoje em dia, cada vez mais próxima de outras áreas do conhecimento que tratam do homem. E, finalmente, a aliança que a Lingüística faz com a História, possibilitando um diálogo na constituição da *Historiografia Lingüística* como um novo paradigma na ciência.

O segundo capítulo, intitulado *Portugal e Brasil no século XVI*, procuramos contextualizar o período em que se produziu o documento que selecionamos para estudo. O capítulo apresenta as concepções lingüísticas em veiculação em Portugal, no século XVI, sobretudo, as contribuições das gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros; discorremos, ainda sobre o contexto histórico-político e social de Portugal e do Brasil, naquele século e a presença da língua portuguesa no Brasil recém descoberto.

O terceiro capítulo, apresentamos o *corpus* selecionado, seu estatuto jurídico e fazemos a análise do documento com base na fundamentação teórica.

# CAPÍTULO I

## A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA: UM NOVO PARADIGMA NA CIÊNCIA DA LINGUAGEM

*A Ciência é como uma viagem a um labirinto: complexa e fascinante. Na vastidão de caminhos do conhecimento humano sobre a natureza, às vezes nos perdemos numa trilha que a história apagou. Mas logo vem o deslumbramento com essa rota traçada por aqueles que enxergaram e construíram o mundo de maneira diferente da nossa. Aceite o convite para redescobrir caminhos e atalhos, e refletir sobre o passado, presente e o futuro da Ciência.*

(Ana Maria Alfonso-Goldfarb)

### **1.1. O paradigma da cientificidade**

A História da Ciência procura explicar como a ciência surge, desenvolve-se ou alia-se a outras áreas de conhecimento. Tendo convivido com a ciência e suas transformações durante séculos, conhece a maneira pela qual se deu e se dá seu processo interno.

Segundo Ana Maria Alfonso-Goldfarb (2001), a História da Ciência envolve questões que possibilitam recuperar conhecimentos sobre a natureza, que pareciam

inadequados pelos critérios científicos, recupera, também, outras formas de ciência e, recupera para a ciência seu papel de conhecimento produzido pela cultura humana, que foi construído e inventado pelo ser humano e, portanto, cheio de idas e voltas.

À medida que o século XIX avança, campos como da química, da medicina e mesmo da biologia começam a ocupar lugares próprios e específicos na ciência moderna. E, apesar de não ter seguido as normas do modelo mecânico, as ciências naturais, cada uma a sua maneira, puderam ir conquistando seu espaço no campo científico.

Gaston Bachelard (1930) apud A.M.Alfonso-Goldifard levanta uma polêmica em torno da construção do conhecimento e questiona se o conhecimento acontecia de forma continuada. Para responder a seu questionamento chamou em seu auxílio a História da Ciência e concluiu que o conhecimento ocorria por meio de saltos, ou seja, não era aprimorando e continuando velhos saberes que se chegava aos novos conhecimentos. Segundo o cientista, era preciso romper com a forma de pensar anterior, que tivera seus próprios objetivos e limites, para produzir outras formas de ciência, estabelecendo assim uma relação de continuidade e descontinuidade.

Duas décadas mais tarde, um grupo de historiadores ingleses tenta agrupar os debates internalismo/externalismo e continuísmo/descontinuísmo em uma série de obras a respeito do surgimento da sociedade e da ciência moderna. Desses trabalhos vai nascer a importante noção de revolução científica; no entanto, a noção de descontinuidade exigia ainda uma melhor definição e um maior cuidado para ser aplicada.

Como a questão da descontinuidade se refere a uma quebra no processo de conhecimento, Thomas S. Kuhn (2001) , com suas idéias sobre o tema, provoca uma série de discussões entre filósofos das quais atrairiam historiadores, sociólogos, antropólogos e até cientistas que se interessaram pela História da Ciência. Na verdade, para boa parte desses filósofos, o processo de conhecimento se desenvolvia independente do processo da história, ou seja, tratava-se de um processo acumulativo, cujo *tempo* era o do desenvolvimento lógico e não o da história. A.M.Alfonso-Goldifard postula que a história era o espaço somente da descrição do contexto das descobertas na ciência.

Alguns filósofos juntaram o contexto da justificativa e o da descoberta para tentar uma abertura no continuísmo. É muito provável que até encontrassem uma explicação

lógica para o porquê das teorias não se acumularem como mera seqüência umas das outras, conforme propõe o filósofo Karl Popper apud A.M.Alfonso-Goldifard em seu modelo de evolução científica.

A proposta de K. Popper chegou a inspirar T.S. Kuhn e sua geração. No entanto, T. S. Kuhn tinha, além dessa influência, outras em termos de descontinuísmo e publica uma obra em que suas teses contra o continuísmo são explicadas, por meio de uma série de exemplos históricos. A precisão das idéias de T. S. Kuhn em torno da descontinuidade implicou diretamente sobre os modelos da ciência. T.S. Kuhn (2001) define dos modos mais variados o termo paradigma e consegue, por meio da noção desse termo, justificar a descontinuidade na ciência como algo que necessariamente ocorre.

Na concepção de T.S.Kuhn (op.cit.:13):

*...paradigmas são realizações científicas universalmente conhecidas, que durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade praticante de uma ciência.*

*Paradigma é toda a constelação de crenças valores técnicas etc..., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada.*

*Paradigmas são as soluções concretas de quebra-cabeças que empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal.*

De uma forma geral, paradigma seria o conjunto de regras, normas, crenças, bem como teorias que direcionam a ciência conforme a época e as comunidades científicas envolvidas no processo. A ciência avançava e se acumulava, sofrendo aprimoramentos em torno de um determinado paradigma. T.S.Kuhn (op.cit.:29) chama esses períodos de ciência normal e refere-se à:

*...pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior.*

Quando um paradigma começa a não dar conta de explicar certos fenômenos, ou suas explicações são insatisfatórias, ele entra em crise, gerando instabilidades que podem se transformar em verdadeiras revoluções na ciência.

T.S.Kuhn afirma, ainda, que o novo paradigma, escolhido pela comunidade científica, não explica mais nem melhor os fenômenos já explicados pelo paradigma anterior, visto que não engloba nem deriva do velho, nada nos garantindo a superioridade de um sobre o outro. Nessa perspectiva, compreendemos que o conhecimento é cumulativo e superar visões não implica negar as teorias anteriores, pelo contrário, só chegamos a uma nova teoria em função das teorias do passado que se tornaram obsoletas. Por conta disso, começamos a perceber as descontinuidades na continuidade.

A ciência moderna deveria, então, ser estudada historicamente, para que se pudesse entender a constituição dos critérios que lhe deram formação. E, sem o peso da continuidade, a História da Ciência pode deixar de produzir crônicas dos precursores da ciência, podendo se dedicar, sem medo e com seriedade, a estudos, por exemplo, sobre a magia ou mesmo a alquimia, sabendo que, em outras épocas e com outros critérios, elas haviam sido expressões do conhecimento sobre a natureza.

A ciência moderna exige, também, que as diversas áreas de conhecimento repensem seu objeto de pesquisa, pois, para que cada uma das áreas se torne ciência, precisa, antes, definir seu objeto de estudo, possuir um método, estabelecer uma epistemologia que dê conta daquele fenômeno que ela quer abarcar. Sugere, ainda, que essas diferentes áreas de conhecimento se questionem até que ponto são unidisciplinares e como poderiam fazer aliança com outras áreas de conhecimento.

No próximo item, procederemos à exposição da lingüística, buscando caracterizá-la como ciência, a partir de F. de Saussure e de seus respectivos antecedentes.

### **1.1.1 A Lingüística e seus precedentes**

*Você só existe dentro do mundo. O mundo só existe dentro da linguagem. O resto é mistério. O que*

*delimita a relação das palavras e seus objetos? Como as línguas evoluem? Estudadas há milênios por gregos e hindus, questões como essas ganharam o estatuto de ciência apenas no início do século XX, pelas mãos do suíço Ferdinand de Saussure. Uma ciência que não se esgota em palavras. Cresce com elas.*

(Eni Pulcinelli Orlandi)

A Lingüística pode ser conceituada como o estudo científico das línguas naturais. Seu método de investigação é pautado pela observação, controlada e verificável, tendo como referência uma teoria geral. A História da Lingüística se constrói sobre as idéias lingüísticas divulgadas no passado e estabelece um diálogo com estudos tradicionais realizados sobre a língua, desenvolvendo-os e reformulando-os.

Há um longo processo até que se chegue à reflexão sobre as línguas na dimensão de sua variabilidade no tempo. Se entendermos a Lingüística como a ciência que se constituiu em torno dos fatos da língua, podemos dizer que ela passou por três fases sucessivas antes de reconhecer o seu verdadeiro e único objeto.

Segundo Carlos Alberto Faraco (1991), os primeiros estudos, denominados de “gramática”, foram inaugurados pelos gregos e continuados pelos franceses. Eram baseados na lógica e estavam desprovidos de qualquer visão científica desinteressada da própria língua; visavam unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas. Seguiram-se os estudos filológicos em que as questões lingüísticas eram abordadas, sobretudo, para comparar textos de diferentes épocas. Essa fase abriria os caminhos para a Lingüística Histórica. Segundo C.A.Faraco (op.cit.:81)

*a lingüística histórica – compreendida como a reflexão sobre as mudanças das línguas no eixo do tempo, sistematicamente realizada dentro dos pressupostos da prática científica moderna – nasceu nos fins do século XVIII.*

O período correspondente ao nascimento da Lingüística Histórica pode ser dividido em dois grandes momentos. O primeiro momento, o do método comparativo, deu-se com a descoberta do sânscrito entre 1786 e 1816. Intelectuais europeus iniciaram, no século XVIII, um estudo do sânscrito e de sua semelhança entre a língua latina e a língua grega,

propondo um parentesco entre elas. Esse parentesco dava-se não só pela semelhança entre raízes lexicais, mas também entre as estruturas gramaticais.

O método comparativo ampliou-se e criou áreas especializadas com o estudo específico de cada subfamília das línguas indo-européias. O estudo histórico-comparativo das línguas oriundas do latim foi denominado filologia românica.

O segundo momento iniciou em 1878, estendendo-se até os dias de hoje e ficou conhecido como a época dos neogramáticos, uma nova geração de lingüistas que, questionando certos pressupostos tradicionais da prática histórico-comparativa, estabeleceu uma orientação metodológica diferente e um conjunto de postulados teóricos para a interpretação da mudança lingüística. As formulações dos neogramáticos provocaram a crítica de vários lingüistas e o centro das polêmicas era o conceito de lei fonética.

Segundo C.A. Faraco o lingüista austríaco Hugo Schuchardt, opondo-se ao conceito de lei fonética, chamou a atenção para a imensa gama de variedades de fala existente em uma comunidade qualquer. Mostrou, também, como essas variedades se influenciam mutuamente. Considerando esse quadro heterogêneo, H. Schuchardt buscou compreender o processo de mudança lingüística e abriu uma trilha fundamental para os estudos posteriores de lingüística histórica, que vai introduzindo, no decorrer do século XX, um tratamento em que o contexto social e cultural da língua é condicionante básico da variação e, dentro dela, da mudança.

Para C.A. Faraco, foi o lingüista Antoine Meillet, nos primeiros anos do século XX, quem formulou uma concepção mais sociológica do falante e da língua. A. Meillet concebia a língua como uma prática social e elaborou uma perspectiva em que as condições sociais passaram a ser vistas como uma influência decisiva sobre a língua e, conseqüentemente, sobre a mudança. A. Meillet foi um dos primeiros estudiosos a tentar formular uma orientação teórica para o estudo da história da lingüística que incorporasse a heterogeneidade da realidade sociocultural das línguas. Todavia, essa orientação ficou boa parte daquele século à margem, uma vez que a perspectiva imanentista se consolidou com o estruturalismo e se tornou hegemônica.

Ferdinand de Saussure lançou os pilares fundamentais da Lingüística moderna no livro *Curso de lingüística geral*, organizado por dois alunos, Charles Bally e August Sechehaye, que anotavam em sala de aula as propostas do mestre. A publicação das

anotações deu-se após a sua morte, em 1916. Considera-se que as idéias de F. de Saussure marcaram todas as linhas da Lingüística do século XX.

O mestre genebrino deu à linguagem uma ciência autônoma, independente, com quatro disciplinas que correspondem a quatro diferentes níveis de análise: a fonologia, estudo das unidades sonoras; a sintaxe, estudo da estrutura das frases, a morfologia, estudo da forma das palavras, que juntas constituem a gramática; e a semântica, estudo dos significados.

Com F. de Saussure, a Lingüística define seu objeto específico de estudo, as línguas e a conceitua como um sistema de signos articulados, formando um conjunto organizado para finalidades comunicacionais. Define, também, o signo como a associação entre significante, imagem acústica, e significado, conceito. Considera que o laço que une o significante ao significado é arbitrário, convencional e imotivado. É, pois, por meio dessa relação de diferença que os signos constituem o sistema da língua.

Dentre as distinções importantes feitas por F. de Saussure, destacamos a que separa língua e fala. Para ele, a língua é um sistema abstrato, uma prática social, geral, virtual, que se realiza em situações concretas de fala e de escrita. E a fala, ao contrário, é a realização concreta da língua pelo sujeito falante, sendo circunstancial e variável. Como a fala depende do indivíduo e não é sistemática, ele a exclui do campo da Lingüística.

Outra distinção feita por F. de Saussure é a que separa a sincronia, o estado atual do sistema da língua, enquanto prática social, estagnado, dotada de estabilidade e a diacronia, sucessão, no tempo, de diferentes estados da língua em evolução entre os quais ocorrem mudanças.

Segundo Eugênio Coseriu (1979), há divergência na concepção de F. de Saussure no que diz respeito à oposição sincronia/diacronia. Para E. Coseriu, a língua tem um caráter dinâmico, em ambos os estados, ocorrendo mudanças. A língua não deve ser entendida somente sob a perspectiva sincrônica ou diacrônica, mas como um objeto histórico que tem como finalidade específica ser instrumento de interação entre os membros que partilham de uma mesma comunidade lingüística. Ela traz em seu bojo uma história de acúmulos ou redução de significados sociais e culturais. Por isso, afirmamos que os estudos lingüísticos não encerram os seus limites na lingüística, antes reservam domínios, para que outros

campos do conhecimento participem do seu desenvolvimento, abrindo novas perspectivas para o seu campo de investigação.

A esta organização interna da língua, que F. de Saussure chama de sistema, seus sucessores chamaram de estrutura. O estruturalismo concebe a linguagem como um objeto autônomo, definido por relações internas, puramente lingüísticas. Podemos dizer que o estruturalismo contribuiu para a lingüística histórica com a introdução da exigência de que qualquer mudança deve ser sempre analisada sistemicamente, ou seja, situando-a em suas relações com outros elementos da língua antes, durante ou depois da mudança.

Na década de 50 do século XX, surgia a gramática gerativa de Noam Chomsky. Essa gramática postulava que a aquisição da língua é, em grande parte, devida ao amadurecimento de uma capacidade lingüística inata. N.Chomsky afirmava que as línguas são muito semelhantes em sua estrutura gramatical profunda.

A preocupação em abordar a mudança lingüística do ponto de vista das relações entre as línguas e a realidade social e histórica das comunidades que as falam, sempre esteve presente em lingüistas como A. Meillet e Hugo Schuchardt. Nessa perspectiva, ressaltamos a contribuição dos trabalhos de dialetologia, que se desenvolveram na Europa, no final do século XIX.

Segundo C.A.Faraco (op cit: 113) entende-se por dialetologia *o estudo de uma língua na perspectiva de sua variabilidade no espaço geográfico*. A dialetologia se fundamenta no fato de que a distribuição de uma comunidade em uma certa área geográfica é fator de diferenciação lingüística.

Os estudos dialetológicos mostram que, no mesmo ponto do tempo, coexistem, em diferentes pontos do espaço, formas de uma complexa rede evolutiva. Os resultados desses vão encontrar suporte nos estudos sociolingüísticos que se desenvolveram a partir das pesquisas de Willian Labov, iniciados na década de 60, nos Estados Unidos.

Por Sociolingüística, entende-se o estudo das correlações sistemáticas entre formas lingüísticas variantes e determinados fatores sociais, como por exemplo, a classe social, o nível de escolaridade, o sexo, a etnia dos falantes. Com a Sociolingüística, amplia-se o estudo da variação lingüística, acrescentando-se à dimensão geográfica a dimensão social como fator de diferenciação lingüística.

Em síntese, a Lingüística é uma ciência que tem como objeto a língua, aqui entendida como uma prática social, por meio da qual veiculamos as informações,

externamos nossos sentimentos e agimos sobre os outros. A língua representa a soma dos usos da linguagem verbal por locutores e interlocutores, historicamente situados, localizados em um espaço particular, interagindo com um propósito definido.

Tendo em vista que a Historiografia Lingüística se constitui, em essência, pela interação da Lingüística com a História, faz-se necessário uma discussão, no próximo item, sob a perspectiva da História como ciência.

### **1.1.2. A História como ciência**

*Há muito que a História está, no Brasil, confinada à prisão das escolas e universidades. Encontra-se, pois, afastada de sua principal finalidade: levar o ser humano a refletir sobre as formas de vida e de organização social em todos os tempos e espaços, procurando compreender e explicar suas causas e implicações. E uma vez que presente e passado estão indissociavelmente ligados na História, o ensino e o estudo da História tornam-se imprescindíveis para o perfeito entendimento dos tempos modernos.*

(Vavy Pacheco Borges)

Durante muito tempo a História era considerada como crônica, isto é, um relato de eventos relevantes. Essa relevância dependia muito do ponto de vista de quem escrevia história e, como era sempre alguém ligado à elite político-econômica, o campo de interesse era quase sempre os atos dos governantes.

Segundo Vavy Pacheco Borges (2002) foi na França que esse modo de se fazer história começou a tomar novos rumos, quando um grupo de historiadores franceses, da década de 30, do século XX, dentre eles Marc Bloch e Lucien Febvre, desenvolveu trabalhos que foram publicados na revista *Annaes de História Econômica e Social*, tornando-se conhecidos por “escola francesa” ou “escola de *Annales*”.

M.Bloch e L. Febvre lutaram contra a concepção de uma história que fosse somente política, narrativa e factual e, a partir do desenvolvimento de outras ciências do homem, utilizando como inspiração suas técnicas e seus métodos, foram os responsáveis por um novo impulso no conhecimento histórico.

Em vez do estudo dos fatos singulares, os trabalhos desses historiadores procuraram chamar a atenção para a análise de estruturas sociais, vendo seu funcionamento e evolução. Eles aceitavam uma história total, que considerasse os grupos humanos sob todos os seus aspectos e, para tal, uma história que estivesse aberta às outras áreas do conhecimento humano. Essa afirmação encontra respaldo em José M. Amado Mendes (1993), quando esclarece que o grupo dos Annales, que teve como pedras de toque a interdisciplinaridade, a globalidade, a preferência pelo econômico e o social e o estudo das mentalidades, liderou entre os anos 30 e 50 do século XX.

Se a História sempre foi feita cristalizada em datas, feitos e heróis, desprezando-se a historicidade do indivíduo, é certo que nunca foi escrita sob a ótica do grupo social dominado, mas pela visão, pelos desejos e interesses da chamada classe dominante. Isso se dá porque qualquer sociedade sempre se estrutura em diferentes grupos ou classes, uma das quais detém o poder político, o poder econômico e o prestígio social.

Se pensarmos em História como uma sucessão de fatos no tempo, deixaremos uma história desvinculada daquilo que somos hoje. Julgamos que há possibilidade de se buscar, por meio de documentos, conhecimentos que nos tragam uma carga informativa que ainda não nos foi contada e que trouxeram através do tempo os porquês de tudo o que somos e vivenciamos hoje, conforme afirma V. P. Borges (op.cit: 45):

*História não é o passado, mas um olhar dirigido ao passado: a partir do que esse objeto ficou representado, o historiador elabora sua própria representação. A história se faz com documentos e fontes, com idéias e imaginação.*

Marc Bloch (1965) destaca como característica da História a preferência pelo coletivo e a dimensão temporal que deve ser acrescida do espaço. Com isso, entendemos que o autor inclui o homem como objeto da História, concebendo-a como a própria ciência dos homens no tempo.

Edward Hallet Carr (1985) afirma que sociedade e indivíduo são inseparáveis, pois se complementam. O homem é produto da sociedade, mas age de maneiras distintas enquanto indivíduo e enquanto membro de uma sociedade. Segundo o autor, o historiador é um ser humano individual, que faz parte da história, sendo seu ponto de vista o que

determina a visão do passado. Antes de começar escrever história, o historiador é um produto do passado, portanto, antes de estudar a história, devemos estudar o historiador.

Os fatos, também, são determinados de acordo com a sociedade, a partir do momento em que os fatos da história são fatos sobre os indivíduos e que reflitam sobre a sociedade. É exatamente nesse ponto que o rebelde ou dissidente na história tem papel importante, pois desencadeiam mudanças, atualizando os fatos.

Para E. H. Carr (op.cit: 90), o diálogo entre presente e passado é na realidade, um diálogo entre a sociedade de ontem e a sociedade de hoje e, portanto, história significa:

*Tanto o exame conduzido pelo historiador quanto os fatos do passado que ele examina, é um processo social em que os indivíduos estão engajados como seres sociais; a antítese imaginária entre a sociedade e o indivíduo nada mais é do que uma pista falsa atravessada no nosso caminho para confundir nosso pensamento.*

Segundo V. P. Borges (op.cit.: 48), *História é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade. É a história das transformações humanas, desde o seu aparecimento na terra até os dias em que estamos vivendo.* A autora afirma, ainda, evidentemente impulsionada pela teoria de Marx, que são os homens que fazem a história, mas o fazem dentro das condições reais que encontramos já estabelecidas, e não dentro das condições ideais que sonhamos. O conhecimento histórico serve para nos fazer entender, junto com outras formas de conhecimento, as condições de nossa realidade, tendo em vista o delineamento de nossa atuação na história.

Em busca de sua própria razão de ser, a trajetória do homem na terra é indeterminada. A finalidade do conhecimento histórico é estudar e analisar o que, realmente, aconteceu e acontece com os homens, o que com eles se passou e se passa, sem se buscar uma filosofia de vida.

O homem é um ser finito, temporal e histórico e tem consciência de sua historicidade. Ele vive em um determinado período de tempo, em um espaço físico concreto e, nesse tempo e nesse lugar, age em relação à natureza e aos outros homens, sendo esse proceder, o seu caráter histórico, pois tudo o que se relaciona com o homem tem sua história, incluindo a língua.

A história vista como o estudo do passado, parece-nos ser um ponto pacífico, mas a história também é aceita como o estudo do passado em função de um presente. No entanto, só podemos conhecer algo do passado por meio do que desse ficou registrado e documentado para a posteridade.

V. P. Borges afirma que a maior parte da documentação utilizada, em História, é escrita e que, antigamente, a idéia de um documento histórico era a de papéis velhos, referentes a pessoas consideradas importantes, as quais eram vistas como os condutores da história. Atualmente, tem-se consciência de que, entre outros exemplos, uma caderneta de despesas de uma dona-de-casa, um programa de teatro, e até mesmo um cardápio de restaurante são documentos significativos e reveladores de seu momento.

Quanto às fontes ou documentos, diz V.P.Borges (op cit: 61): *não são um espelho fiel da realidade, mas são sempre a representação de parte ou momentos particulares do objeto em questão.*

A história não é, apenas, levantamento de dados ou fatos, ela os relaciona entre si, procurando descobrir e sistematizar as relações existentes entre eles. Como toda forma de conhecimento, a História procura desvendar, revelar, sistematizar relações desconhecidas e não claras. Mas é preciso que se desfaça a ilusão de que escrever História seja estabelecer certezas. Escrever História é reduzir o campo das incertezas, é estabelecer um feixe de probabilidades. Não é dizer tudo sobre determinado objeto do passado, mas explicar o que lhe é fundamental.

A função da História, segundo V.P.Borges é de fornecer à sociedade uma explicação sobre ela mesma. A História se coloca, hoje em dia, cada vez mais próxima das outras áreas do conhecimento que estudam o homem, procurando explicar a dimensão que o homem teve e tem em sociedade. Apesar da propensão de se considerar a História como uma ciência, a falta de unanimidade deixa a questão em aberto, mesmo tendo a História objeto e métodos próprios.

Segundo J. M. A. Mendes, a História não faz parte das ciências exatas ou da natureza, é uma ciência social, pois estuda as sociedades; é, também, uma ciência humana, visto que não estuda qualquer sociedade, mas sociedades humanas e, em alguns casos, personalidades e indivíduos por meio de biografias.

Para J. Le Goff (apud J. M. A. Mendes op cit: 15), a melhor prova de que a História é e deve ser uma ciência é o fato de precisar de técnicas, de métodos e de ser ensinada.

J.M.A. Mendes postula que a História é uma ciência que tem como objeto a sociedade/homem, e pela sua natureza se distingue das ciências naturais, pois se enquadra no grupo das chamadas ciências humanas e sociais que, a exemplo da psicologia em final do século passado, se tem constituído como ciência autônoma, tal como a lingüística, economia e a demografia.

Estaria a história preocupada com os fatos ou com os acontecimentos? Segundo Jean Glénisson (1977) caracteriza-se o acontecimento por ser único, irrepetível e o fato, pelo olhar que o historiador dá aos acontecimentos, ou seja, o olhar do historiador é que faz do acontecimento um fato e que, por sua vez, faz do fato um objeto da História. O objeto que a História assume não faz dela ciência, o que a caracteriza como tal é o percurso do historiador, pois é o historiador que tem o comportamento científico perante os fatos.

E. H.Carr (op.cit:65) afirma que *a História se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e os seus fatos, ou seja, um diálogo interminável entre o presente e o passado, entendendo este como a chave para a compreensão do presente.*

Em síntese, entendemos a História como a ciência que estuda as transformações pelas quais passaram as sociedades humanas, sendo essas transformações perceptíveis no e através do tempo e, também, como uma forma de conhecimento, que procura desvendar, revelar e sistematizar as relações materializadas no documento, propiciando sua compreensão de vida humana à sociedade.

Neste sentido, o Regimento de Tomé de Souza, considerado um grande evento na história do Brasil, transformado em fato e carregado de marcas histórico-lingüísticas, permite-nos apreender aspectos da sociedade e do homem no século XVI, por meio de um olhar histórico que dialoga com o lingüístico.

### **1.1.3 Mudança Lingüística**

Segundo C. A. Faraco (1991) a língua está em constante processo de mudança, pois as línguas humanas não são estáticas. Esse processo que ocorre na língua atinge partes e não o todo dela, o que implica um complexo jogo de mutação e permanência em que se constrói a história das línguas.

Para E. Coseriu (1979), a língua que não muda é a língua abstrata, ou seja, aquela que compõe uma gramática ou um dicionário. E, a língua que muda é a língua real, que não está isolada dos fatores externos, mas aquela que constitui a fisicidade, a historicidade e a liberdade expressiva dos falantes, ou seja, aquela que se realiza no uso.

Para evitarmos uma abordagem isolada dos fenômenos lingüísticos, é necessário que se opere com uma história interna e uma história externa da língua que, segundo C.A. Faraco (op.cit.: 36) entende-se por:

*...história interna o conjunto de mudanças ocorridas na organização estrutural da língua no eixo do tempo, e, por externa, a história da língua no contexto da história social, política, econômica e cultural da sociedade com a qual ela está relacionada.*

A língua é dinâmica e renova-se para atender às necessidades de integração do homem, portanto, refaz-se constantemente, baseando-se em modelos pré-concebidos, conforme afirma E. Coseriu (op.cit:28)

*Todo estado de língua é em grande parte a reconstituição de outro estado anterior. Em segundo lugar, o que se chama mudança na língua só o é em relação a uma língua anterior.*

As mudanças que ocorrem na língua são contínuas e cada estado de língua, definível no presente ou em qualquer ponto do passado, é resultado de um longo e contínuo processo histórico. No que se refere à mudança gradual no processo histórico, vale lembrar que a substituição de uma forma por outra passa sempre por fases intermediárias. Há o momento em que coexistem as duas formas como variantes, o momento de luta entre as formas, acabando por desaparecer uma em favor do favorecimento da outra. Nesse sentido, podemos afirmar que não há na história das línguas momentos de transformações radicais em um ponto bem localizado do tempo, de uma estrutura lingüística. O que há é um processo contínuo e ininterrupto, mas lento e gradual, de mudança.

Toda mudança que se dá na língua não é fortuita, nem se dá a esmo, visto que desencadeada a mudança, há regularidade e generalidade no processo que nos permite estabelecer correspondências sistemáticas entre duas ou mais línguas, ou entre dois ou mais estágios da mesma língua, tornando possível a reconstituição da história.

Muito embora a regularidade seja uma característica da mudança lingüística, não se deve jamais ser entendida como absoluta. Por isso, seria imprudência falar em *lei* no trato das mudanças das línguas, porque a história das línguas não está submetida a princípios universais constantes e necessários, mas às contingências e vicissitudes da própria vida concreta dos homens e da história peculiar de cada sociedade humana. Serafim da Silva Neto (s/d: 52) afirma:

*Como se vê, a evolução é singularmente complexa. A história de uma língua não é um esquema rigorosamente preestabelecido, não é um problema algébrico. Não se pode partir do latim e chegar diretamente aos dias de hoje, saltando por vários séculos de palpitante vida.*

*A evolução, repetimos, é complexa e melindrosa, relacionada com mil e um acidentes, cruzada, recruzada e entrecruzada – porque não representa a evolução de uma coisa feita e acabada, mas as vicissitudes de uma atividade em perpétuo movimento.*

As mudanças que ocorrem na língua podem ser observadas nos níveis: fonético, é o nível estudado, principalmente, em Lingüística Histórica e que se ocupa com a realidade sonora das línguas de diversos pontos de vista; nível morfológico, que trata dos princípios que regem a estrutura interna das palavras, seus componentes, processos derivacionais, flexionais e lexicais; nível sintático que estuda a organização das sentenças em uma língua podendo tomar-se a questão da ordem dos constituintes no interior da organização das sentenças; nível semântico que trata da significação e dos sentidos.

Resultante da transformação histórico-social, a língua caracteriza-se no tempo e no espaço, e estudá-la implica explicar suas peculiaridades em seu uso, esmiuçando as condições socioculturais que as geraram.

A seguir, apresentaremos as bases teórico-metodológicas da Historiografia Lingüística, a fim de buscar os dados que subsidiarão a análise do Regimento de Tomé de Souza, que selecionamos como objeto dessa pesquisa.

## 1.2 Historiografia Lingüística

### 1.2.1. A Historiografia Lingüística: concepção e princípios

Dentre os pesquisadores consagrados em Historiografia Lingüística, doravante HL, destacamos Pierre Swiggers (1990) e Konrad Koerner (1996). Seus estudos revelam que esta ciência é inter e multidisciplinar, permitindo ao pesquisador relacioná-la com a História, a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia, a Antropologia, enfim com outras ciências que estudam o homem. A caracterização da HL como um novo paradigma na ciência deu-se após a publicação de *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas S. Kuhn, em 1962.

A HL aproxima, em particular, a Lingüística da História e entende a língua como prática social, passível de mudanças e regularidades que são atestadas por estudiosos como P. Swiggers (1990), K. Koerner (1996), Serafim da Silva Neto (s/d) e Eugênio Coseriu (1979).

Segundo E. Coseriu (op.cit.:57), *as línguas mudam porque têm história, constituem uma realidade em constante transformação no tempo*. As marcas lingüísticas que atestam as mudanças e as regularidades podem ser verificadas por meio dos princípios propostos por Konrad Koerner (1996)

As mudanças na língua ocorrem concomitantemente à evolução humana. A língua é um dos instrumentos que o homem busca para se adaptar aos novos contextos históricos, pois é um meio que permite a apreensão dos dados socioculturais que supõem um olhar histórico. Ao afirmarmos que a HL concebe a língua como prática social, queremos dizer que a base é entender a língua como um elemento integrante em um processo de interação entre os homens e a sociedade, portanto, a língua está marcada por esse processo e mudará de acordo com as mudanças que ocorrem no grupo social. A língua, nessa perspectiva, acompanha o desenvolvimento da sociedade, assim como a sociedade acompanha o desenvolvimento lingüístico.

A HL pretende abarcar os elementos sócio-históricos no que se refere ao conhecimento lingüístico, pensando no homem em sua totalidade e em sua essência como ser lingüístico que se relaciona com outro homem e com diferentes grupos sociais.

A HL não se abre exclusivamente para a História, porque, segundo K. Koerner (1996), o historiógrafo da língua tem que ter um conhecimento quase enciclopédico, pois

não há como interpretar um documento sem levar em consideração os múltiplos aspectos que o organiza. Nesse sentido, K. Koerner postula três princípios que auxiliam o historiógrafo da língua a analisar o documento. São eles o princípio da contextualização histórica e intelectual e o princípio da adequação teórica.

*O princípio da contextualização* diz respeito ao estabelecimento do clima de opinião geral do período em que as teorias se desenvolveram, ao contexto sociocultural da época em que um documento foi redigido, ou seja, como se apresentava à sociedade em relação à economia, à religião, à política, à cultura. É a partir desse panorama geral que se verificam os dados específicos do documento.

*O princípio da imanência* diz respeito ao esforço em estabelecer um entendimento completo do documento a ser analisado. A materialidade lingüística do texto deve estar ser entendida de acordo com o período em que o documento foi escrito, definindo-se internamente as terminologias usadas no texto e o quadro geral da teoria sob investigação e não em referência ao referencial lingüístico moderno. Pela operacionalização desse princípio, o historiógrafo da língua olha o documento com os olhos do passado, como um homem da época em que o documento foi escrito.

*O princípio da adequação teórica*, a ser operacionalizado após os dois princípios anteriores, deve assegurar que o documento seja compreendido no seu contexto histórico original, mas exigindo do pesquisador que o traga á realidade atual. Por isso, o historiógrafo da língua deve olhar o documento como um homem do presente, podendo adequar, cuidadosamente, o vocabulário técnico moderno, para que se permita uma melhor interpretação do documento, inclusive, utilizando as teorias modernas. Este princípio aproxima o vocabulário técnico do documento à terminologia atual, interpreta o documento e revela como este se reflete nos dias de hoje.

No próximo item, abordaremos a questão da metalinguagem, caracterizada como um recurso indispensável a evitar distorções no processo interpretação e que deve ser operacionalizado antes dos princípios referidos anteriormente.

### 1.2.2. A Metalinguagem

No escopo da HL, a metalinguagem é necessária para a apreensão da inovação no emprego ou na formação de uma teoria, sem a qual não se tem uma metodologia adequada.

K. Koerner (1996:3) propõe a metalinguagem como um recurso de análise do documento e afirma que o historiógrafo da língua não deve furtar-se da metalinguagem, pois poderá cometer distorções se aplicar, no processo de interpretação do documento, teorias modernas, sem antes aplicar tal recurso.

*Quando trata de determinado assunto na Historiografia da Lingüística o historiógrafo não pode fugir à questão, especificamente quando, ao discutir teorias de períodos passados, estiver ao mesmo tempo tentando torná-las acessíveis ao leitor do presente e tentando não distorcer sua intenção e significado originais.*

O documento a ser examinado precisa ser compreendido para depois ser explicado e sua interpretação se dá, primeiramente, pela operacionalização da metalinguagem que se torna um recurso científico importante para a HL, principalmente pelo fato de evitar análises equivocadas.

Segundo Marly de Souza Almeida (2003: 92), a metalinguagem é:

*a maneira pela qual o historiógrafo aborda o assunto da linguagem em estudo. É a linguagem com a qual nos reportamos à linguagem objeto, a que se pode chamar “o objeto da investigação em lingüística”, a própria língua, um aspecto particular da língua, daí por diante.*

A autora também postula, que a metalinguagem é um recurso que está ao alcance de várias áreas de conhecimento, visto que tudo pode ser transformado em linguagem. No entanto, no que se refere à HL, a metalinguagem é um diferenciador da linguagem, para que não se confundam os dois níveis em que ela opera: enquanto objeto de investigação e enquanto técnica de observação.

Em síntese, entendemos metalinguagem como um recurso científico, empregado para estudos de linguagem, sobretudo em documentos, sendo que por meio desse recurso, que se faz a diferenciação de termos lingüísticos presentes nesses documentos com o objetivo de interpretação.

No próximo item, destacaremos a relevância do documento na pesquisa historiográfica e lingüística.

### 1.2.3 O documento em Historiografia Lingüística

*A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso que quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz.*

(Ferreira Goulart)

Não cabe apenas ao poeta, mas também ao historiador recuperar o fruto de como os sujeitos viveram e pensaram sua própria existência, forjando saídas na sobrevivência, aproveitando algumas vezes as alegrias da solidariedade e, em outras, sucumbindo ao peso de forças adversas.

Essa experiência manifesta-se sob as mais variadas formas, como arte, crença, imagens e tradição. São essas manifestações que se tornam objeto do historiador por meio de vestígios e registros que, também, aparecem sob as mais diferentes formas como escritos, objetos, música, fotografia e outras.

Segundo Maria do Pilar de Araújo Vieira & outros (2003), a atividade humana manifesta-se sob muitas formas de registro, que foram desprezados, durante muito tempo, porque não tinham importância para a história. Para os autores (op.cit.: 13), *o registro refere-se a uma variedade muito grande de manifestações do ser humano que evidencia a*

*ampliação do foco de atenção do historiador interessado em recuperar a trajetória dos homens, vivendo as várias dimensões do social.*

M.P.A.Vieira e outros postulam que, em fins do século XIX, o registro privilegiado pelo historiador era o documento escrito, sobretudo o oficial, pois esse assumia o peso de prova histórica e sua objetividade era garantida pela fidelidade ao mesmo. No entanto, a valorização do documento como garantia da objetividade exclui a noção de intencionalidade contida na ação estudada e na ação do historiador.

A palavra documento, com o sentido de prova jurídica, foi usada pelos romanos e se conserva até os dias atuais, no entanto, os positivistas, ao se apropriarem da palavra, conservaram-lhe o sentido de prova, não mais de jurídica, mas científica. Nessa acepção, o documento falaria por si só, cabendo ao historiador manter-se o mais próximo possível dos textos, despojando-se de idéias preconceituosas, procurando tirar do documento tudo o que nele esteja contido. Esse modo de conceber o documento incita a preocupação de verificar a sua autenticidade ou não.

A noção de documento ampliou-se a partir da concepção de história proposta pela Escola dos Annales, em que o acontecer histórico se faz a partir das ações dos homens. Nesse sentido, o conhecimento histórico se produziu com tudo o que pertencendo ao homem, depende dele serve-o, exprime-o, revela a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Sendo a língua uma das ações do homem, configura-se como instrumento para a pesquisa em HL, visto que é a partir do documento que podemos verificar dados lingüísticos e históricos inter-relacionados.

Por essa perspectiva, entendemos o documento como todo e qualquer registro de época que traz materializado, lingüisticamente, as idéias que ocorreram naquele contexto. Uma vez selecionado, ordenado e inserido no contexto de sua produção, o documento se abre à compreensão da realidade, provando e comprovando cientificamente aspectos do homem e da sociedade de determinada época. Essa compreensão da realidade dá-se por meio de uma abordagem que insere o documento em um clima de opinião, cujo processo de interpretação requer do pesquisador um tratamento peculiar e um “olhar histórico”.

O historiógrafo da língua não faz história senão com o documento materializado lingüisticamente. Nesse sentido, a aliança entre História e Lingüística é possível, porque não há como negar que a história está na língua e a língua está na história.

Assim sendo, a apreensão do Regimento de Tomé de Souza como objeto de análise, faz dele um documento, na medida em que materializa dados histórico-lingüísticos possíveis de serem interpretados.

No próximo capítulo, operacionalizaremos o primeiro princípio da Historiografia Lingüística, a contextualização, com o objetivo de inserir o Regimento de Tomé de Souza, documento que tomamos como objeto de estudo dessa dissertação, no contexto do século XVI, onde foi produzido.

## CAPÍTULO II

### PORTUGAL E BRASIL NO SÉCULO XVI

#### 2.1 O contexto histórico-social de Portugal no século XVI

As grandes navegações do final do século XV e início do século XVI aconteceram em resposta à necessidade de novas rotas comerciais para garantir e incrementar as trocas comerciais. Além disso, elas representaram o surgimento e a formação de uma nova sociedade, diferente da sociedade feudal. Nas grandes viagens de navegação, cantadas como epopéia por Camões, os homens apreenderam o conhecimento de que o mundo era redondo.

O século XVI é o palco por excelência da inserção definitiva de troca de mercadorias no Ocidente. As trocas de mercadorias, os lucros advindos dessas trocas, a descoberta de novas praças comerciais reorientaram a vida das pessoas, ao redefinirem os estados e a relação de força entre eles. O impulso dessas navegações torna-se regulares, graças ao comércio que gera a possibilidade do enriquecimento dos reis e suas cortes, em que a riqueza não é mais baseada na quantidade de terras, mas no dinheiro, no metal conseguido por meio do comércio de mercadorias.

Os grandes países europeus participaram desse período mercantilista. A Península Ibérica teve por muitos anos, as cortes mais ricas da Europa, mas foi Portugal o primeiro a se aventurar nas grandes viagens de navegação. Segundo Paul Teyssier (1992), a política portuguesa do século XV, ainda, é impulsionadora de toda a expansão européia, na medida em que descortinou um mundo desconhecido e pleno de riquezas.

Foi com D. Manuel que Portugal atingiu a culminância. Quase toda a costa africana, a costa asiática entre Ormuz e Macau, a maior parte da costa americana do sul, e inúmeras ilhas pelos mares longínquos ficaram sob o domínio daquela nação que, segundo Francisco Iglesias (1993), iniciou o século XV com pequena população, aproximadamente 1 326 000 habitantes. Essa população reduzida que deveria dirigir um grande império tinha de se repartir entre a agricultura, no continente europeu, pela navegação, pela guerra e pelo comércio em toda a extensão do império.

Das conquistas portuguesas nos oceanos, a mais importante em termos comerciais foi à passagem do cabo da Boa Esperança, em 1497/98, pois foi ali que se abriu o caminho

para o domínio português nas Índias. Com o vasto comércio que daí se produziu com a Europa, o porto de Lisboa passou a ser o ponto de partida e de chegada de barcos de vários lugares do mundo.

O domínio português nas Índias foi rápido. De 1508 a 1515, as principais praças comerciais, Suez, Ormuz, Malaca, Macau e Goa, sendo está a sede principal de Portugal já estavam conquistadas pela Coroa Lusitana. Mesmo com as perdas na chamada rota das Índias, o comércio sempre foi lucrativo.

A riqueza gerada com a expansão comercial portuguesa e o monopólio real de rotas comerciais e de mercadorias criaram no reino português uma mentalidade de ostentação e luxo e uma conseqüente desvalorização do chamado trabalho produtivo, em especial o manual, coisa desprezível própria das camadas baixas.

A mentalidade à fidalga se espalha pela sociedade como um todo, concebendo-se a idéia de que a riqueza conseguida além mar era suficiente para enriquecer a sociedade, essa idéia gera hábitos fidalgais mesmo em parcelas da população que não o eram por nascimento. O apego demasiado à riqueza obliterava a visão das pessoas em geral para os verdadeiros problemas da sociedade, conforme afirma Oliveira Martins (1972:32):

*Na embriaguez de tamanhas riquezas, quem poderia ouvir o grito lancinante do judeu queimado? quem se atreveria a afirmar que a nação se arruinava? ou se despovoavam? que a miséria crescia? E que o rei de Portugal opulento, era de fato um pobre pedinte?*

No entanto, não podemos afirmar que o afidalgamento da sociedade portuguesa seja o responsável pela sua decadência. Foi antes um sinal claro de que a política do transporte, da maneira como foi conduzida é que causou o atraso português, principalmente, depois que o comércio no Oriente começou a diminuir e as riquezas já não eram bem utilizadas.

Por volta de 1516, iniciou-se a decadência do poderio português no Oriente. Foi um processo longo que se mostrou irreversível com o tempo e que afetou todo o reino, pois quando a riqueza, que era certa começou a faltar, o reino já a ela estava acostumado começando a crise.

O estado de endividamento tomou conta da coroa portuguesa logo nas primeiras décadas do século XVI. O problema em tese era o *déficit* na balança de receitas e despesas, pois os gastos não eram realizados em coisas produtivas para o reino, mas na ostentação do

luxo e no sustento da ociosidade. Além disso, em 1515, depois da conquista de Azamor, D. Manuel, querendo ampliar as bases portuguesas no litoral marroquino, fez partir do Tejo uma armada com muita gente, cuja missão era construir duas fortalezas em Mamora e Anafe. Entretanto, foram atacados pelos Mouros, e o desastre foi enorme, porque quatro mil homens, cem navios, toda a artilharia foram perdidas e a população destinada a colonizar foi aprisionada e vendida como escrava. Nenhuma outra expedição saíra tão cara como essa.

Logo que subiu ao trono, D. João III mandou proceder ao censo da população. Os resultados mostraram a desproporção entre o total de casa e o número de viúvas, cujos maridos haviam sido devorados nas Índias. A conseqüência foi facilmente percebida, conforme afirma Vicente Costa Santos Tapajós (1985:2):

*Os campos foram, em grande parte, abandonados. A agricultura sofreu, e a penúria ou matou de fome pelos caminhos a população ou forçou-a a entregar-se, mais ainda à aventura oriental, já agora, não apenas para levantar o sagrado pavilhão da ordem de Cristo, mas por necessidade de sobrevivência.*

Junto à crise do povoamento, outras crises se juntaram – a importação de escravos e a questão judaica – vindo a modificar a fisionomia do reino, em especial Lisboa.

Foi por cerca de um século que Portugal segurou nas mãos as chaves de vários continentes e levou-lhes seu nome, sua língua e a fé de Cristo. No entanto, havia sempre a dúvida se deveria explorar as áreas com riqueza já constituída, como a Índia, por meio de feitorias, que eram as formas mais indicadas em áreas de muita população, ou tentar a colonização com um corpo administrativo amplo e tarefas definidas.

Aos portugueses faltavam as experiências comerciais dos italianos ou dos hanseáticos, que faziam a distribuição dos gêneros com lucros maiores, visto que vinham buscá-los em Portugal, que fizera a parte mais difícil. A aparente riqueza obtida no Oriente e na América desarticulava as economias de Portugal, dependente da importação de quase tudo.

Foi exatamente nesse contexto do século XVI que Portugal atribuiu à empresa colonial do Brasil um projeto político, em consonância com a situação da Índia, e um projeto lingüístico por meio de uma política de implementação da língua.

No entanto, o ensino de língua portuguesa durante a implementação do Governo-geral dava-se pela convivência entre órfãos portugueses, filhos de colonos e curumins. Os jesuítas perceberam que era mais fácil catequizar os gentios na própria língua indígena para depois lhes ensinar a língua portuguesa.

### **2.1.1 A língua portuguesa nas gramáticas portuguesas do século XVI**

Com o ensino das línguas grega e latina, praticado em meados do século XVI desenvolveu-se um conhecimento teórico das línguas antigas, criando condições favoráveis ao surgimento das primeiras gramáticas e dos primeiros dicionários da língua portuguesa. A Gramática de la lengua Castellhana de Antonio de Nebrija (1492) impulsionou a elaboração de gramáticas de língua portuguesa. É naquele século que Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540) entenderam a necessidade e procederam-se à sistematização de normas para o bom uso da língua portuguesa. Dessa forma, surge a gramática com o intuito de disciplinar a língua e, conseqüentemente, identificar as variantes.

Esse século se configura como um período fundamental para a língua portuguesa, mas não se pode pensar que se trata de um tempo homogêneo lingüisticamente. A língua e a sociedade da época estavam em plena mudança. Vê-se Portugal, no século XVI, como nação poderosa, tanto política quanto tecnologicamente. À medida que vai conquistando o mundo, firma-se por um lado, como o mais avançado dos países da Europa e, por outro, do ponto de vista da conquista lingüística, como nação frágil. Na verdade, a língua portuguesa estava passando por grandes mudanças. O enriquecimento no acervo lexical, disciplina gramatical e expansão da língua, principalmente a falada, para os povos conquistados era a fisionomia do português naquela época em meio a necessidade de sistematização de normas.

A partir do século XVI, a língua portuguesa passa por grandes transformações, enriquecendo o seu acervo lexical, disciplinando as suas estruturas e expandindo-se para fora do seu domínio continental. Isso não significa dizer que o português tradicional há dois séculos separados do galego, não permanecesse como língua viva, falada e inclusive escrita. A prosa didática dos reinados de D. João I e D. Duarte, grande parte da poesia palaciana compilada no Cancioneiro Geral, o teatro de Gil Vicente entre outras, são testemunhos de uma língua arcaica.

José Leite de Vasconcelos (1923) entende que até meados do século XVI a língua apresenta caracteres gramaticais, estilísticos e lexicológicos que a separam dos tempos subseqüentes. Para Segismundo Spina (1987), o período arcaico da língua portuguesa vai até o final da primeira metade do século XVI.

Na seqüência, procederemos a exposição de alguns aspectos da vida do primeiro gramático quinhentista, Fernão de Oliveira, e da organização de sua obra.

### **2.1.2 A gramática de Fernão de Oliveira**

Segundo Maria Leonor Carvalho Buescu (1984), Fernão de Oliveira teve uma vida acidentada, cheia de imprevistos, aventuras e desdita. Filho de Heitor de Oliveira, juiz de órfãos de Pedrógão, nasceu provavelmente em Aveiro em 1507. Passou a infância na Beira, conforme ele mesmo relata no capítulo XLVII de sua Gramática: *Contudo, sendo eu moço pequeno, fui criado em S. Domingos de Évora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o eu assim pronunciava, segundo que o aprendera na Beira.*

Em um artigo publicado no jornal *O século* de 4 de março de 1929, Rodrigo de Sá Nogueira chama a atenção para o fato de que a Gramática de Fernão de Oliveira, publicada em 1536, era considerada a primeira gramática portuguesa, embora quatro anos mais tarde João de Barros afirmasse ser o primeiro a sistematizar a língua portuguesa. Mas as relações de convívio entre os dois humanistas excluem a possibilidade da falta de conhecimento de João de Barros, por um lado e, por outro, de má fé em ignorar a publicação de Fernão de Oliveira.

Na verdade, Fernão de Oliveira anteviu muitos problemas lingüísticos, notadamente pela aguda percepção manifestada na descrição dos sons, fato este que para João de Barros não pode ser considerada uma arte no sentido em que a entende. A obra de Fernão de Oliveira é um conjunto de reflexões de tipo ensaístico, ou seja, uma miscelânea lingüística e cultural. Tem um caráter doutrinário em relação à língua, que Fernão de Oliveira tanto venerou, primando por ensinar alguns aspectos da língua portuguesa. Com freqüência faz comparações entre as línguas portuguesa, latina e grega. Nela, também, percebemos a importância dada às culturas grega e romana, imprimindo-lhe um caráter normativo. Nesse aspecto, afirma Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos (1981:128):

*Fernão de Oliveira, o primeiro gramático da língua portuguesa, afasta-se do esquema rígido da gramática tradicional de Nebrija e da gramática dos latinos, por manter em sua obra uma notável originalidade e clareza quanto aos problemas lingüísticos, principalmente no que diz respeito à descrição dos sons mas sua gramática não se encaixa em arte, se entender por arte um compêndio gramatical sistemático que siga os esquemas tradicionais que foram transmitidos pelos gramáticos latinos(...) devemos observar que Fernão de Oliveira não trata das figuras em sua gramática, o que era obrigatório num compêndio gramatical desde os latinos, e que está na obra de Nebrija e é parte importante na obra de João de Barros (...). Fernão de Oliveira só mantém em sua gramática uma das partes da gramática latina, que é a ortografia, e está é muito bem elaborada por ele.*

Podemos afirmar que a gramática de Fernão de Oliveira instaurou as bases das que seriam utilizadas até o século XIX. Sua gramática constituiu-se na primeira anotação formal da língua portuguesa no século XVI em Portugal.

A gramática se inicia por uma parte preambular em que se define linguagem, tece considerações sobre a formação das línguas e, apoiada na autoridade dos filósofos antigos, faz referências ao papel de D.Dinis e D. João III no desenvolvimento da instrução. Desenvolve, também, um estudo da pronúncia, articulação e grafia dos sons portugueses que, segundo M.L.C. Buescu, talvez, seja esta a parte mais original de sua obra. Segue, ainda, um estudo de questões morfológicas, tais como, derivação e composição, flexão dos nomes, alguns pronomes, plural dos nomes terminados em *ão* e em consoante, conjugação dos verbos e termina com uma página dedicada à construção, ou seja, sintaxe.

Além disso, essa gramática surge em um período de expansão colonial e, por conseguinte, a necessidade de sistematizar a língua portuguesa, tornando-a um idioma forte e autônomo, falado por um povo que pretendia se firmar. Nesse sentido, podemos afirmar que a gramática de Fernão de Oliveira ultrapassa o caráter lingüístico, tomando proporções de defesa política da soberania lusitana e revelando todo o seu teor político.

Concebida diante da consciência da função da língua na sustentação da nação portuguesa, essa gramática procura mostrar que as pessoas que se submetem à língua portuguesa serão tão grandiosas quanto ela o é.

Conhecermos as obras gramaticais quinhentistas é fator imprescindível nesta pesquisa, que se propõe fazer uma análise das marcas histórico-lingüísticas que se apresentam e organizam o documento Regimento. A obra de Fernão de Oliveira deu, por assim dizer, o primeiro passo na sistematização da língua portuguesa.

### **2.1.3 Gramática de João de Barros**

Descendente de família fidalga, João de Barros nasceu provavelmente em Viseu, em 1496. Órfão, desde tenra idade, foi acolhido nos Paços da Ribeira, onde desempenhou a função de moço de guarda-roupa do futuro rei D. João III, que o incitou nas primeiras tentativas literárias.

Em 1525, foi nomeado tesoureiro da Casa da Índia, cargo que influenciou a atividade de historiador de João de Barros, pois o desempenho da função de tesoureiro o colocou em contato com os problemas do estabelecimento dos portugueses na Índia. Permaneceu por trinta e cinco anos como feitor da Casa da Índia. Em 1535, foi-lhe concedida uma capitania no Brasil, mas sofreu um prejuízo econômico e moral resultante do naufrágio da expedição que enviara, perdendo, inclusive, dois filhos.

A diversidade de interesses, manifestados por João de Barros em sua longa vida de homem de letras, acentua o traço mais característico de sua personalidade, o de humanista, que como tal nos deixou a obra mais representativa do espírito renascentista português: a Gramática da Língua Portuguesa.

Diferentemente da gramática de Fernão de Oliveira, a de João de Barros era formadora com preceitos morais e mostrava o primeiro pedagogo interessado no ensino da língua portuguesa. João de Barros procurou instaurar uma política lingüística, discutindo o aperfeiçoamento da língua e as relações que se pode estabelecer com a aprendizagem de outras línguas, como, por exemplo, a língua grega.

Procurou valorizar a aprendizagem da Gramática, mostrando que ela é um fator de identidade cultural. Enalteceu a língua como “herdeira” da latina e como esta tem um caráter eterno, o mesmo aconteceria com a Língua Portuguesa. Realçou que os mestres não conseguiam ensinar a gramática latina por não conhecerem a gramática de sua própria língua. João de Barros também trata da metodologia do ensino de Língua Portuguesa em escolas portuguesas.

A gramática de João de Barros é uma obra normativa com evidentes intenções didáticas, ou seja, com preocupações com aqueles que querem aprender a falar bem o idioma português. Na introdução, são apresentadas as intenções da obra quanto à formação nos domínios da religião e da moral, como também, o sentimento de valor cívico pautado no orgulho das conquistas além-mar, tendo em vista sua conduta ufanista.

Podemos observar como a gramática foi definida por João de Barros: *E vocábulo grego: quer dizer ciência de letras e, segundo a definição que lhe os Gramáticos deram e um modo certo e justo de falar e escrever, colhido do uso e autoridade dos barões doutos.*

O autor apresenta a organização de sua obra, afirmando que a linguagem portuguesa é composta por nove partes: artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Propõe, também, a divisão da gramática em quatro partes: ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe. João de Barros subdivide a ortografia em dois tópicos que, segundo ele, tem por objetivo tornar o trabalho mais didático, facilitando o aprendizado.

De acordo com M.L.C. Buescu (1978), há uma forte preocupação com a aprendizagem e a fixação representada pela disposição gráfica da obra como também pelas declinações do artigo, do nome, do pronome e das conjunções verbais.

Um outro aspecto a ser ressaltado na obra de João de Barros, segundo a autora, é sua preocupação em mostrar que a língua portuguesa era independente da língua latina, embora não nega a aproximação entre as duas. Se por um lado, para o gramático, a filiação latina da língua portuguesa e a conformidade desta com aquela constituía, sem dúvida títulos de nobreza e um dos motivos de louvor da língua portuguesa. Por outro lado, não deixa de reconhecer a individualidade do português em relação à língua-mãe. A relação que o autor da gramática faz com o latim é, para ele, um meio pedagógico de facilitar a aprendizagem da nova gramática.

Na verdade, a gramática visa, pois, uma afirmação da individualidade da língua portuguesa, visto que a exemplo dos romanos, a transmissão da língua é um sinal de vitória. Além de João de Barros ver com orgulho o fato de os povos africanos e orientais aprenderem a língua portuguesa, bem como a lei e os costumes do povo português, ele também aceita o fato de que o português é alterado e influenciado pelas línguas diferentes desses povos. Esse sentimento de exaltação da língua dos portugueses era uma forma de exaltar a pátria.

Seguiremos nos próximo item, com o estabelecimento do clima de opinião que envolvia o Brasil no século XVI.

## **2.2 O contexto histórico-social do Brasil no século XVI**

Foi com a crise do feudalismo que se inicia uma nova realidade político e econômica na Europa marcada pelo crescimento das atividades comerciais, pelo renascimento urbano e pelo fortalecimento da burguesia mercantil.

Nessa passagem do mundo medieval para os tempos modernos, surgiu a necessidade de centralizar o poder político. Formaram-se os Estados Nacionais – Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda – que centravam nas mãos dos reis, nas nações modernas, o poder. Como conseqüência, possibilitou a unificação das leis, moedas e impostos, fato indispensável para o avanço do comércio.

Todas essas transformações impulsionaram a expansão comercial européia a partir do século XV que só foi possível graças a existência dos Estados nacionais modernos. Sendo Portugal um estado centralizado, voltado para uma política de expansão mercantil, reunia todos os recursos econômicos necessários para a ampliação das atividades comerciais por meio marítimo e explica-se, dessa forma, o pioneirismo português neste expansionismo marítimo.

Se no plano político as nações modernas caracterizavam-se pela centralização do poder nas mãos dos reis, no plano econômico, apoiavam-se no mercantilismo, que era uma política econômica cujo objetivo era a expansão da riqueza nacional por meio da expansão do comércio.

Com a finalidade de enriquecer a nação e fortalecer o poder do estado, o mercantilismo orientou e impulsionou a ocupação, o povoamento e a exploração das terras americanas a partir do século XVI. A América tornou-se peça fundamental no jogo de interesses comerciais das nações européias

A colonização fez das terras americanas áreas produtoras permanentes de bens, aqui entendidos como valores e não produção, para a economia européia. Em lugar dos armazéns fortificados, a colonização implantou áreas de cultivo ou de exploração mineral destinadas a produzir para o comércio europeu.

Nesse sentido, podemos afirmar que a organização econômica do Brasil esteve relacionada com a expansão da economia mercantil européia do século XVI. A política mercantil foi o alicerce da empresa colonial e determinou as relações entre a metrópole – centro dominador – e os territórios coloniais – áreas dominadas.

As colônias foram organizadas como setores econômicos que completavam e sustentavam a economia metropolitana por meio do monopólio comercial. Isso garantia a exclusividade à metrópole da produção colonial e da exploração do mercado consumidor da colônia.

Na continuidade de sua política colonizadora, entre 1534 e 1536, a coroa portuguesa determinou a divisão das terras brasileiras em *capitanias hereditárias ou donatárias*, regularizando a forma de ocupação e exploração do Brasil.

O sistema, já experimentado com sucesso nas ilhas do Atlântico, atendia aos objetivos da política colonial portuguesa, pois transferia para particulares o alto custo do empreendimento colonizador, preservando os recursos do estado.

Esse esforço da coroa não levou à exploração econômica do Brasil, e a defesa da colônia não se efetivou pelo regime de capitanias. A falta de recursos financeiros, constantes ataques indígenas, dificuldade de comunicação com a metrópole, escassez de mão-de-obra, desconhecimento da região, desinteresse dos donatários, altos custos da empresa levaram o regime de capitanias ao fracasso.

Além disso, as constantes ameaças de franceses e ingleses, a decadência do império português no Oriente e a descoberta de minas de ouro, nos domínios espanhóis, levaram a coroa portuguesa a reforçar as bases da colonização, por meio de uma estrutura político administrativa centralizada no Brasil. Dessa forma, criou-se em 1548, o sistema de Governo-geral que unificou a administração em toda a colônia, limitando o poder dos donatários, absorvendo os poderes públicos nela instituídos, firmando-se a soberania e a autoridade da coroa portuguesa no Brasil.

O sistema de Governo-Geral foi constituído por meio de um Governador Geral, chefe do governo; um Provedor Geral, dirigindo a Fazenda; e, Capitão Moor da Costa. Encarregado da defesa do litoral, e, mais tarde, um Alcaide Moor, tendo o Comando das Armas e um Ouvidor-Geral, residindo a Justiça. A ação do governador deveria estender-se a todas as capitanias, que ficaram sujeitas às suas instruções, no entanto a capitania de Pernambuco, de Duarte Coelho, manteve sua autonomia.

O Regimento que o Governador-geral trazia consigo é considerado, para o Brasil, como sendo a sua primeira constituição. Esse documento visava à unificação jurisdicional e continha elementos capazes de possibilitarem uma colonização progressiva, como de fato ocorreu.

É inegável que, apesar do pouco tempo de administração e dos poucos meios de que dispunha, Tomé de Souza trabalhou em favor da unidade administrativa e com ele nasceu, verdadeiramente um Estado do Brasil. O sistema de Governo Geral continuou existindo, com muitas modificações, até 1808 com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil sendo o segundo de maior durabilidade, 58 anos, durante o período que vigorou esse tipo de governo.

Em 1573, D. Sebastião, rei de Portugal, dividiu o Brasil em dois governos: norte e sul. O governo do norte teve sua sede em Salvador, e sua jurisdição foi de Ilhéus para o norte, o do sul, compreendia as terras abaixo de Porto Seguro, e teve como sede a cidade do Rio de Janeiro. Os dois governos tiveram resultados satisfatórios.

O governo foi novamente unificado em 1577, e Luís de Brito de Almeida governou interinamente até 1578.

Ao assumir o trono da Espanha e Portugal, em 1598, Filipe III, após o governo de Diogo Botelho e diante da descoberta do ouro de lavagem no litoral paulista, dividiu novamente o Brasil em duas administrações. O governo da parte sul foi denominado, nos documentos oficiais, *Repartição do Sul* e era constituído pelas Capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Em 31 de agosto de 1612, surgiu um novo Regimento para substituir o trazido Tomé de Souza. Esse novo documento continha algumas disposições idênticas às do Regimento de Tomé de Souza, mas, em sua maior parte procurou atender às novas necessidades da colônia: o povoamento do nordeste.

Luís de Sousa nomeado em 1617 foi o último governador a exercer esse cargo, porque Filipe IV resolveu extinguir aquela administração, subdividindo-a em outras duas a 13 de junho daquele mesmo ano: O Estado do Maranhão, com sede em São Luís e depois em Belém, e o Estado do Brasil, com capital em Salvador. Os governos eram interdependentes. A partir de 1621, a administração colonial esteve dividida em três Governos: o do Estado do Maranhão, o do Estado do Brasil e o da Repartição do Sul.

Em 1640, com a vitória da campanha pela Restauração, terminou o domínio espanhol, subindo ao trono português D. João IV, vigésimo primeiro rei de Portugal e primeiro da Dinastia de Bragança. Apesar da Restauração a divisão administrativa realizada por Filipe IV vigorou até 9 de julho de 1774, quando o Marquês de Pombal, primeiro ministro do Rei D. José I, extinguiu o Estado do Maranhão.

A partir de 1720 todos os governadores foram nomeados com o título de vice-reis.

A vinda da família real para o Rio de Janeiro, no começo do século XIX, elevou o Brasil de simples colônia para a sede da monarquia portuguesa. A estrutura administrativa do Brasil foi reformulada, passando a funcionar, aqui, órgãos que, anteriormente, só existiam na metrópole.

As principais medidas administrativas foram a criação da Junta do Comércio, Agricultura e Navegação do Brasil; fundação da Real Fábrica de Pólvora, da Escola Anatômica e Cirúrgica e do Banco do Brasil; fundação da Biblioteca Pública e do Jardim Botânico, sendo esses os aspectos positivos da transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Por outro lado, muitos erros foram cometidos nessa reestruturação, pois, em alguns casos havia um simples transplante do sistema administrativo português, sem preocupação com a adaptação à realidade brasileira e nesse ponto, inclui-se também, a língua portuguesa.

Como principais pontos negativos, destacamos empreguismo, corrupção, burocracia e, sobretudo, o desprezo ao trabalho. Nenhum brasileiro participou do ministério de D. João, os interesses do Brasil não foram levados em consideração, governava-se o Brasil com olhos totalmente voltados para a Europa.

Em 1820, houve uma revolução de cunho liberal, em Portugal, que limitou os poderes do rei, além da exigência da volta de D. João VI a Portugal. A Revolução liberal Portuguesa apresentou uma contradição, pois enquanto liberalizava o regime português, tentou fazer com que o Brasil voltasse à condição anterior a 1808. Desse conflito de interesses entre as classes dominantes da metrópole e as classes dominantes da colônia é que se desencadeou o processo que deu origem à nossa independência política.

Na seqüência traçaremos um panorama de como se deu o contato do índio com o português e as conseqüências dessa mistura de culturas. Embora, a literatura daquela época não é considerada de grande valor literário, ela expressa significativamente a nossa cultura, revelando a visão do mundo dos moradores da região, quer estrangeiros, quer nacionais. A

melhor literatura foi, sem dúvida, a dos jesuítas, pois apresentaram uma grande evolução no processo lingüístico, revestindo-se de aspectos portugueses e medievais. Seu conteúdo objetivava fornecer subsídios morais, religiosos e culturais para os índios e posteriormente para os negros.

### **2.2.1 A língua portuguesa no Brasil no século XVI**

A língua é um elemento básico de comunicação nas relações entre os homens e, a história é, particularmente, rica para ilustrá-la. Usada unanimemente por um povo e praticada desde a infância, a língua não é grande dificuldade para o homem de uma comunidade ou de um povo, ainda que demande um período de aprendizado.

Todavia, se essa dificuldade não existe em relação à comunidade que o indivíduo faz parte, o mesmo não diremos quando considerarmos os diferentes povos ou as diferentes nações. Dessa multiplicidade resultam as várias línguas, derivando daí dificuldades para a comunicação entre os povos diferentes. Essas diferenças só podem ser superadas quando um dos povos adota a língua do outro.

Como se diversificaram as línguas, se a multiplicidade delas derivou de uma só, se as línguas são ramificações de uma única. São indagações que se fazem até hoje e não se encontram respostas a contento.

Registraremos apenas o período de uma época quando podia definir-se língua como um sistema de expressão verbal do pensamento, comportando um vocabulário e uma gramática, definidos relativamente fixos, constituindo uma instituição social durável que se impõe aos habitantes de um país e permanece quase que independente de sua vontade individual.

Referimo-nos mais particularmente, quando os homens de um continente mais evoluído descobriram um novo mundo, o continente americano e mais especificamente o Brasil. Nesse novo mundo descoberto, havia gentes novas, que formavam grupos cujo linguajar nunca fora ouvido nem entendido antes.

Em se tratando de Brasil, podemos afirmar que, no século XVI, havia duas culturas: uma de colonizadores e outra de nativos que aqui viviam, tendo toda a terra por sua e, seus costumes, de tão naturais, que não havia nenhum vestígio de convenções que os povos mais civilizados carregavam consigo.

Para ilustrar essa relação das duas culturas, buscamos na carta de Pero Vaz de Caminha, um documento que retrata a impressão dos portugueses aqui chegados, fragmentos de como se deu esse contato.

*XXI dias dabril toparam alguus synaaes de tera...e aa Quarta feira seguinte a oras de bespera houveram vista de terra a saber: primeiramente dhuu grande monte muy alto e rredondo e doutras serras mais baixas ao sul dele e de terra chaã com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitam pos nome o monte pascoal e aa tera a tera de Vera cruz; aa quimta feira pola manhaã fizemos vella e segujmos diretos aa terra..ataa mea legoa de terra omde todos lançamos amcoras em dir.to da boca dhuu Rio e daly ouuemos vista d homees q.andavam pela praya...e o capitam mandou no batel em terra nicolaa coelhopera veer aqle Rio e tamto que ele comecou para la dhir acodirã pela praya homees... traziam arcos nas maaõs e suas seetas. Vijnham todos Rijos pera o batel e niconaa coelho lhes fez sinal que posessem os arcos e eles os poseram*

Foi por intermédio de Nicolau Coelho que fazendo alguns sinais e os índios entendendo esse tipo de comunicação, chegaram à fala. Estavam frente a frente seres inteligentes coexistindo uma linguagem que resultava de diferentes povos. Todavia, esse encontro não foi de pleno contato, conforme Carta de Caminha folha 1: *Ali não pode aver deles fala nem entendimento que aproveitasse pelo mar quebrar na costa.*

Apesar das dificuldades geradas pelas diferenças de língua, houve gestos de cortesia de parte a parte, quando se iniciou a troca de produtos do velho e do novo mundo:

*soomente deulhes huum barrete vermelho e huuã carapuça de linho que levava na cabeça e huu sombreiro preto. Em troca “huuu deles lhe deu huu sombreiro de penas daves compridas com huua copezinha pequena de penas vermelhas e pardas coma de papagayo e outro lhe deu huu Rama l grande de comtinhas brancas e meudas que querem parecer daljaveira.*

Ainda, segundo a narração de Caminha foram bem freqüentes as dificuldades de comunicação que, muitas vezes ocasionaram a falta de entendimento de ambas às partes.

Chamaremos de primeiro “diálogo” a descrição pormenorizada que o escrivão da armada nos dá em sua carta, folha 3:

*Homees da terra foram recebidos com muito prazere festa. O capitam quando eles vieram estava asentado em huua Cadeira e huua alcatifa aos pees do estrado e bem vestido Com huu colar douro muy grande ao pescoço e sancho de Toar e simam de miranda e njcolaso coelho e aires e nos Outros que aqui na naao tochas e entraram e ão fezeram Nhuua mençam de cortesia nem de falar ao capitam enm a njnguem perohuu deles pos olho no colar do capitam e começou a daçenar cõ a mão per a terra e depois pêra o colar como que nos dezia que avia em tera ouro e tambem vio huu castiçal de prata e asy mesmo acenava para a tera e ... Isto tomavamos asy pola desejarmos, mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar isto nom queriamosnos entender porque lhe nom aviamos de dar...*

O não entendimento entre civilizados e indígenas várias vezes se deu por cenas hilariantes, como por exemplo, a “conversa” entre o capitão e um velho que tinha uma pedra verde no beijo, folha 7 da carta de Caminha:

*Se depois moveo o capitam pera cima ao longo do Rio que anda sempre a caram da praya e aly espero huu velho que trazia na mão hua para dalmaadia. Falou estãdo o capitam com ele perante nos todos sem o nuca nynguem emtender nem ele a nos quantas cousas que lhohem perguntava douro que nos desejavamos saber se o avia na terra, trazia este velho o beijo tam furado que caberia pelo furado huu grande dedo polegar e trazia metido no furado huua pedra verde rroim que çarava per fora aquele buraco e o capitam lha fez tirar e ele som sei que diabo falava e hia cõ ele pera a boca do capitam pera lhe meter. Estevemos sobrisso huu pouco Rijindo e entam enfadouse o capitãe leixouo.*

Encontramos, também, num inventário da carta de Pero Vaz de Caminha passagens que sugerem que os degredados aprendiam a língua dos indígenas, pois as dificuldades surgidas no encontro das duas culturas se davam por falta de língua comum. Antes que um contato efetivo ocorresse entre as duas, algumas décadas se passaram, no entanto, é

necessário salientar que degredados como João Ramalho, Diogo Alvares viveram no Brasil e constituíram famílias numerosas, colocando a serviço das tribos que os acolhiam a sua influência.

O contato a que nos referimos iniciou-se quando o português se fixou na terra e começou a construção de povoações como, por exemplo: São Vicente, Santos ou Vila de Olinda. Essa Duarte Coelho pretendeu fazer o centro da Nova Luzitânia.

A história mostra-nos as vicissitudes pelas quais passaram o regime de capitanias, visto que apenas duas prosperaram. Esse fracasso facilitava incursões estranhas, que ameaçavam a integridade do imenso território.

Segundo José Augusto Vaz Valente (1967), o nativo usava uma língua pela costa toda que carecia de três letras. Não se acha nela o *F* nem *L* nem *R*, coisa essa digna de espanto, porque assim não tem *Fé* nem *Lei* nem *Rei*.

O padre Manuel da Nóbrega e os primeiros jesuítas captavam os índios por sua atenção involuntária. Foram eles os primeiros e mais importantes elementos da catequese. Anchieta, que chegou quatro anos antes, foi até as aldeias mais afastadas onde pregava, ensinava e traduzia para as crianças. O padre serviu-se dos índios para recolher de sua boca o material com que sistematizou a língua tupi-guarani, o instrumento mais poderoso da intercomunicação das duas culturas: a do invasor e a da raça conquistada.

O tupi-guarani foi o liame que manteve estreitas as relações no território que o português percorreu e senhoreou. Segundo Gilberto Freire (s/d: 206) *Uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil*. O tupi-guarani serviu, simultaneamente, ao missionário, ao mercador, ao escravagista e ao explorador.

Fatos mais poderosos de culturas demandaram esforços da parte do europeu, que utilizou a língua do nativo tornando-se de uso em todas as camadas.

Segundo Theodoro Sampaio (1901), os portugueses preferiam as expressões tupi as da própria língua e por esse motivo, até meados do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colônia era de um quarto para o português contra três quartos para o tupi. Entretanto, a língua portuguesa do europeu civilizado se impôs, conforme afirma Gilberto Freire (op.cit: 27):

*Já o colonizador estava impregnado da agreste influência do indígena, já seu português perdera o ranço ou a dureza do reinol; amolecera-se num*

*português sem “rr” nem “ss”; infantilizara – se quase, em fala de menino sob a influência do ensino jesuítico de colaboração com os culumis.*

Como elemento primordial de colonização, a língua foi um instrumento poderoso e eficiente. A adoção da fala dos nativos foi bem oportuna, parecendo ter sido aceita por todos, inclusive as famílias dos portugueses e índios em São Paulo. Eram tão ligadas umas com as outras que as mulheres criavam-se mística e domesticamente. A língua, que nas referidas famílias se falava era somente a dos índios, sendo a língua portuguesa aprendida na escola pelos meninos que a freqüentavam. Ficou sob os cuidados dos padres da Companhia de Jesus a incumbência de ensinar a língua portuguesa.

No próximo item apresentaremos o rei D. João III, autor do Regimento de Tomé de Souza e sua trajetória durante seu reinado até o início da colonização do Brasil.

### **2.3 O autor do Regimento de Tomé de Souza: D. João III**

Filho de D. Manuel e de sua segunda esposa, D. Maria de Castela, D. João III nasceu em 1502 e subiu ao trono, em 1521, com a morte de seu pai. Herdou vasto domínio de terras, porém em difícil situação econômica. Casou-se com D. Catarina, irmã do imperador Carlos V, em 1525. Viu morrer o príncipe herdeiro D. João e, vinte dias depois, nascia outro herdeiro na pessoa de seu neto, D. Sebastião. D. João III reinou durante trinta e seis anos, vindo a morrer, em dois de janeiro de 1557.

Portugal, assim como todo seu povo, podia ser comparado a uma circunferência da qual faziam parte a Índia, grande parte da África, muitas ilhas do Atlântico e o Brasil e coube a D. João III a tarefa de colonização do Brasil.

Nenhum príncipe levou tão a sério os negócios do Estado quanto este monarca de estilo espanhol, de inclinação pacífica na guerra. D. João III pautava sua conduta pelo exemplo de Carlos V e supriu o gênio de um estadista pelo zelo escrupuloso e a régia dignidade com que exercia os deveres do seu cargo.

O monarca combateu o luxo, proibiu o uso de sedas e brocados; o desperdício de ouro, de prata, de esmaltes e de vestuários, estabelecendo, inclusive, uma reforma judicial em 1526. Cuidou igualmente da educação e do ensino. Fundou o colégio das Artes, que veio a desenvolver o ensino do segundo grau de preparo para a Universidade.

Todos esses feitos não impediram que o império português começasse a desintegrar em seu reinado. D. João III tentou lutar contra a crise financeira, que se tornava ainda mais aflitiva devido às expedições caríssimas. Era o beneficiário e vítima da herança, que lhe acumularam os talentos de D. João II e a fortuna de D. Manuel.

Foram infatigáveis seus esforços para não deixar decair Portugal da situação a que o tinham deixado seus predecessores, para sustentar o equilíbrio instável do edifício gigantesco de peso desproporcional aos alicerces. O seu formalismo denuncia o permanente desejo de representar com alta compostura o seu papel de monarca da renascença. Interpretava a autoridade do poder real com grandeza exemplar.

Para custear a construção das armadas, pagar o soldo às tripulações e às guarnições da África e do Oriente, construir e reforçar fortalezas, adquirir armamento, compensar os grandes serviços dos vassalos, cumprir as estipulações dotais dos casamentos, resgatar Molucas, comprar trigo, defender o Brasil, D. João III, desde que subiu ao trono, é afligido sempre pelo mesmo clamor: Dinheiro!

Segundo V.C.S. Tapajós (op.cit.:6) *não fora o Brasil, e do reinado de D. João III só ficariam a obra imortal de escritores geniais e a triste lembrança de um império que se esboroava*. A necessidade de numerário, a defesa contra a cobiça estrangeira e a possibilidade de tirar os recursos capazes de resolver a crítica situação econômica em que se encontrava o reino, levou o monarca português a cuidar melhor do Brasil, não relegando de vez Portugal a um império desmantelado. Entretanto, na terra bárbara de onde nada se esperava não existia casa, templo, agricultura, indústria, especiarias nem ouro e nem mesmo o animal doméstico. Tudo era preciso transportar: o homem livre e o escravo, o evangelho e o código, o boi e o cavalo, a semente e a charrua, a arma e a enxada e a própria língua.

A seguir, traçaremos um perfil do primeiro Governador-geral do Brasil nomeado pelo rei D. João III.

### **2.3.1 O Governador-geral do Brasil: Tomé de Souza**

Tomé de Souza era filho bastardo e teve uma infância difícil. Nascido em 1503, neto do fidalgo Pedro de Sousa de Seabra e filho de João de Souza, prior de Rates.

Também, era primo de Martim Afonso, de Pero Lopes de Sousa e do conde de Castanheira, o principal conselheiro do rei D. João III.

Apesar do parentesco bom, Tomé de Souza fez-se a si mesmo. Para ingressar na vida pública, tornou-se soldado e é nessa qualidade que começa a ser notado. No Marrocos, no ano de 1527, destacou-se pela bravura e foi citado pelo heroísmo. No ano seguinte, em Arzila, novamente contra os mouros, obtém êxito também. Depois, destaca-se na Índia, em 1535, como capitão de uma nau de armada, aumentando seu prestígio e fortuna.

Tomé de Souza conheceu o infante Dom João – mais tarde o rei D. João III – nas disputas em que se preparavam os homens que iriam guerrear por Portugal, servindo a corte como soldado e administrador, aos poucos vai galgando a escada da nobreza, vindo a tornar-se fidalgo, em julho de 1537.

Em 1548, D. João III já constataria o fracasso do regime de capitánias no Brasil, concebendo um tipo de governo centralizado. Como seria o primeiro Governo-geral a ser instalado, a intenção da coroa era submeter todos os donatários das capitánias hereditárias à autoridade do novo governante: Tomé de Souza que, neste tempo, passava dos 40 anos de idade, era rico e assentado com fama de homem sério com quem não se brincava.

O novo governador era um homem avisado, ou como escrevera Francisco de Andrade, era um fidalgo honrado em que concorriam todos os aspectos necessários para um negócio de tanto peso e importância. Segundo o próprio D. João III, rei de Portugal, além de honrado e prudente, o caráter de Tomé de Souza inspirava-lhe confiança. Com tantos atributos, o rei nomeou-o, em Almerim, a 7 de janeiro de 1549, Governador-Geral do Brasil.

Tomé de Souza assumiu inteiramente o cargo de Governador-Geral do Brasil, deixando Lisboa em primeiro de fevereiro do mesmo ano, sem a mulher e a filha. Poderia mesmo sentir-se um rei, se não fora sua modéstia e prudência, pois as instruções que recebera de D. João III davam-lhe grandes poderes.

Embarcou para o Brasil com a esquadra mais imponente que jamais aparecera desde a expedição de Martim Afonso de Sousa. Em uma armada composta de três naus, duas caravelas e um bergantim provida de todo o necessário para o cumprimento de sua tarefa: a de povoar e fortificar a Baía de Todos-os-Santos. A escolha da Bahia deu-se ao fato de ser bem localizada para prestar auxílio aos restantes núcleos portugueses na costa do Brasil, além disso, possuía belo clima e abastecimento de água. A nova povoação, composta por

mais de mil pessoas, sendo trezentas e vinte nomeadas e recebendo salários, seiscentos militares, aproximadamente quatrocentos degredados e incluindo fidalgos, deveria servir de sede para a condução da política e dos negócios da fazenda real e a prestação da justiça.

Assim que desembarcou no Brasil, mandou levantar uma forte paliçada em volta do local que deveria ser a cidade de Salvador e reuniu as suas forças dentro daquela cidade, pois, por trás daquela muralha improvisada, podiam trabalhar em segurança, protegidos de surpresas. Este fato o caracterizava como um homem de bom-senso.

Sem dúvida, na Corte, havia figuras mais brilhantes do que a deste fidalgo, mas o brilhantismo não era o mais requerido para governar o Brasil. Firmeza de caráter e raciocínio eram qualidades primárias para o cargo de governador e Tomé de Souza, por meio de uma carreira honrosa, revelara não carecer de nenhuma.

Em 1553, o próprio governador saiu em viagem de inspeção pelas capitanias. Esteve em toda parte e cuidou da defesa das vilas, mandou levantar muralhas onde não existiam, proporcionou a artilharia necessária e aperfeiçoou o plano de defesa das cidades. Ele fazia críticas e sugestões de forma agradável e com muito tato.

Navegando para o Sul, entrou na baía do Rio de Janeiro e ficou extasiado com tanta beleza. Sugeriu ao rei que fundasse ali uma grande cidade, pois essa terra deveria ser povoada pelos seus súditos nem que fosse só por razões de ordem prática. O governador deixou aquele deserto e continuou para São Vicente. A cidade de Martim Afonso estava estruturada com igrejas e casas de pedra e cal. Para Tomé de Souza, a cidade de Santos, a meia légua de distância, possuía um porto melhor que o de São Vicente.

Foi em São Vicente que encontrou Juan de Salazar, um capitão castelhano, dizendo-lhe que além dele, mais sessenta companheiros tinham naufragado, e que metade dos sobreviventes eram mulheres. Como a escassez de mulheres era grande na colônia, Tomé de Souza ordenou que todo o grupo de naufragados fosse imediatamente para São Vicente. Os castelhanos foram bem recebidos como colonos, mas não como invasores dos domínios portugueses.

O governador, ainda em expedição, fundou duas novas vilas, uma em Bertioga, a cinco léguas de São Vicente, lugar em que pensava ser útil um forte, e outra à beira do planalto que recebeu o nome de Santo André do Campo.

No que se refere aos nativos, Tomé de Souza usou as divisões entre eles, visto que constantemente as tribos viviam em disputas, favorecendo a ação oficial. A título de exemplo, citamos que o governador combateu os tupinambás com auxílio dos tupiniquins.

Regressou a Salvador em junho de 1553 e esperava que seu sucessor já o estivesse aguardando, pois passados três anos de sua estada em terras brasileiras, Tomé de Souza havia tido o cuidado de recordar ao rei que, em janeiro do ano seguinte, teria completado o seu mandato de três anos e esperava que o período não se prolongasse, pois tinha uma mulher velha e uma filha moça aguardando por ele.

Contudo, o governador sentia fascinação pelo Brasil. Às vezes, em conversa com seu amigo Nóbrega, dizia sentir que poderia ser feliz vivendo no Brasil, não como governador, nem com qualquer cargo oficial, mas como colono nas suas terras.

Em uma manhã de julho, Tomé de Souza foi cumprimentado pelo meirinho que lhe pediu alvíssaras por lhe trazer boas novas. D. Duarte da Costa chegara para liberá-lo do seu cargo oneroso. Era a ocasião com que Tomé de Souza sonhara tantas vezes durante os últimos quatro anos. Muitas vezes antegozara a emoção de receber tal notícia, contudo lamentou ao amigo da seguinte forma: *Vede isso meirinho; verdade é que eu desejava muito e me crescia água na boca quando cuidava de ir para Portugal, mas não que é que agora me seca a boca de tal modo que quero cuspir e não posso.* Era a saudade que começara a sentir da cidade que ele fundara com as próprias mãos, a saudade daquele Brasil, cujo Governo-geral estabelecera e fortalecera com o seu tino de administrador habilidoso.

De volta ao reino, Tomé de Souza encontrou sua filha Helena já casada com Diogo Lopes de Lima, recomeçou a vida de fidalgo e usufruiu o prestígio e a fortuna que havia conseguido. É nomeado para o alto posto de “vedor d’el-rei” com a função de fiscalizar os empreendimentos da casa Real. Viveu mais vinte anos desempenhando funções públicas e morreu, em 28 de janeiro de 1579.

No capítulo seguinte procederemos à análise do Regimento, que como documento histórico-lingüístico poderá subsidiar os pressupostos teóricos dessa pesquisa. Sendo assim, o terceiro capítulo desta dissertação organiza-se em duas partes: na primeira faremos os apontamentos referentes às marcas históricas que o organizam e lhe confere um caráter administrativo e, na segunda parte trabalharemos a língua portuguesa, no Regimento, mais especificamente a ortografia tomando como referência a Gramática de João de Barros.

## CAPÍTULO III

### A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E HISTÓRICO-LINGÜÍSTICA DO REGIMENTO DADO AO GOVERNADOR-GERAL

#### 3.1 O Regimento de Tomé de Souza

O Regimento de Tomé de Souza, também conhecido como documento de Almerim, foi concluído em 17 de dezembro de 1549, no Paço de Almerim. Ao Regimento foi atribuídos um alto valor político, econômico e social que, recebendo a chancela régia, seria entregue a quem deveria cumpri-lo integralmente: Tomé de Souza, governador-geral do Brasil.

Alberto Silva (1943) crismou o Regimento de *Primeira Constituição do Brasil*, escrito por D. Antônio de Ataíde, conde de Castanheira, ministro e confidente de D. João III, constitui *um modelo de tino governativo*, segundo a expressão de Varnhagem.

O Regimento, com as ordens do Rei, unificou a administração em toda a colônia, limitando o poder dos donatários, absorvendo os poderes públicos nela instituídos, continha quarenta e oito artigos. Longo, minucioso e seguro o Regimento de Tomé de Souza tudo previu e tudo proveu. Logo no primeiro artigo, observamos a nomeação de Tomé de Souza para o cargo de governador-geral e a definição de suas tarefas. Cabia ao governador-geral: fiscalizar e auxiliar as capitanias; facilitar a instalação de engenhos; explorar o sertão; promover o povoamento; fundar vilas; controlar as relações entre indígenas e colonos; fazer alianças com os indígenas, iniciar a atividade de catequese e promover a defesa da terra, instalando fortes e armando os colonos, entre tantas outras obrigações.

A escolha de Tomé de Souza, como primeiro governador do Brasil, dá-se ao fato dele ser um homem sério, prudente e sensato, além de ter experiência nos negócios ultramarinos, destacando-se, inclusive, em batalhas contra a mourama da África, Arzila e Safim.

Na seqüência, destacamos passagens que atestam a afirmação acima, referente à nomeação de Tomé de Souza como governador do Brasil.

Artigo 1º

*Linha 20... ey*

*Linha 21 por bem de vos enviar por governador á ditas terras do brazill*

*Linha 22 no qual carguo e asy no fazer da dita fortaleza tereis a maneira*

*Linha 23 seguinte da qual fortaleza e terra da bahia vos aveis de ser*

*Linha 24 capitão.*

Artigo 2º

*Linha 25 Ireis por Capitão moor da dita armada e fareis voso*

*Artigo 41º*

*Linha 586 41 e mando- vos que as couzas coutendas neste regimento*

*Linha 587 cumpraes e façaes cumprir e aguardar como de vos confio que o*

*Linha 588 fareis Geronimo Corrêa o ffez em allmeirim aos 17 de dezembro*

*Linha 589 de 1548.*

A honradez também era qualidade que constituía condição indispensável a todos que se dedicassem, independentemente da função exercida, ao serviço do rei. Movido e orientado pelos princípios de bem servir e respeitar comprometeu-se o primeiro governador do Brasil a aplicar todo o seu entendimento e verdadeiro juízo, em um ofício multifacetado. Fiel ao serviço de Deus e do rei, ou seja, aos princípios da justiça divina e da ordem régia que daquela emana, o governador exerceu suas funções informando, constantemente, ao rei sobre suas decisões.

Nos artigos seguintes, podemos observar passagens do Regimento que constataam o código de honra da nobreza imposto pelo serviço e pela fidelidade.

Artigo 1º

*Linha 18 ...E pola muita confiamça que tenho em vós quem*

*Linha 19 caso de tal qualidade e de tanta importancia me sabereis servir*

*Linha 20 com aquela fieldade e deligencia que se pera iso requiere...*

Artigo 38º

*Linha 565 ...e do que asentardes fareis auto que*

*Linha 566 me enviareis pera com vosa enformação prover niso como*

*Linha 567 ouver por meu serviço.*

Artigo 40º

*Linha 575 40 porque se haverei por muito meu serviço...*

*Linha 583 ...e asy dos caminhos que fizerem e de todo o*

*Linha 584 que acharem e o que nisto fizerdes e o que soceder e mescrevereis*

*Linha 585 meudamente...”*

Artigo 48º

*Linha 649 48 Quando sobeerdas algũas couzas que não forem providas*

*Linha 650 por este regimento vos parecer que compre a meu serviço*

*Linha 651 porem-se em obra vos a praticareis com meus officiaes e com*

*Linha 652 quaesquer outras pesoas que virdes que nelas vos poderão dar*

*Linha 653 enformação ou conselho e com seu parecer as fareis/ e sendo caso*

*Linha 654 que vos sejais emdiferente parecer do seu ey por bem que se*

*Linha 655 faça o que vos ordenardes e das taes couzas se farão asento em*

*Linha 656 que se deccrarará as pesoas com as patricas e o parecer delas e*

*Linha 657 o voso pera mo escreverdes com as primeiras cartas que azoz*

*Linha 658 iso me emviardes...”*

O Regimento determinava que o governador visitasse e fiscalizasse as donatárias com a finalidade de inteirar-se sobre os impostos e rendas existentes na colônia e sua aplicabilidade; além disso, o governador deveria tomar ciência sobre os oficiais da fazenda existentes. A escolha da Bahia como sede do Governo-Geral deu-se pelo fato de esse estado situar-se bem no meio das demais capitâneas, o que facilitava a comunicação entre as demais capitâneas.

Nos trechos a seguir, destacamos passagens contidas no Regimento que atestam as determinações do rei ao governador. Ele deveria visitar e fiscalizar as donatárias, além de a nova povoação servir de sede para a condução política dos negócios da fazenda e coordenar a prestação de justiça por meio de uma relação de continuidade entre o período em que vigorou o sistema de capitâneas e o Governo-geral.

Artigo 1º

*Linha 2 ...he con-*

*Linha 3 cervar e nobrecer as capitâneas e povoações das terras do brazill...”*

*Linha 8 ...pera dahy se darfavor*

*Linha 9 e ajuda as outras povoações e se menistrar justiça e prover nas*

*Linha 10 cousas que comprirem a meus serviços e aos negocios de minha*

*Linha 11 fazenda e a bem das partes...”*

Artigo 8º

*Linha 129 e tal qual convem que seja pera della se proverem as outras*

*Linha 130 capitánias...*

*Linha 135 ...por asy ter asentado que dela se*

*Linha 136 favoreção e proveção todallas terras do brasil...*

Artigo 19º

*Linha 275 tanto que os negocios que na dita bahia aveis de ffazer*

*Linha 276 estiverem pera os poderdes deixar,/ ireis visytar as outras*

*Linha 277 capitánias e deixareis na dita bahia em voso luguar por capitão*

*Linha 278 hũa pessoa de tal qualidade e recado que vos pareça conveniente*

*Linha 279 pera iso ao qual dareis por regimento o que deve fazer em vosa*

*Linha 280 ausencia/ E vos com os navios e jente que vos bem parecer*

*Linha 281 ireis visitar as outras capitánias/...*

Artigo 20º

*Linha 292 em cada hũa das ditas capitánias praticaveis juntamente*

*Linha 293 com o capitão dela e com o provedor moor de minha fazenda que*

*Linha 294 com Vasco aade correr as ditas capitánias e asy com o ouvidor*

*Linha 295 da tal capitania e officiaes da minha fazenda que nela houver*

*Linha 296 e allgũs homens principaes da terra sobre a maneira que se*

*Linha 297 teraa na guovernança e segurança...*

O Regimento determina a facilitação de engenhos na colônia. Essa determinação encontra respaldo se considerarmos que o açúcar àquela época era uma especiaria extremamente valiosa. Por ocasião da política de expansão de Portugal, no século XV, o Infante D. Henrique foi quem resolveu introduzir na madeira a cultura da cana. Com a descoberta do Brasil, em 1500, a cultura da cana-de-açúcar encontrou excelentes condições para o seu desenvolvimento na nova terra descoberta, visto que reunia solos férteis e clima adequado para o seu plantio. Nessa época, na Europa, o açúcar era um produto de tal

maneira cobiçado que foi apelidado de “ouro branco”, tal era a riqueza que gerava. Destacamos, no Regimento, passagens que compravam o interesse do rei em facilitar a instalação de engenhos na colônia.

#### Artigo 11º

*Linha 182 as agoas das ribeiras que estiverem dentro no dito*

*Linha 183 termo em que ouver desposição pera se poderem fazer engenhos*

*Linha 184 daçuquares ou doutras quaesquer cousas dareis de sesmaria li-*

*Linha 185 vrementem sem foro allgũ e as que derdes pera engenhos daçu-*

*Linha 186 quares será a pesoas que tenham possibilidade pera os poderem*

*Linha 187 fazer dentro no tempo que lhe limitardes,/que seraa o que vos*

*Linha 188 bem parecer,/e para serviço e maneyo dos ditos engenhos da*

*Linha 189 çuquares lhe dareis aquela terra que pera isso for necessaria...*

#### Artigo 12º

*Linha 201 ...e o senhorio dela seraa obrigado de no dito engenho*

*Linha 202 lavrar aos lavradores as canas que no dito limite ouverem de*

*Linha 203 suas novidades/ ao menos seis mezes do anno/ que o tal engenho*

*Linha 204 lavrar...*

#### Artigo 13º

*Linha 211 Se as pesoas a que forão dadas allgũas agoas no dito*

*Linha 212 termo antes de se despovoar a dita bahia asy presentes como*

*Linha 213 auzentes quizerem fazer obriguação de as tomar com as con-*

*Linha 214 dições e de maneira que acima he deccrarado lhas dareis requere-*

*Linha 215 rendovolo dentro no dito tempo que lhe for limitado e não*

*Linha 216 vollo requerendo no dito tempo as dareis com as ditas condições*

*Linha 217a pesoas que tenham possibilidade pera fazer os ditos engenhos*

*Linha 218 pola maneira e condições sobreditas...*

#### Artigo 20º

*Linha 300 ...E asy ordenareis e asentareis*

*Linha 301 com os ditos officiaes que as pessoas a que forão dadas e daquy  
 Linha 302 em diante se derem aguas e terras de sesmaria pera se fazerem  
 Linha 303 enjenhos/ os fação no tempo que lhes limitar o capitão que  
 Linha 304 lhas der...”*

Como era conveniente ao reino descobrir as terras pelo sertão, o governador deveria mandar alguns bergantins toldados pelo rio São Francisco e outros, com falantes nativos e práticos<sup>1</sup>, pondo-se marcos e tomando-se posse das terras descobertas que seriam imediatamente informados ao el-rei. Além disso, o reino tinha notícias da existência de tesouros em metais e pedras preciosas, por isso, o Regimento determinava, também, a exploração do sertão.

Explorar o sertão

Artigo 14º

*Linha 219 quoanto as terras e agoas da dita capitania que estão  
 Linha 220 fora do termo que hora ordeno a dita povoação atee ao rio de  
 Linha 221 Sam Francisco por onde parte com a capitania de Duarte Coelho  
 Linha 222 vos enformareis que terras são e que rios e agoas aa nelas e  
 Linha 223 quantas que disposição tem pera se poderem fazer engenhos  
 Linha 224 daçuquares e outras bemfeitorias...*

Artigo 40º

*Linha 575 ...descobrir o maes  
 Linha 576 que poder ser pelo sertam adentro da terra da babia vos enco-  
 Linha 577 mendo que tanto que ouver tempo e despozição para se bem poder  
 Linha 578 fazer ordeneis de mandar allgũs bargantis toldados e bem pro-  
 Linha 579 vidos do necessario pelo rio do peracun de Sam Francisco com  
 Linha 580 lingoas da terra e pessoas de confiança que vão por os ditos rios  
 Linha 581 acima o maes que poderem aapartes do llo este e por honde  
 Linha 582 forem ponhão padroens e marcos e de como os poserão fação  
 Linha 583 asentos antenticos...*

---

<sup>1</sup> Prático: relativo a prática, que possui prática; hábil, exercitado, experiente.

A questão de povoamento na Bahia era séria. Tomé de Souza dispunha de pouca gente, e os habitantes da capitania de Pereira Coutinho, incluindo o “caramuru<sup>2</sup>”, não iam além de quarenta e a eles se juntaram os que a armada de 1549 trouxe com o governador. Havia pouquíssimas mulheres brancas e, por isso, os colonos se misturaram às índias. No entanto, os brancos tinham medo de se casarem com as nativas: subversão social. Na tentativa de solucionar o problema, Padre Manoel da Nóbrega pediu ao reino que mandasse algumas mulheres, mesmo que fossem “erradas”, visto que todas se casariam.

A Bahia deveria ser fortificada, porque lá era um porto tranqüilo e adequado para abrigar navios; além disso, aquele estado era estrategicamente bem situado. Não podemos deixar de frisar que um dos principais motivos que levava a coroa a promover o povoamento das terras do Brasil, era a redução do gentio à fé católica. As passagens que destacamos do Regimento atestam essas afirmações.

Promover o povoamento e fortificar a Bahia  
Artigo 1º

*Linha 4 e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se  
Linha 5 posão ir povoando para eixalçamento da nossa santa fêe e pro-  
Linha 6 veito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei  
Linha 7 ora de mandar nas ditas terras fazer hua fortaleza e povoação  
Linha 8 grande e forte em hũ lugar conveniente...*

Artigo 5º

*Linha 53 ...e que notefiquem a todas as pes-  
Linha 54 soas que estiverem nas ditas capitancias e tiverem terras na  
Linha 55 dita bahia de todolos santos que asvão povoar e aproveitar nas  
Linha 56 primeiras em barqações que forem pera a dita bahia,...*

Artigo 8º

*Linha 127 se posa bem defender e que tenha a desposição e calidade pera  
Linha 128 ahy por o tempo em diante se hir fazendo hũa povoação grande*

---

<sup>2</sup> O Caramuru: Diogo Álvares.

*Linha 136 ...e no sitio que vos*

*Linha 137 melhor parecer ordenareis que se faça hũa ffortaleza da gran-*

*Linha 138 dura e feição que a requerer o luguar em que a fizerdes confor-*

*Linha 139 mando-vos com as traças e amostras que levais praticando*

*Linha 140 co'os officiaes que pera isso la mando e co quaes quer outras pesoas*

*Linha 141 que o bem entendão..."*

*Linha 147 como melhor poder ser de maneira que seja forte, e como na*

*Linha 148 dita fortaleza for feita tanta obra que vos pareça que segura-*

*Linha 149 mente vos podereis nela recolher e aguasalhar com a jente que*

*Linha 150 levais vos pasareis a ela deixando porem na dita cerqua que*

*Linha 151 está feita allgũa jente que abaste pera a povoar e defender*

Artigo 11º

*Linha 189...e as*

*Linha 190 ditas pesoas se obrigarão a fazer cada hun em sua terra hũa*

*Linha 191 torre ou caza forte da feição e grandura que lhe deccrarardes nas*

*Linha 192 cartas/ e seraa a que vos parecer segundo o luguar em que esti-*

*Linha 193 verem que abastarão pera segurança do dito engenho e povoa-*

*Linha 194 dores de seu limite,/ e asy se obrigarão de povoarem...*

Artigo 14º

*Linha 228 pera se melhor poderam povoar e aproveitar...*

Artigo 19º

*Linha 286...e o que cumpre fazerse pera se a dita capitania*

*Linha 287 tornar a reformar e povoar...*

Assim que se assentasse, o governador deveria conceder sesmarias a quem as quisesse. Essa concessão não poderia ser maior que a cada um fosse possível aproveitar e sob as condições de virem os sesmeiros residir na Bahia, de não alienarem as terras durante os três primeiros anos, de pagarem o dízimo à ordem de Cristo, e de ficarem sujeitos ao disposto na Ord. Do liv. 4º das Sesmarias. O governador guardaria, todavia, as concessões anteriores, contanto que os respectivos sesmeiros, que seriam imediatamente avisados nos

lugares onde se achassem, viessem para a Bahia no primeiro navio, a fim de aproveitá-las, sob pena de se conceder a respectiva sesmaria a outros. Nesse sentido, o Regimento continha providências específicas, para que se procedesse a concessão de sesmarias, conforme podem atestar as passagens abaixo destacadas.

Conceder sesmarias: grandes extensões de terra cedidas a todos os colonos que tivessem condições econômicas de promover a conquista e a exploração do Brasil. Tirar as terras de quem não as aproveitasse e promover novas doações

Artigo 5º

*Linha 56 ...com decra-*

*Linha 57 razão que não indo nas ditas primeiras em barqações perderão*

*Linha 58 o direito que nelas tiverem e se darão a outras pesoas que as*

*Linha 59 aproveitem e que da dita notefficação fação autos e volos em*

*Linha 60 viem...*

Artigo 10º

*Linha 159 tanto que tiverdes asentada a terra pera seguramente se*

*Linha 160 poder aproveitar dareis de sesmaria as terras que estiveram*

*Linha 161 dentro no dito termo aas pesoas que volas pedirem/...*

*Linha 166...e de minha ordenação no*

*Linha 167 quarto livro titulo das sesmarias,/ c'o condição que resida na*

*Linha 168 povoação da dita bahia ou das terras que lhe asy forem dadas*

*Linha 169 tres annos dentro do qual tempo as não poderaa vender nem*

*Linha 170 enlhear,/ e não dareis a cada pesoa mais terra que aquela que*

*Linha 171 boamente e segundo sua posybilidade vos parecer que poderaa*

*Linha 172 aproveitar, e se as pesoas que já tiverem terras dentro no dito*

*Linha 173 termo asy aquelas que se acharem presentes na dita bahia*

*Linha 174 como as que depois forem a ela dentro no tempo que lhes aade*

*Linha 175 ser noteficado quizerem aproveitar as ditas terras que já tinhamo*

*Linha 176 vos lhas tornareis a dar de novo pera as aproveitarem com a*

*Linha 177 obrigação acima dita e não indo allgüs dos auzentes dentro no*

*Linha 178 dito tempo que lhe asy aade ser noteficado aproveitar as terras*

*Linha 179 que dantes tinham vós as dareis pela dita maneira a quem as  
Linha 180 aproveite e este capitolo se treladará nas cartas das ditas sés-  
Linha 181 marias...*

Referência à lei de sesmaria

Artigo 11º

*Linha 194...e aprovei-*

*Linha 195 tarem as ditas terras e agoas sem as poderem vender nem*

*Linha 196 trespassar a outras pessoas por tempo de tres annos,/ e nas ditas*

*Linha 197 cartas de sesmarias que lhe asy pasardes se treladará este*

*Linha 198 capitolo.*

Artigo 14º

*Linha 224...e se volas pedem allgũas pe-*

*Linha 225 soas e quoanta parte cada hua pede e que bemfeitorias, se quer*

*Linha 226 obrigar a fazer nelas,/ e escrever-meis tudo muito de crarada-*

*Linha 227 mente com voso parecer de maneira que seraa mais meu serviço*

*Linha 228 darem-se as ditas terras...*

Artigo 20º

*Linha 306...E que as*

*Linha 307 pessoas a que se derem terras pera as aproveitar as não posão*

*Linha 308 vender nem trespassar dentro de 3 annos e as aproveitem no*

*Linha 309 tempo em que manda a ordenação/ e mando aos capitães que*

*Linha 310 quando derem as taes agoas e terras seja com as ditas obri-*

*Linha 311 guações e o de crarem asy nas cartas de sesmaria que lhes*

*Linha 312 passarem...*

Além da concessão de sesmarias, o documento também faz referência às cartas de doações que autorizam o donatário a lançar taxas e tributos e, deter o monopólio, principalmente, no fabrico de açúcar

Artigo 12º

*Linha 204...e por lhas lavrar levarão os senhorios dos ditos en-*  
*Linha 205 genhos aquela parte que pola enformação que lá tomareis vos*  
*Linha 206 parecer bem de maneira que fique o partido favoravel aos la-*  
*Linha 207 vradores pera eles com melhor vontade folguarem de aproveitar*  
*Linha 208 as terras e com esta obriguação e decraração do partido a que*  
*Linha 209 amde lavrar as ditas canas se lhes pasarão suas cartas de ses*  
*Linha 210 marias.*

O pau-brasil tinha grande valor no mercado europeu, pois sua seiva, de cor avermelhada, era muito utilizada para tingir tecidos. Pelo valor que essa madeira possuía, o Brasil começou ser atacado pelos holandeses, ingleses e franceses que haviam ficado fora do Tratado de Tordesilhas. Corsários e piratas também saqueavam e contrabandeavam o pau-brasil. Esses acontecimentos levaram o monarca a determinar a fiscalização do comércio do pau-brasil, para que, dessa forma, lhe fosse garantido a arrecadação dos impostos. As passagens abaixo comprovam essas medidas.

Artigo 35º

*Linha 503 porque por bem do forall dado as capytanias das ditas*  
*Linha 504 terras pertencem a my todo o paao do dito brazill e pessoa algũa*  
*Linha 505 não pode nele tratar sem minha licença...*

O Regimento determina a proibição do uso de brocados e seda, talvez, porque tal proibição faz referência direta à lei de suntuosidade que vetava aos colonos de usarem em suas vestimentas seda, veludo, ouro e prata; proibia-se, ainda, a ostentação causada pela utilização do ouro e da prata nas mobílias e carruagens; e restringia o número daqueles que poderiam carregar espadas e armas de fogo, ou outros símbolos de elevado *status*. As passagens que destacamos a seguir confirmam essa proibição.

Artigo 46º

*Linha 623 levareis o trelado da ordenação porque tenho mandado que*  
*Linha 624 em meus reinos e senhorios não possa pessoa algũa de qualquer*  
*Linha 625 caledade que seja trazer borcados nem sedas nem outras couzas*

*Linha 626 contendas na dita ordenação e tanto que cheguardes a dita bahia*

*Linha 627 o madareis loguo noteficar nela e enviareis o trelado da dita or-*

*Linha 628 denação asinado porvós as outras capitánias pera que se po-*

*Linha 629 brique nelas e se guarde inteiramente e da dita noteficação se*

*Linha 630 fara auto em cada capitania o qual se trasladará com a dita*

*Linha 631 ordenação no livro da camara...*

O rei tomou atitudes diferentes em relação aos gentios, no entanto, observamos que o fim era sempre o mesmo: perdão em troca de aliança, guerra de destruição para impor a submissão, paz sob condições, para que pudessem sobreviver. O português não procurava ganhar a confiança do silvícola, tratando-o como uma criança grande, capaz apenas de defender-se. Era a civilização contra a barbárie. A aproximação dos portugueses com os indígenas era impossível proceder em pé de igualdade. E, ainda mais, conscientes de sua inferioridade numérica, a superioridade de meios materiais não bastava aos portugueses, que usavam da inocência dos indígenas para vencê-los.

Tomé de Souza também tinha essa certeza. No entanto, parece-nos que pensasse um pouquinho diferente, pelo menos no início de seu governo, pois na própria construção da fortaleza foram os índios de grande préstimo, ajudaram no corte da madeira, carregaram-na, reuniram a palha para a cobertura das cabanas, ensinaram a amarrar com cipó, entre outras coisas. Com essa atitude, o governador, sem se expor, procurou atrair o gentio, comerciando com ele, favorecendo-o, mesmo que viesse trocar o que caçava ou pescava por panos, espelhos, foices etc, o que lhe era permitido nas instruções que trazia.

O governador procurou impedir, por todos os meios, que os colonos abusassem dos índios, encontrando preciosos aliados nos jesuítas. Não desdenhamos, entretanto, que várias vezes, viu-se obrigado a recorrer à força, fato este que não implica em abusar de seu poder. Como bom cristão, tinha por certo o Regimento, e o principal objetivo que moveu o rei a povoar as terras do Brasil foi converter a gente que aqui vivia à santa fé católica. Encontramos respaldo em nossas afirmações nas seguintes passagens tiradas do Regimento.

Controlar as relações entre indígenas e colonos, fazer alianças com os indígenas, iniciando sua catequese e fazer guerra contra aqueles indígenas que participassem de revolta

Artigo 3º

*Linha 36...fazendo guerra a quem quer que vos registir...*

Artigo 17º

*Linha 259...pelo que vos mando que escrevaes aa pessoa que*

*Linha 260 estiver por capitão na dita capitania de Jorge de Figueiredo e*

*Linha 261a Afonço Allvres provedor de minha fazenda em ela ea allgũas*

*Linha 262 outras pessoas que vos bem parecer que venhão aa dita bahia/*

*Linha 263 e nela forem praticaveis com ele e com quaesquer outras que*

*Linha 264 nisso bem entendão a maneira que se teraa para os ditos jentios*

*Linha 265 serem lançados na dita terra/ e o que sobre isso asentardes*

*Linha 266 poreis em obra tanto que voso tempo der lugar pera o po-*

*Linha 267 derdes fazer..."*

Artigo 18º

*Linha 268...Com os jentios das terras peraacy e de totuapara e com*

*Linha 269 quoaesquer outras nações de jentios que ouver na dita capitania*

*Linha 270 da bahia asentareis paz e trabalhareis porque se conserve e se*

*Linh 271 sostente pera que nas terras que abitão posão seguramente estar*

*Linha 271 xpaõs e aproveitalas e quoando sobceder alhũ alevantamento*

*Linha 272 acudireis a iso o trabalhareis por apacificar tudo o melhor que*

*Linha 273 poderdes castigando os culpados...*

Evitar conflitos com os gentios e não permitir guerras sem licença

Artigo 28º

*Linha 387...ey por bem que daquy em diante pessoa*

*Linha 388 allgũa de qualquer qualidade e condição que seja não vaa saltear*

*Linha 389 nem ffazer guerra aos jentios por terra nem por maar em seus*

*Linha 390 navios nem em outros allgũs sem vosa licença ou do capitão*

*Linha 391 da capitania de cuja juridição for posto/ que os taes jentios estem*

*Linha 392 alevantados e de guerra o qual capitão não dará a dita licença*  
*Linha 393 senão nos tempos que lhe parecerem convenientes e a pessoa de*  
*Linha 394 que confie que farão o que devem e o que lhe ele ordenar e*  
*Linha 395 mandar/...*

Favorecimento aos gentios

Artigo 6º

*Linha 83 ...portanto vos mando*

*Linha 84 que como cheguardes a dita bahia vos enformeis de quaes são os*

*Linha 85 gentios que sostiverão a paz e os favoreçais de maneira que*

*Linha 86 sendo-vos necessario sua ajuda a tenhais certa...*

*Linha 95 ...e isso*

*Linha 96 sera porem com eles ficarem reconhecendo sogeição e vasalagem*

*Linha 97 e com encarguo de darem em cada hũ ano allgũs mantimentos*

*Linha 98 pera a jente da povoação...*

Artigo 12º

*Linha 199...aalem da terra que a cada engenho aveis de dar pera*

*Linha 200 serviço e maneyo dele lhe limitareis a terra que vos bem pa-*

*Linha 201 recer/...*

Artigo 24º

*Linha 355...e pera eles mais folgarem de ho ser tratem bem todos os que*

*Linha 356 forem da paz e os favoreção sempre e não consintão que lhes*

*Linha 357 seja feita opreção nem agravo allhũ e fazendo-se-lhe lho fação*

*Linha 358 corregir e emendar de maneira que fiquem satisfeitos e as pesoas*

*Linha 359 que lhos fizerem sejam castigados como for justiça.*

Acatar pedido de paz dos índios

*“... e dahy em diante pedindo-vos paz lha concedereis dando-lhe perdão...”*

Artigo 45º

*Linha 608 posto que em allgũs capitulos deste regimento vos*  
*Linha 609 mande que façaes guerra aos gentios na maneira que nos ditos*  
*Linha 610 capitulos se conthem e que trabalheis por castigardes os que*  
*Linha 611 forem culpados nas cousas passadas/ avendo respeito ao pouco en-*  
*Linha 612 tendimento que esa gente attegora tem a qual cauza demenue*  
*Linha 613 muito em suas culpas e que pode ser que muitos estarão arre-*  
*Linha 614 pendidos do que fizerão avarei por meu serviço que conhecendo*  
*Linha 615 eles suas culpas e pedindo perdão delas se lhe conceda...*  
*Linha 619 ...E*  
*Linha 620 o principal ade ser escuzardes fazerde lhes guerra porque com*  
*Linha 621 ela se não pode ter a comunicação que convem que se com*  
*Linha 622 eles tenha pera o serem...*

Os índios convertidos não podiam ficar, de forma alguma, nas aldeias com os outros gentios, deviam estabelecer-se junto às povoações, porque poderiam ser policiados mais facilmente, em particular as crianças, pois se entendia que nelas a doutrina cristã frutificaria. Nesse sentido, D. João delibera que fossem instalados na Bahia alguns índios tupiniquins aliados dos portugueses, mas não deixava de prever que esses índios poderiam se tornar adversários perigosos, razão pela qual deveriam ser fixados em local onde não pudessem revelar-se ameaçadores aos brancos.

Artigo 7º

*Linha 111...e aos xpaãs e jentios que das ditas capitancias vierem*  
*Linha 112 ffareis bem aguasalhar e os favorecereis de maneira que fol-*  
*Linha 113 guem de vos ajudar emquanto tiverdes deles necessidade. E*  
*Linha 114 porem os jentios se aguasalharão em parte onde não posão fazer*  
*Linha 115 o que não devem, porque não he rezão que vos ffeis deles tanto*  
*Linha 116 que se posa diso seguir allgũ mau recado e tanto que os po-*  
*Linha 117 derdes escusar os dispedireis e se allgũs dos ditos jentios qui-*  
*Linha 118 serem ficar na terra da dita bahia darlheis terras pera a sua*  
*Linha 119 vivenda de que seirão contentes onde vos bem parecer...*

Nas propriedades deveria haver sempre torres, ou casas fortes, para a segurança e defesa das povoações e fortaleza do Brasil. Cada capitão, em sua capitania, seria obrigado a ter pelo menos dois falcões; seis berços, seis meios berços, vinte arcabuzes, a pólvora necessária, vinte bestas, vinte lanças, quarenta espadas e quarenta corpos d'armas de algodão; e os senhores de engenhos, ao menos, quatro berços, dez espingardas e a pólvora necessária, dez bestas, dez lanças, vinte espadas e vinte corpos d'armas de algodão; e a cada morador que, no Brasil, tivesse casas, terras, águas ou navio, deveria ter pelo menos besta, espingarda, lança e espada.

As leis do reino proibiam ministrar armas a mouros e infiéis, ficava também proibido dá-las ao gentio do Brasil, sob pena de morte e perda de bens. Essa proibição não compreendia machados, machadinhas, foices de cabo redondo, facas pequenas e tesouras, visto que serviriam por moedas. Destacamos, abaixo, as passagens do Regimento que atestam essa afirmação.

Promover a defesa da terra, instalando fortes, armando os colonos e não se dando armas nem aos nativos nem aos infiéis

Artigo 20º

*Linha 297...della e ordenareis que as*

*Linha 298 povoações das ditas capitanias que não forem cercadas se*

*Linha 299 cerquem e as cercadas se repairem e provejão de todo o neces-*

*Linha 300 sario pera sua fortaleza e defensão...*

*Linha 304...e que nos asentos das povoações dos ditos enjenhos*

*Linha 305 se fação torres ou casas fortes e se lhe de limite de terra como*

*Linha 306 atraz fica declarado que se faça nas terras da bahia...*

*Linha 314...e porque se segue muito prejuizo de as*

*Linha 315 fazendas e enjenhos e povoações deles se fazerem longe das*

*Linha 316 vilas de que amde ser favorecidos e ajudados quando diso ouver*

*Linha 317 necessidade, ordenareis que daquy em diante se fação ho mais*

*Linha 318 perto das ditas vilas que poder ser e aos que vos parecer que*

*Linha 319 estam longe ordenareis que se fortifiquem de maneira que se*

*Linha 320 posão bem defender quoando comprir...*

## Artigo 32º

*Linha 436...porquanto por direito e polas leis e ordenações destes*

*Linha 437 reinos he mandado que se não dêem armas amouros nem a outros*

*Linha 438 infieis...*

*Linha 439...mando que pesoa allgũa de qualquer*

*Linha 440 calidade e condição que seja não dem aos jentios da dita terra do*

*Linha 441 brazill artelharia arcabuzes espingardas polvara nem monições*

*Linha 442 pera elas/ beestas lanças espadas e punhaes nem manchis*

*Linha 443 nem fouces de cabo de paau nem facas da Alemanha nem outras*

*Linha 444 semelhantes nem allgũas outras armas de qualquer feição que*

*Linha 445 forem asy ofensivas e defensivas/...*

## Artigo 33º

*Linha 465 porque para defenção das fortalezas e povoações das*

*Linha 466 ditas terras do brazill he necessario aver nelas artelharia e mo-*

*Linha 467 nições e armas ofensivas e defensivas pera sua segurança/ey por*

*Linha 468 bem e mando que os capitães das capitancias da dita terra e se-*

*Linha 469 nhorios dos enjenhos e moradores da terra tenham artelharia e*

*Linha 470 armas seguintes/ a saber a cada capitão em sua capitania será obri-*

*Linha 471 gado a ter ao menos dous falções e seis berços e seis meyo berços*

*Linha 472 e vinte arcabuzes ou espingardas e polvara pera isso necessaria*

*Linha 473 e vinte beestas e vinte lanças ou chuças e quarenta espadas e*

*Linha 474 corenta corpos darmas dalgodão das que na dita terra do*

*Linha 475 brazill se costumão/ e os senhorios dos enjenhos e fazendas que*

*Linha 476 por este regimento amde ter torras ou cazas fortes terão ao*

*Linha 477 menos quatro berços e dez espingardas com a polvara necessaria*

*Linha 478 e dez beestas e vinte espadas e dez lanças ou chuças e vinte*

*Linha 479 corpos darmas algodão/ e todo morador das ditas terras do*

*Linha 480 brazill que nelas tiver cazas terras ou agoas ou navio tera ao*

*Linha 481 menos beesta espingarda espada lança ou chuça/ e este capitolo*

*Linha 482 fareis noteficar e apregoar em cada huã das ditas capitancias com*

*Linha 483 deccraração que os que não tiverem a dita artelharia polvara e*

*Linha 484 armas se provejão delas aa noteficação a hu anno...*

Um dos primeiros cuidados do governador, logo que chegasse à Bahia, seria informar-se junto aos capitães, que corsários e com que força corriam a costa, por isso que a perseguição e destruição desses corsários eram indispensáveis à prosperidade do Brasil. Para que essa perseguição fosse eficiente, era essencial a construção de navios. O governador deveria mandar fabricá-los e providenciar artilharia necessária, para serem empregados naquele mister, ou em qualquer outro. Destacamos do Regimento as passagens que atestem essa afirmação.

A criação de estaleiros, também no intuito de proteger e fiscalizar as terras brasileiras

Artigo 16º

*Linha 240 ...porque seraa meu serviço aver na dita bahia allgũs*

*Linha 241 navios de reino pera serviço da terra e defenção do maar,/ ey*

*Linha 242 por bem e vos mando que com a mais brevidade e deligencia*

*Linha 243 que poderdes ordeneis com que se faça os que vos parecerem*

*Linha 244 necesarios da grandura e feição que virdes que convem...*

*Linha 246...e como os ditos navios forem feitos os mandareis*

*Linha 247 armar e aparelhar pera servir onde comprir e procurareis de*

*Linha 248 buscar luguar conviniente em que estêm varados o tempo que*

*Linha 249 não ouverem dandar no mar...*

Artigo 30º

*Linha 412 ey por bem que daquy em diante pesoa allgũa não faça*

*Linha 413 nas ditas terras do brazill navios nem caravelão allgũ,/ sem*

*Linha 414 licença,/ a qual lhe vós dareis nos luguares onde fordes presente*

*Linha 415 conforme ao regimento dos provedores das dytas terras capi-*

*Linha 416 tancias,/porque lhes mando que deem a dita licença onde vós não*

*Linha 417 estiverdes/E trabalhareis com as pessoas que vos pedirem li-*

*Linha 418 cença pera fazerem os ditos navios que os fação de remo e sendo*

*Linha 419 de quinze bancos ou dahy pera sima e que tenha de banco a*

*Linha 420 banco tres palmos de guoa,/...*

Artigo 31º

*Linha 429 ...parecendovos que em algũa das ditas capitancias se*

*Linha 430 deve de fazer algũ navio de remoa a custa de minha ffazenda,/ o*

*Linha 431 mandareis fazer e o dito provedor moor darão ordem como se*

*Linha 432 faça. E asy lhe ordenareis artelharia necessaria com que posa*

*Linha 433 andar bem armado...*

Artigo 38º

*Linha 554 e porque pera isto se poder bem fazer e pera melhor*

*Linha 555 guarda e defensão do maar e da terra será necesario aver allgũs*

*Linha 556 navios de remo nas capitancias onde os ditos cosarios mais acos-*

*Linha 557 tumao de ir vos com o dito provedor moor de minha fazenda e*

*Linha 558 com os capitães provedores e officiaes das taes capitancias e com as*

*Linha 559 mais pessoas que vos parecer que o bem entendem/ praticareis*

*Linha 560 a maneira que se terá pera so fazerem os ditos navios de remo*

*Linha 561 e de que tamanho e em que capitancias se farão e a maneira de*

*Linha 562 que se poderão soster prover e armar quando for necesario e*

*Linha 563 quantos devem de ser e a cuja custa se devem de fazer e que*

*Linha 564 capitancias recebem disto mais favor pera contribuirem nas des-*

*Linha 565 pezas necessarias pera isso...*

O governador podia estabelecer feiras nas vilas e povoações, uma ou mais vezes por semana, em que os gentios podiam ir, comprar, vender e permutar mercadorias. Se os cristãos tivessem necessidade de alguma coisa nos dias que não fossem de feira, podiam ir comprá-la dos gentios, diante de licença concedida pelo capitão. Entretanto, só podiam ir às aldeias os senhorios e moradores dos engenhos. Destacamos do Regimento as passagens com a determinação de organizar feira livre.

Artigo 21º

*Linha 321 e asy ordenareis que nas ditas vilas e povoações se faça*

*Linha 322 em hu dia de cada somana ou mais se vos parecens necessario*

*Linha 323 feria a que os jentios os posão vir vender o que tiverem e*

*Linha 324 quizerem e comprar o que ouverem mester; ...*

Artigo 22º

*Linha 333 e tendo allgũs xpaões necessidade de em allgũs dos outros*

*Linha 334 dias que não forem de feira comprar allgũas couzas dos ditos*

*Linha 335 jentios o dirão ao capitão e dara licança pera as irem comprar*

*Linha 336 quoando e onde bem lhe parecer.*

### **3.1.1 O documento e a realidade brasileira**

As tarefas que o rei atribui ao novo governador mostram-nos que eram recomendadas por quem via as coisas de longe e conhecia-as por meio de informações. As passagens destacadas do Regimento atestam essa afirmação.

Artigo 1º

*Linha 11...e por ser emformado que a bahia de*

*Linha 12 todolosSantos he o lugar mais conveniente da costa do brazil pera*

*Linha 13 se poder fazer a dita povoação e asento asy pola desposição do*

*Linha 14 porte e rios que nela entrão como pola bondade abastança e saude*

*Linha 15 da terra e por outros respeitos...*

Artigo 3º

*Linha 30 qual sou enformado que está ora povoada de meus vasalos e*

*Linha 31 que he favorecida de allgus jentios da terra e está de maneira*

*Linha 32 que pacificamente e sem registencia podereis desembarcar e apou-*

*Linha 33 sentar-vos nela cõ a jente que comvosquo vay* – esperava-se que Tomé de Souza fosse encontrar na Bahia vassalos de D. João III favorecidos pelos índios locais, razão que determinava a expectativa de um desembarque e de uma fixação pacífica.

Artigo 6º

Linha 61 eu são enformado que a jente que posue a dita terra da  
 Linha 62 bahia he hũa pequena parte da linhagem dos topinambais e que  
 Linha 63 poderá aver deles de cinco até seis mil homês de peleja os  
 Linha 64 quaes occupão ao longuo da costa pera a parte do norte atée  
 Linha 65 Totua/para que são seis leguoas e pelo sertão atée entrada do  
 Linha 66 piraçuu que serão cinco leguoas e que tem dentro da dita  
 Linha 67 bahia a ilha de Taparica e outras tres pequenas mais povoa-  
 Linha 68 das da dita nação e que a dita terra e ilhas tem muito appa-  
 Linha 69 relho pera um pouco tempo com pouca jente bem ordenada se  
 Linha 70 lhe poder tomar por ser escampada e de bom serviço e ter poucas  
 Linha 71 serras e matos e asy sou enformado que no ano de quoranta e  
 Linha 72 cinco estando Francisco Pereira Coutinho por capitão da dita  
 Linha 73 bahia allgua desta jente lhe fez guerra e o lançou da terra e  
 Linha 74 estruyo as fazendas e fez outros muitos danos aos xpãos de  
 Linha 75 que outros tomarão eyxemplo e fiserão o semelhante em outras  
 Linha 76 capitancias e que allgũs outros jentios da dita bahia não consen-  
 Linha 77 tirão nem forão no dito alevantamento antes estiverão sempre  
 Linha 78 de paz e estão ora em companhia dos xpaõs e os ajudão e que  
 Linha 79 asy estes que asy estão de paz como todas as outras nações da  
 Linha 80 costa do brazill estão esperando pera ver o castiguo que se daa  
 Linha 81 aos que primeiro fizerão os ditos danos/...

#### Artigo 7º

Linha 102 porque são principaes enformado do que a linhagem dos  
 Linha 103 topeniquis destas capitancias ção imiguos dos da bahia e desejão  
 Linha 104 de serem presentes ao tempo que ouverdes de fazer guerra  
 Linha 105 pera ajudarem nella e povoarem allgũa parte da terra da dita  
 Linha 106 bahia e que pera iso estão prestes...

#### Artigo 8º

Linha 120 e asy sou enformado que o loguar em que ora está a dita  
 Linha 121 cerqua não he conveniente para se ahy fazer e asentar a forta-

*Linha 122 leza e povoação que ora ordeno que se faça e que será neces-*

*Linha 123 sario ffaser-se em outra parte mais pera dentro da dita bahia*

Artigo 17º

*Linha 250 Eu sôm enformado que os jentios que abitão ao longuo*

*Linha 251 da costa da capitania de Jorge de Figueiredo da vila de São Jorge*

*Linha 252 atee a dita bahia de todo los santos são da linhagem dos topi-*

*Linha 253 nanbais e se alevantarão já por vezes contra os xpaõs e lhes*

*Linha 254 fizerão muitos danos e que ora estão ainda aleyantados e fazem*

*Linha 255 guerra...*

*Linha 257 ...que dizem que he jente paci-*

*Linha 258 fica e que se oferecem aos ajudar a lançar fora e a po-voar e a*

*Linha 259 defender a terra/...*

Artigo 28º

*Linha 378 eu são enformado que nas ditas terras e povoações do*

*Linha 379 brazill aa allgũas pesoas que tem navios e caravelões e andão*

*Linha 380 neles de huas capitancias pera outras e que por todallas vias*

*Linha 381 e maneiras que podem salteão e roubão os jentios que estão de*

*Linha 382 paz e enguanozamente os metem nos ditos navios e os levão*

*Linha 383 a vender a seus imiguos e a outras partes e que por iso os*

*Linha 384 ditos jentios se alevantão e fazem guerra aos xpaõs e que esta*

*Linha 385 foy a principal cauza dos danos que atee aguora são ffeitos...*

Artigo 35º

*Linha 505 ...e ora sou enformado*

*Linha 506 que as pesoas a que por minhas provisões tenho concedido li-*

*Linha 507 cença pera poderem trazer alguma contidade do dito paaou res-*

*Linha 508 guatão por muitos maiores preços do que soya e deve de valer*

*Linha 509 e por o averem com mais brevidade encarecem o dito resguate*

*Linha 510 de que se segue e pode seguir muito inconvenientes...*

Artigo 36º

*Linha 520 eu são enformado que muitas pessoas das que estão nas*

*Linha 521 ditas terras do brasill se pasão de hũa capitánias a outras sem*

*Linha 522 licença dos capitães delas de que se seguem algus inconve-*

*Linha 523 nientes...*

Em função dos artigos levantados, podemos dizer que o rei tinha informações sobre a Bahia de todos os Santos, a povoação, os conflitos existentes, os rios, a vida dos seus vassallos no Brasil e respectivamente da realidade brasileira.

### **3.1.2 Fixação da Bahia como sede do Governo-geral**

O Regimento também fixa o local mais para dentro da Bahia, onde deveria ser construída uma povoação grande e forte, a cidade de Salvador, cuja planta com os traços e as amostras, juntamente com o nome, Salvador, Tomé de Souza recebeu de seu rei ao embarcar. A escolha da Bahia, como sede do Governo geral, dá-se ao fato de que a terra da Bahia era fértil, possuía bons ares, boas águas dentre outras qualidades para ser povoada, além de estar bem situada no meio das outras capitánias.

Determinação para ida diretamente à Bahia, local onde deveria ser construída povoação

Artigo 2º

*Linha 25 “... e fareis voso*

*Linha 26 caminho diretamente a dita bahia de todo-los Santos e na dita*

*Linha 27 viagem tereis a maneira que levais por outro regimento.”*

Artigo 5º

*Linha 48 5 ao tempo que cheguardes a dita bahia...*

Artigo 9º

*Linha 152 porque minha tenção he que a dita povoação seja tal como*

*Linha 153 atraz fica devrarado ey por bem que ela tenha de termo e limite*

*Linha 154 seis leguoas pera cada parte e sendo caso que pera allgũa parte*

*Linha 155 não haja as ditas seis leguoas por não aver tanta terra chegará*

*Linha 156 o dito termo atee onde cheguarem as terras da dita capitania o*

*Linha 157 qual termo mandareis damaquar de maneira que em todo tempo*

*Linha 158 posa saber por onde parte...”*

A centralização do poder não significava, em absoluto, que o governador nomeado o exerceria completamente só. Para auxiliar o Governo-geral, outros Regimentos criaram cargos específicos, a saber: Ouvidor-mor, provedor-mor e de capitão mor.

Ao cargo de ouvidor-mor, com grande soma de atribuições próprias e intransferíveis, cabia, por exemplo, conhecer por ação nova, dos casos-crimes, para o que tinha alçada até morte natural inclusive; quanto a escravos, peões, cristãos, gentios livres devendo, porém, nos casos em que segundo o direito, coubesse pena de morte, tratando-se, também, de pessoas de mais prestígio ou qualidade, proceder nos respectivos feitos afinal e os despacharia com o Governador-geral sem apelação responsável pela aplicação da justiça.

Aplicação da justiça em conjunto com o ouvidor mor

Artigo 28º

*Linha 395...e indo allgũas das ditas pessoas sem a dita licença ou*

*Linha 396 eycedendo o modo que lhe o dito capitão ordenar quando lhe der*

*Linha 397 a dita licença encorrerão em pena de morte naturall e perdi-*

*Linha 398 mento de toda a sua fazenda ametade pera redenção dos ca-*

*Linha 399 ptivos e a outra metade pera quem o acuzar e este capitolo*

*Linha 400 fareis noteficar e apregoar em todas as ditas capitancias e treladar*

*Linha 401 nos livros das camaras delas com de craração de como se asy*

*Linha 402 apregoou.*

Artigo 30º

*Linha 420 ...ey por bem que não paguem direitos*

*Linha 421 nas minhas allfandeguas do reino de todallas monições e apa-*

*Linha 422 relhos que pera os ditos navios forem nesesarios,/ e fazendo-os*

*Linha 423 de dezoito bancos e dahy para cima ajão mais corenta cruzados*

*Linha 424 de mercê aacusta de minha fazenda pera ajuda de os fazerem*

*Linha 425 como todo he conteudo no regimento dos ditos provedores,/ os*

*Linha 426 quaes corenta cruzados lhe amde ser paguos das minhas rendas*  
*Linha 427 das ditasterras do brazill na maneira que se contem no regimento*  
*Linha 428 do dito provedor moor.*

Artigo 32º

*Linha 445 ...e qualquer pesoa que o con-*  
*Linha 446 trario fizer mora por iso morte natural e perca todos seus beis a*  
*Linha 447 metade pera os captivos e a outra metade pera quem o acuzar,*  
*Linha 448 E mando aos juizes de cada povoação das capitancias da dita terra*  
*Linha 449 do brazill/ que quando tirarem a devasa feiral geral que são obri-*  
*Linha 450 gados a tirar em cadanno sobre os officiaes/ perguntem tambem*  
*Linha 451 por este cazo e achando algus culpados procederão contra elles*  
*Linha 452 pola dita penaa conforme a minhas ordenações/...*

Artigo 33º

*Linha 484...e pasado o dito*  
*Linha 485 anno tempo e achando-se que as não tem pagarão em dobro a*  
*Linha 486 valia das armas que lhe falecerem das que são obrigados a ter/*  
*Linha 487 aa metade pera os cativos e a outra metade pera quem os acuzar.*

Artigo 36º

*Linha 534 ...e recolhendo-o ey*  
*Linha 535 por bem que encorra em pena de cincoenta cruzados a me-*  
*Linha 536 tade pera os cativos e a outra pera quem o acuzar e isto não*  
*Linha 537 averá lugar nos degradados porque estes estarão sempre nas*  
*Linha 538 capitancias donde forem desembarcar quando destes reinos forem*  
*Linha 539 levados sem poderem pasar dahy pera outra capitania este ca-*  
*Linha 540 pitolo se apregoará em cada hũa delas e se registará nos*  
*Linha 541 livros das camaras.*

Artigo 46º

*Linha 631...pera do dia da noteficação em*

*Linha 632 diante se eyxecntar as penas da dita ordenação nas pessoas que  
Linha 633 nelas encorrerem*

Ao cargo de provedor-mor cabiam, ainda, ordens para entrar em comunicação com os officios da Real Fazenda, nas capitánias onde os houvesse, verificar todas as rendas e os direitos percebidos e cuidar de sua arrecadação e, onde não os houvesse, providenciaria junto ao capitão, ou pessoa que se achasse no lugar deste, para corrigir a falha. Todas essas determinações seriam de comum acordo com o governador-geral.

Uma outra razão que justificava o novo sistema de Governo-geral é que preponderava a obrigação de se propagar a fé, que o rei assumia como grão-mestre da ordem de Cristo e donatário do papa, pelo que se arrogava o direito de cobrar os dízimos que eram dívidas a Deus.

Passagens do Regimento atestam as funções do provedor-mor da Fazenda, encarregado da fiscalização da cobrança dos impostos e da arrecadação dos direitos da coroa e o pagamento de dízimo somente à ordem de Cristo.

Artigo 10º

*Linha 161 ...não sendo*

*Linha 162 já dadas a outras pessoas que as queirão ir povoar e aproveitar*

*Linha 163 no tempo que lhe pera iso aade ser noteficado/ as quaes terras*

*Linha 164 dareis livremente sem foro allgum,/soomente pagarão o dizimo*

*Linha 165 aa ordem de noso senhor jesu xpo e com as condições e obri-*

*Linha 166 guações do fforal dado aas ditas terras,/...*

Artigo 25º

*Linha 360 ey por bem que com os ditos capitães e officiaes asenteis*

*Linha 361 os preços que vos parecer que onestamente podem valer as mer-*

*Linha 362 cadorias que na terra ouver e asy as que vão do reino e de quaes*

*Linha 363 quer outras partes pera terem seus preços certos e onestos con-*

*Linha 364 forme a calidade de cada terra e por eles se venderem trocarem*

*Linha 365 e escaybarem.*

## Artigo 26º

*Linha 366 quando asy fordes correr as ditas capitancias irá comvosco*

*Linha 367 Antonio Cordozo de Barros que envio por provedor moor de*

*Linha 368 minha fazenda ás ditas terras do brazill e em cada hũa das ditas*

*Linha 369 capitancias vos enformareis se hã nelas offciaes de minha fazenda*

*Linha 370 e porque provizões servem e não os avendo vereis se são neces-*

*Linha 371 sarios e sendoo os provereis com parecer do dito provedor moor*

*Linha 372 de minha fazenda pera que sirvão atee eu deles prover.*

## Artigo 27º

*Linha 373 e asy vos enformareis das rendas e direitos que em cada*

*Linha 374 capitania tenho e me pertencem e como se arrecadarão e despen-*

*Linha 375 derão atee agora o que fareis com o dito provedor moor confor-*

*Linha 376 mandovos em tudo com o seu regimento em que isto mais*

*Linha 377 largamente vay declarado.*

## Artigo 29º

*Linha 403 os que forem a tratar e a negociiar suas fazendas por*

*Linha 404 maar de hũas capitancias para outras em navios seus ou doutras*

*Linha 405 pesoas ao tempo que se cameçarem a corregruar e asy antes de*

*Linha 406 saire do porto e farão saber ao provedor de minha fazenda que*

*Linha 407 estiver na capitania onde o tal navio aperceber para fazes*

*Linha 408 as deligencias que lhe em seu regimento mando acerqua das*

*Linha 409 mercadorias que se nos ditos navios amde careguar e no modo*

*Linha 410 que amde ter em os descarregar nos luguares pera onde as le-*

*Linha 411 varem.*

## Artigo 31º

*Linha 433...coando comprire tudo se carreguara em re-*

*Linha 434 ceita sobre o meu allmoxarife como se contem no regimento do*

*Linha 435 dito provedor moor.*

## Artigo 34º

*Linha 488 o dito provedor moor terá cuydado quando correr as ditas*

*Linha 489 capitánias de saber se as pessoas acima declaradas tem as ditas*

*Linha 490 armas e de executar as penas sobreditas nos que nelas in-*

*Linha 491 correrem e quando elle não for correr as ditas capitánias fará*

*Linha 492 em cada hũa delas esta deligencia o provedor de mynha fazenda*

*Linha 493 que estiver na dita capitania e do que o tal provedor achar faraa*

*Linha 494 autos que enviaraa ao dito provedor moor pera proceder por*

*Linha 495 eles segundo forma deste capitolo e querendo allhũas das ditas*

*Linha 496 pessoas proverse laa das ditas couzas ou dalgũas delas ey por*

*Linha 497 bem que se lhes dem dos meus almazeis avendo-as neles polos*

*Linha 498 preços que acharem que me la custão postas e a dita deligencia*

*Linha 499 fará o dito provedor moor ou os ditos provedores na artelharia e*

*Linha 500 armas que os capitães são obrigados a ter e com as outras pe-*

*Linha 501 soas farão os ditos capitães somente ey por bem que o dito pro-*

*Linha 502 vedor moor ou os ditos provedores fasão a dita deligencia.*

## Artigo 35º

*Linha 510...ey por bem*

*Linha 511 que em cada capitania com o dito provedor moor de minha fa-*

*Linha 512 zenda capitão e officiaes e outras pessoas que vos bem parecer*

*Linha 513 pratiqueis a maneira que se deve de ter pera que as pessoas a*

*Linha 514 que asy tenho dadas as ditas licenças posão aver o dito paa com*

*Linha 515 o menos prejuizo da terra que poder ser e lhes limiteis os*

*Linha 516 preços que por elle ouverem de dar nas mercadorias que correm*

*Linha 517 na terra em lugar de dinheiro e o que sobre yso se asentar*

*Linha 518 se escrevera no livro da camara pera dahy em diante se*

*Linha 519 comprir.*

O cargo de capitão-mor da costa, coordenador da defesa da colônia, não permitia que se saísse de uma capitania para outra e nem que se penetrasse no interior sem licença. Ninguém poderia ir pelas terras adentro e comunicar-se de uma para outra capitania, sem

licença do governador, capitão ou provedor, vistos os inconvenientes que daí se seguiam, ainda que as terras estivessem em paz. A pena aos contraventores seria: sendo peão, de açoites, e sendo pessoa de maior prestígio, a de vinte cruzados. Tais licenças só eram concedidas às pessoas de muita confiança, que não poderiam se ausentar caso sua presença fosse indispensável à colônia, ou se nenhuma obrigação as segurasse lá. O capitão que recebesse algum indivíduo em sua capitania sem que este lhe apresentasse a devida licença, pagaria cinqüenta (50) cruzados. Aos degradados, em nenhuma hipótese seria permitido sair das capitanias.

### Artigo 23º

*Linha 337 pela terra firme adentro não poderá hir tratar pessoa*

*Linha 338 allgũa sem licença vosa ou do provedor moor de minha fazenda*

*Linha 339 não sendo vos presente ou dos capitães,/ e a dita licença senão*

*Linha 340 dará senão a pessoas que parecer que irão a bom recado o que*

*Linha 341 de sua ida e trato senão seguirá prejuizo allgũ nem iso mesmo*

*Linha 342 irão de hũas capitanias pera outras por terra sem licança dos*

*Linha 343 ditos capitães ou dos provedores posto que seja por terra*

*Linha 344 que estêm de paz por evitar allgũs inconvenientes que*

*Linha 345 diso seguem sob pena de ser açoutado sendo pião e sendo de*

*Linha 346 moor calidade paguará vinte cruzados ametade pera os cativos*

*Linha 347 e a outra metade pera quem o acuzar. E os ditos provedores*

*Linha 348 não darão a dita licença senão em auzencia do capitão.*

### Artigo 36º

*Linha 523...e querendo niso prover ey por bem que as pessoas que es-*

*Linha 524 tiverem em qualquer das ditas capitanias e se quizerem ir pera*

*Linha 525 outra algũa pesão pera isso licença ao capitão a qual lhe ele*

*Linha 526 dará não tendo ao dito tempo tall necessidade de jente pera que*

*Linha 527 lha deva deixar de dar a dita licença se enformará primeiro se*

*Linha 528 a tall pessoa viveo ou esteve por solldada ou qualquer outro par-*

*Linha 529 tido co' pessoa algũa outra pessoa e se comprio o tempo de sua*

*Linha 530 obrigação e achando que o comprio e não he obriguado a pessoa*

*Linha 531 algũa lhe dará a dita licença e lhe pasará pera iso sua cer-*  
*Linha 532 tidão em que o asy decrete e levando a dita pessoa a dita certidão*  
*Linha 533 será recolhido em qualquer outra capitania pera honde ffor e*  
*Linha 534 não a levando o capitão dela o não recolherá.*

As instruções dadas por D. João III por meio do Regimento davam a Tomé de Souza grandes poderes, permitindo-lhe mesmo sentir-se um rei, se não fora sua modéstia e prudência. O governador podia prover em officios de justiças e fazenda os degradados, que prestassem bons serviços nas armadas, ou em terra, excetuados somente os condenados por furto e falsidade; armar cavaleiros às outras pessoas, que prestassem iguais serviços; mandar adiantar, em recompensa destes e de outros serviços, vencimentos ou ordenados, e fazer donativos, uma vez que estes não excedessem de cem cruzados por ano, além de poder escolher outra sede para seu governo.

Os casos que não eram tratados no Regimento, o governador consultaria os demais officiais, prevalecendo, todavia sua opinião.

Possibilidade de escolha de outro local para sediar as capitancias

*Linha 46 “... e porem se vos parecer que será mais meu serviço desem-*  
*Linha 47 barcar no luguar onde se ouver de fazer a fortaleza faloeis asy...”*

Artigo 8º

*Linha 124 e portanto vos emcomento e mando que como tiverdes pacifica*  
*Linha 125 a terra vejais com pessoas que o bem entendão o luguar que*  
*Linha 126 será mais aparelhado pera se ffazer a dita fortaleza forte...*  
*Linha 130 ...espero que esta*  
*Linha 131 seja e deve de ser em sitio sadio e de bons ares e que tenha*  
*Linha 132 abastança de auguoas e porto em que bem posão amarar os*  
*Linha 133 navios e vararem-se quando comprir porque todas estas cali-*  
*Linha 134 dades ou as mais delas que poderem ser compre que tenha a*  
*Linha 135 dita fortaleza e povoação...*

Favorecimento àqueles que prestarem serviços à coroa

Artigo 42º

*Linha 590 se allgũns degradados que forem pera as ditas partes do*

*Linha 591 brazill me serviremlla em navios da armada ou na terra em*

*Linha 592 qualquer outra couza de meu serviço per honde vos pareça que*

*Linha 593 devem de ser abilitados pera poderem servir quaesquer officios*

*Linha 594 asy da justiça como de minha ffazenda ey porbem que vós os*

*Linha 595 encarregueis dos ditos officios coando ouver necessidade de pro-*

*Linha 596 verdes de pessoas que os sirvão e ysto se não entendera nos que*

*Linha 597 forem degradados por furtos ou falsidades.*

Artigo 43º

*Linha 598 as pessoas que nos ditos navios darmada ou na terra em*

*Linha 599 qualquer outra couza de guerra servirem em maneira que nos*

*Linha 600 pareça que merecem ser feytos cavaleiros ey por bem que os*

*Linha 601 façaes e lhes paseis provizão de como os asy fizestes e da cauza*

*Linha 602 porque o merecerão.*

Artigo 44º

*Linha 603 quando vos parecer bem e meu serviço mandardes pagar*

*Linha 604 a allgũas pessoas do ordenado ou soldo que ouverem daver*

*Linha 605 allgũa parte adiantada ou dardes allgũas dadivas a quasquer*

*Linha 606 pessoas que seião ey por bem que o posaes fazer e as dadivas*

*Linha 607 não pasarão de cem cruzados por anno.*

### **3.1.3 As providências contidas no Regimento**

Podemos verificar que os artigos que compõem o Regimento têm como principal objetivo proceder ao povoamento e a defesa das terras do Brasil. Não é difícil entendermos os motivos que levaram a coroa portuguesa a ocupar-se da nova terra descoberta. Retomemos por um instante a contextualização do Brasil no século XVI; ao perceber o desmoronamento comercial da Índia, o fracasso do regime de capitanias hereditárias no

Brasil, além das constantes invasões de ingleses e franceses, Portugal resolveu fortalecer as bases da colonização por meio de uma estrutura político-administrativa centralizada.

Com o intuito de povoar e garantir a posse da terra, a coroa investiu e tomou providências precisas para garantir o domínio da colônia brasileira. O rei determinou: a ida de armadas, para que se tomasse posse da Bahia, que se fizesse guerra contra quem resistisse à posse, fizesse uma cerca para proteção da Bahia, provesse de mantimentos, informasse às outras capitanias da chegada de Tomé de Souza. Determinou, também, que as armadas enviassem ajuda, notificassem a todas as pessoas que possuíssem terras que as povoassem, castigassem os gentios que fizeram guerra contra os colonos, trabalhassem para que houvesse paz. Também determinou a ida de pedreiros e carpinteiros, entre outros profissionais, que fossem úteis para a construção da cidade, que os cristãos não tratassem diretamente com os gentios e que as armadas pacificassem a capitania do Espírito Santo, castigassem os corsários que transitavam pela costa sem autorização. Essas providências podem ser verificadas nas seguintes passagens:

Providências que o rei toma para manter a colônia

Artigo 1º

*Linha 15 da terra e por outros respeito, ey por meu serviço que na dita*

*Linha 16 bahia se faça a dita povoação e asento e para iso váa hua armada*

*Linha 17 com jente artelharia armas e monições e todo mais que for*

*Linha 18 necessario.*

Artigo 3º

*Linha 28 Tanto que cheguardes á dita bahía tomareis posse da*

*Linha 29 cerqua que nela está que fez Francisco Pereira Coutinho a*

*Linha 33 senta-vos nela cõ a jente que comvosquo vay e sendo caso que*

*Linha 34 a não acheis asy e que está povoada de jente da terra traba-*

*Linha 35 lhareis pola tomar o mais voso salvo e sem periguo da jente*

*Linha 36 que poder ser, fazendo guerra a quem quer que vos registir e o*

*Linha 37 tomardes pose da dita cerqua será cheguando ou depois em*

*Linha 38 qualquer tempo que vos parecer mais meu serviço*

*Artigo 4º*

*Linha 39 tanto que estiverdes em pose da dita cerqua mandareis*  
*Linha 40 reparar o que nela está feito e fazer outra cerqua junto dela*  
*Linha 41 de valos e madeira ou taipal como melhor paracer, em que a*  
*Linha 42 jente posa estar agasalhada e segura e como asy estiver agua-*  
*Linha 43 salhada dareis ordem como vos provejais de mantimentos da terra*  
*Linha 44 mandando-os prantar asy pola jente que levais como pola da*  
*Linha 45 terra e por qualquer outra maneira porque se melhor se poderem*  
*Linha 46 aver e porem se vos parecer que será mais meu serviço desem-*  
*Linha 47 barcar no luguar onde se ouver de fazer a fortaleza loeis asy.*

*Artigo 5º*

*Linha 48 5 ao tempo que cheguardes a dita bahia fareis saber por*  
*Linha 49 todallas vias que poderdes aos capitães das capitánias da dita*  
*Linha 50 costa do brazil de vossa chegada e eu lhes tenho escripto que*  
*Linha 51 tanto que souberem vos enviem toda a ajuda que poderem de*  
*Linha 52 jente e mantimentos e as mais cousas que na terra tiverem das*  
*Linha 53 que vos podem ser necessarias e que notefiquem a todas as pes-*  
*Linha 54 soas que estiverem nas ditas capitánias e tiverem terras na*  
*Linha 55 dita bahia de todolos santos que asvão povoar e aproveitar nas*  
*Linha 56 primeiras em barquações que forem pera a dita bahia, com decra-*  
*Linha 57 ração que não indo nas ditas primeiras em barquações perderão*  
*Linha 58 o direito que nelas teverem e se darão a outras pessoas que as*  
*Linha 59 aproveitem e que da dita notefficação façãoautos e volos em-*  
*Linha 60 viem.*

*Artigo 6º*

*Linha 82 a serviço de deos e meu os que se asy alevantarão e fizerão*  
*Linha 83 guerra serem castigaduos com muito rigor; portanto vos mando*  
*Linha 84 que como cheguardes a dita bahia vos enformeis de quaes são os*  
*Linha 85 jentios que sostiverão a paz e os favoreçais de maneira que*  
*Linha 86 sendo-vos necessario sua ajuda a tenhais certa.*

Linha 87 *E tanto que a dita cerqua for repairada e estiverdes provido*  
 Linha 88 *do necessario e o tempo vos parecer desposto pera iso, praticareis*  
 Linha 89 *com pessoas que o bem entendão a maneira que tereis pera*  
 Linha 90 *poder castiguar os culpados o mais á voso salvo e com menos*  
 Linha 91 *risquo da jente que poder ser, e como asy tiverdes praticado; o*  
 Linha 92 *poreis em ordem destruindo-lhe suas aldeias e povoações e ma-*  
 Linha 93 *tando e cativando aquella parte deles que vos parecer que*  
 Linha 94 *abasta pera o seu castiguo e eyxemplo de todos e...*  
 Linha 98 *... e no tempo que vos pedirem paz tra-*  
 Linha 99 *balhareis por haver a vosso poder allgũs dos principaes que*  
 Linha 100 *forão no dito alevantamento e estes mandareis por justiça en-*  
 Linha 101 *forçar nas aldeias donde erão principaes.*

#### Artigo 7º

Linha 106... *escrevo tãobem aos ditos ca-*  
 Linha 107 *pitães que vos enviem allgũa jente da dita linhagem e asy*  
 Linha 108 *mesmo lhes escrevereis e lhe mandareis dizer quevos fação saber*  
 Linha 109 *de como a terra está e da jente armas e monições que tem e se*  
 Linha 110 *estão em paz ou em guerra e se tem necessidade de allgũa*  
 Linha 111 *ajuda vossa e...*

#### Artigo 8º

Linha 141 *que o bem entendão e pera esta obra vão em vosa companhia*  
 Linha 142 *allgũs officiaes asy pedreiros e carpinteiros como outros que*  
 Linha 143 *poderão servir de fazer cal telha tijolo e pera se poder começar*  
 Linha 144 *a dita fortaleza vão nos navios desta armada allhuas acheguas*  
 Linha 145 *e não achando na terra aparelho pera se a dita fortaleza ffazer*  
 Linha 146 *de pedra e cal farse-ha de pedra e barro ou taipais ou madeiras*

#### Artigo 15º

Linha 232 *15 ey por bem que por tempo de cimquo annos se não posa*  
 Linha 233 *dar novamente na dita capitania da bahia terras nem agoas de*

*Linha 234 sesmarias a pessoa allhũa das que ora são moradores nas outras*  
*Linha 235 capitancias, / nem as taes pessoas se possão dentro no dito tempo*  
*Linha 236 vir delas povoar a dita capitania da bahia salvo as pessoas que*  
*Linha 237 nela tiverem já terras tomadas de sesmarias porque esas po-*  
*Linha 238 derão vir das outras capitancias onde estiverem aproveitar as*  
*Linha 239 ditas terras.*

#### Artigo 16º

*Linha 244 ... e pera*  
*Linha 245 á obra deles levais officiais e dos meus almazens as monições*  
*Linha 246 necessaria,/...*

#### Artigo 19º

*Linha 281... E porque a do Espirito Sancto*  
*Linha 282 que he a de Vasco Fernandez Coutinho esta alevantada ireis a*  
*Linha 283 ele co'a mais brevidade que puderdes e tomareis a enformação*  
*Linha 284 por o dito Vasco Fernandez Coutinho e por quaesquer outras*  
*Linha 285 pessoas que vos diso saibão dar rezão da maneira que estão com*  
*Linha 286 os ditos jentios...*  
*Linha 287... e o que asentardes poreis em obra*  
*Linha 288 trabalhando todo o que for em vos porque a terra se segure e*  
*Linha 289 fique pacifica e de maneira que ao diante se não alevantem mais*  
*Linha 290 os ditos jentios e na dita capitania do Espirito Santo estareis o*  
*Linha 291 tempo que vos parecer necesario pera fazerdes o que dito he.*

#### Artigo 21º

*Linha 324... e asy ordenareis*  
*Linha 325 que os xpõas não vão as alldêas dos jentios a tratar com eles*  
*Linha 326 salvo os senhorios e jente dos enjenhos porque estes poderão*  
*Linha 327 em todo o tempo tratar co'os jentios das alldêas que estiverem*  
*Linha 328 nas terras e limitesdos ditos enjenhos,/ e forem parecendo-vos*  
*Linha 329 que fará inconveniente poderem todos os de cada enjenho ter*

*Linha 330 liberdade pera tratar co'os ditos jentios segundo forma deste*

*Linha 331 capitolo e que será melhor ordenar-se que hũa só pessoa em cada*

*Linha 332 enjenho o faça asy se fará.*

Artigo 37º

*Linha 542 37 porque hũa das principaes cousas que mais compre pera*

*Linha 543 se as ditas terras do brazil malhor poderem povoar he dar*

*Linha 544 ordem como os cosarios que a elas forem serão castigados de*

*Linha 545 maneira que não se atrevão a ir laa,/ vos encomendo muito que*

*Linha 546 tenhaes especial cuidado de tanto que souberdes que ha cosarios*

*Linha 547 em allgũa parte da dita costa irdes a elas c'o os navios e gente*

*Linha 548 que vos parecer bem e trabalhareis polos tomar e tomano-os*

*Linha 549 procedereis contra ele de maneira que se contem em hũa pro-*

*Linha 550 vizão minha que pera iso levaes,/ e não podendo vos irem pessoa*

*Linha 551 ou parecendo-vos por allgũas rezões mais meu serviço não irdes*

*Linha 552 mandareis em voso loguar hũa pessoa de confiança que vos bem*

*Linha 553 parecer ao qual dareis por rejimento o que deve faser.*

Artigo 39º

*Linha 568 39 como ffordes na dita bahia escrevereis aos capitães das*

*Linha 569 outras capitancias que tanto que souberem que na dita costa há co-*

*Linha 570 sairos volo escrevão enformando-se primeiro das velas que são*

*Linha 571 e de que tamanho e da gente que trazem e a paragem em que*

*Linha 572 estão pera vos proverdes iso pola maneyra sobredita ou como*

*Linha 573 vos parecer maes meu serviço e que entretanto acudão a yso*

*Linha 574 tendo aparelho para o seguramente poderem fazer.*

Para a organização administrativa na colônia, com sede nas vilas, foram aplicadas no Brasil as funções da administração municipal portuguesa, estabelecidas nas ordenações reais. Dois foram os órgãos que constituíram o poder municipal na colônia:

- a Alcaidaria, que junto com suas rendas, era controlada pelo donatário da capitania, que nomeava o alcaide, capitão da vila, como seu subordinado.

- Câmara Municipal, que funcionava como um instrumento de poder dos grandes senhores e era formada por vereadores eleitos pelos “homens bons” do município.

A atuação da Câmara era ampla, chegando a ultrapassar o que estabelecia a lei: fixavam os preços dos produtos e o valor das moedas; estabeleciam impostos; recusavam ou aceitavam os tributos reais; organizavam expedições contra os indígenas; criavam povoações; decidiam a legislação sobre o comércio, a indústria e a administração pública, recusavam funcionários reais e nomeavam substitutos.

Uma cópia deste Regimento seria enviada a cada capitania, aguardando que o próprio governador visitasse cada uma delas em viagem de inspeção. Essa atitude não foi muito bem recebida pelos capitães das donatárias, pois não esperavam ver um superior a eles próprios. Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, protestou violentamente, alegando ao rei que não precisava de qualquer interferência de fora e nem mesmo os colonos a desejavam, visto que conseguiu pôr ordem no caos. O Rei reconheceu que havia justiça na alegação e aconselhou Tomé de Souza que não intervisse em Pernambuco.

O valor atribuído ao Regimento refere-se ao fato de ser um grande evento, o do início, por assim dizer, do estabelecimento no Brasil de um governo geral e o começo das primeiras providências para a fundação da sede deste novo governo, atualmente a cidade de Salvador.

Com a instauração do Governo-geral, firmou-se a soberania e a autoridade da coroa portuguesa no Brasil.

### **3.1.4 O estatuto jurídico do Regimento**

Segundo Maria Leonor Garcia da Cruz (2001) os regimentos e as ordenações, apesar de vigorarem como normas fundamentais de organização e dinâmica dos elementos internos de cada serviço, são princípios reguladores que funcionam como base, mas passíveis de serem adaptados. As necessidades surgidas por novas circunstâncias levam, por vezes, a alterações de cláusulas dessas normas, sem, contudo, ameaçar e muito menos subverter os seus princípios orientadores como, por exemplo, concepções ideológicas, éticas, políticas, sociais, econômicas etc.

M.L.G.da Cruz afirma, também, que possíveis dúvidas e falta de clareza nos regimentos, nas ordenações e em artigos da fazenda eram esclarecidas por meio da

reelaboração dos mesmos, ou de projetos de textos normativos e da publicação de sucessivas disposições que os alteram pontualmente. Quanto mais clara a norma, mais fácil, imediata e eficaz a atuação da coroa, evitando-se tensões, excessos de queixas e requerimentos.

Essas preocupações acentuaram-se em Portugal a partir de meados do século XIII sob a influência do direito comum romano-canônico, visíveis no crescente apelo ao direito escrito, na multiplicação de leis gerais, na reformulação de órgãos, num movimento corolário<sup>3</sup> da afirmação do poder supremo do rei, que apoiado em conselheiros interfere cada vez mais nos costumes pela reafirmação ou pela revogação desses documentos.

Ao longo do século XVI, as regras próprias de cada uma destas instâncias permaneceram inalteráveis, observando-se alterações pontuais ou mesmo reformulações globais de regimentos, não sendo lineares, nem mesmo a relação de umas com as outras. Essas mudanças representam reflexo de mutações geradas por fenômenos de conjuntura e condições estruturais de natureza diversa. Esse percurso testemunha um país em mudança tanto no continente como nas áreas ultramarinas.

Na verdade, não há um único aspecto preponderante que age e explique globalmente fenômenos institucionais ou políticos, econômicos, sociais ou religiosos. Para esclarecer tais fenômenos há que se considerar um complexo de fatores que se interinfluenciam, condicionando o desenvolvimento deste ou daquele fenômeno, ou pelo contrário, motivando reorientações, mudanças ou adaptações.

A Europa assiste, no final do século XV, a uma maior estabilidade visível tanto na melhoria global da situação econômica como no reforço político de estados territoriais. Essa estabilidade refere-se a poderes que alargaram, de forma considerável e por meios diferenciados, a sua área de influência das cidades, importantes fontes de recursos, garantia do sistema defensivo, domínio social e político de grupos com poder econômico, impulsionando técnicas políticas e administrativas inclusive as de divulgação cultural, o aperfeiçoamento das práticas comerciais, o desenvolvimento das técnicas de transporte, de construção de produção metalúrgica, de produção industrial – indústrias ligadas ao setor têxtil – com projeção no século XVI.

Nos esforços pela unificação do poder político e na luta pela soberania dos Estados do ponto de vista interno e externo, a forma como o poder central interfere na disciplina

---

<sup>3</sup> Corolário: rico, consistente.

social como árbitro é garantia do bem comum, interessando-lhe a manutenção da ordem hierárquica definida juridicamente.

O desenvolvimento de um suporte ideológico, o aumento do prestígio do centro do poder dominante, a corte, levam o poder central a prosseguir a sua orientação unificadora, assegurando-lhe negociações favoráveis e apoios financeiros. Com os objetivos de unificar o poder político e garantir a soberania dos Estados, o poder central desenvolve mecanismos de centralização. Por meio desses mecanismos institucionais centralizados, cuja competência vai se regulamentando, o poder real garante o fortalecimento da justiça régia, definida do ponto de vista doutrinário como a função fundamental do Monarca.

Procura-se com a construção desta idéia de soberania um controle sobre os corpos da sociedade, inclusive sobre a igreja, pois se remete para o Soberano Pontífice a orientação espiritual do povo cristão e a legitimação de atitudes temporais que sirvam para preservar essa mesma Cristandade e aumentá-la. Inclui-se nessas idéias, a evangelização por meio de iniciativas de política expansionista.

O exercício do seu ofício confere ao Rei a definição de pessoa pública, na doutrina e na prática política, pois existe e age para o reino. A origem de seu poder é divina, tendo a instituição sido feita de forma imediata por Deus ou de forma mediatizada.

Uma vez reconhecida com D. João II à superioridade do Monarca, caberá a D. Manuel uma preocupação sistemática em definir, em vários campos do governo, instrumentos legais para a eficaz manifestação da autoridade soberana num Portugal que expande o seu domínio. D. Manuel definirá instrumentos legais em nível de legislação e de práticas administrativas e judiciais, uma política que terá continuidade com D. João III. Reeditam-se, no novo reinado, muitos textos legislativos e procede-se por diversas formas com vista a um melhor conhecimento da realidade do reino e a maior eficácia do aparelho burocrático.

Entre estes textos, incluem-se os regimentos que atingem oficiais de cidades, vilas e lugares do reino e núcleos específicos da administração régia. Em sentido amplo, o termo “regimento” significa o conjunto de instruções dadas para o funcionamento de determinada instituição ou cargo. Para que possamos estudar o primeiro século de colonização, em relação ao qual a documentação é mais escassa, os regimentos dos primeiros governadores-gerais, ou dos provedores-mores da Fazenda fornecem informações sobre uma forma de administração ainda pouco complexa.

Por se tratar de um documento jurídico, o Regimento de Tomé de Souza, além de nos permitir observar a Língua Portuguesa em uso no século XVI, permite-nos, também, identificar as marcas histórico-lingüísticas que o organizam e lhe conferem um caráter jurídico e administrativo.

### **3.1.5 O Regimento e o caráter divino do governo do rei.**

O caráter sagrado atribuído às famílias reais, ou às pessoas dos monarcas encontra-se em diversas civilizações. A riqueza e a força de uma família eram consideradas manifestações visíveis da graça divina. Na verdade, esse caráter sobrenatural era a idealização do poder terreno em que os mais fortes e prestigiados sê-lo-iam, também na esfera do sagrado; por isso, a grande maioria dos santos pertenceu à aristocracia, com predomínio dos que haviam desempenhado funções religiosas.

O reconhecimento das famílias mais prósperas e beneficiadas pela divindade resultava da consciência camponesa, que deste modo exprimia a sua integração no sistema social. Os reis e as suas famílias distinguiam-se dos restantes magnatas apenas de forma quantitativa, porque eram os mais poderosos e bem-sucedidos. Suas famílias forneciam, preferencialmente, pessoas santificáveis que eram reverenciadas merecendo superior respeito.

Mas os reis não eram apenas os mais sagrados dos aristocratas, pois, além da sua superioridade quantitativa possuíam um caráter sobrenatural específico, que os diferenciavam no reino. Não era apenas o monarca, mas todos os elementos da sua família relacionados pelo sangue que entravam na esfera do sobrenatural. Muito antes da introdução do cristianismo, os chefes de vários povos reivindicavam uma ascendência divina, e em seguida, com a nova religião, os reis-santos passaram a ser considerados como antepassados-fundadores das famílias reinantes. A dinastia merovíngia<sup>4</sup> atribuía a procriação do principal antepassado a uma dupla intervenção conjunta masculina, de um aristocrata e de um monstro marinho e, deste modo, a globalidade da família real provinha do sobrenatural.

---

<sup>4</sup> Relativo à dinastia de reis francos fundada por Meroveu(sV) e consolidada por Clóvis I (465-511) e seus descendentes, que governaram a Gália e a Germânia de 500 a 751.

Um rei era o chefe de uma família sagrada por excelência e como tal, servia de medianeiro entre o sobrenatural e o terreno, intercedendo pelos homens junto ao divino. Cabia aos monarcas efetuar essa articulação, se o fizessem com êxito a sociedade se manteria sagrada, os servos e os camponeses se conservariam submissos, ganhariam as guerras; as estações dos anos seriam regulares, haveria abundância nas colheitas etc. O poder do rei sobre os súditos era idealizado no poder da divindade sobre as criaturas e ambos eram assimilados, de maneira que um correspondesse ao outro. Mas se alterasse o clima, a fertilidade se comprometesse, as tropas fossem derrotadas, isso significava que o chefe da família real não cumprira as funções mediadoras que lhe cabiam. Neste caso, corria o risco de que um parente se apresentasse para pleitear seu lugar.

Entre os Visigodos, o novo rei era aclamado pelos guerreiros e, posteriormente, inclui-se a prática da unção, meio pelo qual um eclesiástico vertia na cabeça do rei óleos consagrados. O aparecimento deste novo ritual na monarquia é relacionado à tendência da hereditariedade no trono, ou, pelo menos, para a nomeação pelo monarca do seu sucessor.

Gradativamente, os antigos mitos pagãos não eram mais suficientes para assegurar o caráter sobrenatural de uma dinastia, assim como, não bastava a aclamação para garantir a investidura sagrada do monarca. Segundo Nair de Nazaré Castro Soares (1994), o que ocorreu, em todos os reinos, foi a intervenção da igreja para a afirmação deste caráter sobrenatural e, que se deu por meio do ritual da unção eclesiástica.

O rei ungido tinha poderes de intercessão junto da esfera divina e mediava entre ela e a esfera terrena, não devia isso aos santos óleos, mas ao caráter especificamente sagrado dos monarcas.

Crismado de *Primeira Constituição do Brasil*, o Regimento de Tomé de Souza constituiu um modelo de tino governativo por se tratar de um documento de alto valor político, econômico e social.

Além de prover e prever tudo, começa por mostrar que o do rei D. João III se apoiava em um poder divino para governar. Toda a teorização do príncipe cristão desde aquela época com Santo Agostinho e, sobretudo S. Tomás e seus seguidores, se vinculavam a essa idéia mestra do pensamento político antigo e medieval.

João Morais Barbosa (1972) afirma que Osório considerava o poder de origem divina, e o rei ministro e vigário de Deus, cuja sabedoria deve imitar. Esta filiação em São Tomás denuncia-se, sobretudo, na concepção da origem divina do poder por mediação do

povo: a fidelidade ao juramento, feito perante o povo, que o confirma como rei, o rigor da justiça corretiva e distributiva, a defesa do direito divino, do direito natural, do direito positivo, a obediência e respeito do rei às leis, à primazia do bem coletivo sobre o particular.

Um pormenor confere atualidade a essa teorização, na obra de Osório<sup>5</sup> *regis maiestas* é inerente ao ofício de rei, considerado divino pelo alcance dos deveres e obrigações que abrange pelas virtudes que requer. Por este motivo o rei deve manifestar o maior zelo pela religião e sua prática.

Nesse sentido, podemos destacar do Regimento passagens que atestam marcas de religiosidade, imitação da sabedoria divina e manifestação de zelo pela religião e sua prática.

#### Artigo 1º

*Linha 1 Eu el-rei faço saber a vós Tome de Souza ffdalgo de*

*Linha 2 minha casa que vendo eu quanto serviço de Deos e meu...*

*Linha 5 ...para eixalçamento da nossa santa fêe e pro-*

*Linha 6 veito de meus reinos e sonhorios e dos naturais deles...*

#### Artigo 6º

*Linha 81 ...polo que cumpre muito*

*Linha 82 a serviço de deos e meu...*

#### Artigo 8º

*Linha 130 ...como com ajuda de noso Senhor...*

#### Artigo 17º

*Linha 255 ...e que seraa muito serviço de Deos e meu serem lançados*

*Linha 256 fora desa terra pera se poder provar asy dos xpaõs como dos*

*Linha 257 jentios da linhagem dos topiniquis...*

#### Artigo 24º

---

<sup>5</sup> D.Jerónimo Osório, bispo de Silves

*Linha 349 porque a principal cousa que me moveo a mandar po-  
 Linha 350 voar as ditas terras do Brazil foy pera a jente delas se con-  
 Linha 351 vertese a nosa santa fee catolica vos encomendo muito que pra-  
 Linha 352 tiqueis co'os ditos capitães e offciaes a melhor maneira que pera  
 Linha 353 iso se pode ter e de minha parte lhes direis que lhes aguarde-  
 Linha 354 cerey muyto terem especiall cuidado de os provocar a serem xpaõs*

*Artigo 28º*

*Linha 386 porque cumpre muito a serviço de Deos e meu prover nisto de  
 Linha 387 maneira que se evite,...*

*Artigo 32º*

*Linha 438...porque de se lhes darem se segue muito de serviço de noso  
 Linha 439 senhor e prejuizo aos xpaõs...*

*Artigo 45º*

*Linha 616 averei por bem que vós pola melhor maneira que poderdes os  
 Linha 617 traguais a iso porque como o principal intento meu he que se  
 Linha 618 covertão a nossa santa fee, loguo he rezão que se tenha com  
 Linha 619 eles todos os modos que poderem ser pera que o façaes asy...*

*Artigo 47º*

*Linha 634 porque parece que sera grande inconveniente os gentios  
 Linha 635 que se tornarem xpaõs morarem na povoação dos outros e an-  
 Linha 636 darem mesturados co'eles e que será muito serviço de deus e  
 Linha 637 meu apartaremnos de sua conversação vos encomendo e mando  
 Linha 638 que trabalheis muito por dar ordem como os que forem xpaõs  
 Linha 639 morem juntos perto das povoações das ditas capitancias pera que  
 Linha 640 conversem com os xpaõs e não co'os gentios e posão ser dou-  
 Linha 641 trinados e ensinados nas couzas de nosa santa fêe e os meninos  
 Linha 642 porque neles imprimirá melhor a doutrina trabalhareis por dar  
 Linha 643 ordem como se fação xpaõs e que sejam ensinados e tirados da*

*Linha 644 conversação dos gentios e aos capitães das outras capitánias di-*  
*Linha 645 reis de minha parte que lhes guardecerei muito ter cada hũa*  
*Linha 646 cuidado de asy o fazer em sua capitania e os meninos estarão*  
*Linha 647 na povoação dos portuguezes e em seu ensino folguarei de se ter*  
*Linha 648 a maneira que vos dixee.*

## **3.2 A língua portuguesa no Regimento**

### **3.2.1 A ortografia**

Os descobrimentos marítimos realizados pelos portugueses, desde os princípios do século XV, não conseguiram abalar a vitalidade da língua tradicional. Não há dúvida, portanto, de que as transformações por que passou a língua portuguesa nesta época estão ligadas à revolução social, econômica, artística e literária.

O ensino das línguas grega e latina praticado no século XVI desenvolveu um conhecimento teórico das línguas antigas, criando condições favoráveis ao surgimento das primeiras gramáticas e dos primeiros dicionários da língua portuguesa.

Foi *A gramática de la Lengua Castellhana* de Antonio de Nebrija (1492) e as grandes navegações marítimas que impulsionaram a elaboração de gramáticas de língua portuguesa. Fernão de Oliveira, em 1536, com a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, em seguida, João de Barros, em 1540, com a *Gramática da Língua Portuguesa*.

No entanto, o período em questão não está caracterizado de maneira uniforme pelos estudiosos e, embora, seja de conhecimento geral que configure como um período fundamental para a Língua Portuguesa, não se pode pensar que se trate de um tempo homogêneo lingüisticamente.

A gramática de João de Barros, tomada por referência para procedermos à análise lingüística do documento, mostra-nos o uso corrente das noções básicas da gramática, objeto de discussões eruditas entre “homens de bom saber”. Nessa gramática, serão solucionados ou, pelo menos, equacionados os problemas que na sua maior parte serão legitimados pelos gramáticos que, a partir do Renascimento, imprimem às línguas respectivas uma fisionomia definitiva, ainda que passando por propostas que o uso e a doutrinação posterior rejeitarão.

Em uma apreciação global da situação, verificamos que o século XVI foi o das grandes criações, ou tentativas gramaticais, em geral, e ortográficas, em especial. Ao terminar esse século, podemos dizer que os dados estariam lançados e a fisionomia ortográfica delineada na sua feição moderna, após um estudo reflexivo do “certo e do errado”. Vai, enfim, projetar-se o estabelecimento de uma norma, baseada no uso e na autoridade, a partir da definição do justo, do legítimo e do correto, após a superação conseguida pela instauração dos modelos literários.

Os problemas gráficos decorrentes da insuficiência do alfabeto latino dizem respeito, em primeiro lugar ao sistema vocálico e à notação de aberto e fechado *de* “**a**, **e**, **o**”; em segundo lugar ao valor, força de “**c**” e ao uso da cedilha “**ç**”; em *littera quiescens*, o “**h**”, cuja presença vai ser legitimada pelos novos usos que lhe são atribuídos: como de acrítico<sup>6</sup>, formando os dígrafos “**ch**, **nh**, **lh**” e com sinal distintivo – **he** = *é/e* – ou marca etimológica – **homem**. Finalmente a legitimação das chamadas *letras ramitas* – “**j**” e “**v**” e, em consonância, a abolição de “**k**, **y**, **w**” da seqüência alfabética.

Quanto ao primeiro problema, a saber, as variações do timbre vocálico, isto é, a oposição aberto/fechado, substituindo a oposição latina longa/breve, verificamos que a solução para a notação na língua portuguesa é, no mínimo, desconcertante, já que o sistema português oferecia gama vocálica dificilmente comparável à de qualquer das línguas românicas. E, se para as duas últimas, a oposição só era verificável para *e* e *o*, os gramáticos portugueses alargam a sua verificação também à *a*, não constante do sistema fonológico de outras línguas em presença.

O segundo problema de certo modo envolve e implica o questionamento de **k**, **c**, **ç** e **qu** colocando em confronto inovação e convenção. Se por um lado, é dito que *por fugir de novidades conformemo-nós com o uso*<sup>7</sup>, não deixa de ser preconizada, que em consonância, pelos dois doutrinadores quinhentistas a abolição de **qu** e de **k**, por inúteis. A gramática de João de Barros afirma o seguinte:

*Esta lêtera Q, pelo nome que tem a assi pela pouca necessidade que há dela, a nós convinha mais que a outra nação desterrá-la da nossa ortografia e em seu lugar empregar esta lêtera c. Mas já disse quão receoso sou de novidades, dado que as proveitosas tenham muita força pera serem recebidas. Como creio que se faria a esta lêtera c, se fizesse*

<sup>6</sup> Acrítico: não separado, não distinto, não crítico, negação, privação.

<sup>7</sup> João de Barros [1540], 1957, 61-62.

*profissão de ano e dia, pois esta q tem tão perversa natureza além do mau nome, que se não ajunta às lêteras vogais, se não mediante esta, y , que lhe é semelhável. Ou são elas tão limpas que se não querem ajuntar a ele, ca não dissemos qa, qe, qi e dizemos qua, que, qui. E assim fica aquela lêtera u sempre líquida sem força, principalmente acerca de nós, nesta dições que, qui, ca assi as sintimos como os latinos e dizemos: qual, quão, quanto, e nãocal, cã, coanto, por terem outros sinificados.*

*Estoutras sílabas quo quu, não as há em nossa línguam, ca dizemos como, cume e não quomo, qume.*

*Estas duas sílabas que, qui são acerca de nós mui celebradas, porque nesta parte desfaleceu o uso do c.*

*Assi que pudemos tirar daqui esta regra? Qua usaremos às vezes, que, qui, sempre; quo quu, nunca*

Em relação ao grupo **qua** as palavras: *acerqua* – linha – 408; *busquar* – linha – 248; *cerqua* – linhas – 29, 37, 39, 40, 87, 121,150; *daçquares* – linhas – 184, 185, 189, 224; *demaquar* – linha – 157; *em barquações* – linhas – 56, 57, identificadas no Regimento e levando-se em consideração o princípio de imanência, podemos afirmar que tal uso caracteriza a língua portuguesa em uso no século XVI. Por outro lado, de acordo com a ortografia atual, Celso Cunha postula que as combinações das letras **gu** e **qu** são dígrafos quando empregadas antes de **e** e **i** e representarem os mesmos fonemas oclusivos /g/ /k/ e que se escreve, respectivamente **g** e **c** antes de **a** , **o** e **u** como por exemplo em galo, gole, gula, calar, cobre e cubro.

O mesmo se aplica aos grupos **quo**, **quu**. Identificamos, no Regimento, as seguintes palavras referentes ao grupo **quo** e nenhuma no grupo **quu**: *cimquo* – linha – 232; *cinquo* – linhas - 66,72; *comvosquo* – linha 33; *quoando* – linha – 272; *quoanta* – linha – 229; *quarto* – linha – 167; *risquo* – linha – 91.

Na seqüência, aliás, da discussão empreendida por Varrão, Quintiliano, Prisciano e Isidoro, a função de **qu** e **k** seria “sempre” desempenhada por **c** com valor velar; por outro lado, **ç** utilizar-se-ia em qualquer posição dessa forma, **ca** (=ka), **ce** (=ke), **ci** (=ki), **co** (=ko) **cu** (=ku), em contrapartida, **ça**, **çe**, **çi**, **ço**, **çu**.

Referente à letra **c**, identificadas no Regimento nas palavras: *calidade* > qualidade – linhas – 19, 127, 133, 278, 346, 364, 388, 440, 625; *coando* > quando – linhas 433, 595; *contidade* > quantidade – linha 507; *corente* > quarente – linhas – 423, 426, 474, que

deveriam ser grafadas com **qu**. Levando-se em conta o princípio de imanência, esse uso também caracteriza a língua em uso no século XVI. No entanto, tal uso pode ser explicado, se levarmos em consideração a possibilidade de a letra **c** poder ser usada no lugar das letras **k** e **q** conforme observação acima.

Tal análise arrasta consigo a paralela discussão proposta em relação à letra **g**, independentemente da qualidade da vogal que se encontre acostado: **ga**, **ge** (=gue), **gi** (=gui), **go**, **gu**.

Antes de darmos continuidade, é necessário que se verifiquem as vogais que, conforme a gramática de João de Barros, assim são denominadas, porque cada uma por si só faz perfeita voz, ou seja, podem ser pronunciadas sem necessidade de se apoiarem em outra letra. São elas: **á a é e i ó o u** e umas com as outras formam sete ditongos: **ai**, **au**, **ei**, **eu**, **ou**, **oi**, **ui**. Com base nestas informações, identificamos, no Regimento, as seguintes palavras que caracterizam a língua em uso no século XVI: acer**qua** – linha 408; achegu**as** – linha 145; ago**as** – linha 481; agou**as** – linha 182, 195, 211, 219, 222, 233, 310; aguardecerey – linha – 353; agu**as**alhada – linha 42; agu**as**alhar – linha 112, 149; agu**as**alharão – linha 114; alfandegu**as** – linha 421; **auguo**as – linha 132; agu**o**ra – linha 385, 458; caregu**ar** – linha 409; **beis** – linha 446\*; cargu**o** – linha 22; carregu**ara** – linha 433; castigu**ados** – linha 83, 545; castigu**ando** – linha 274; castigu**ar** – linha 90; castigu**ardes** – linha 611; castigu**o** – linha 94; cer**qua** – linha 29, 37, 39, 40, 87, 121, 150; chegu**ada** – linha 50; chegu**ando** – linha 37; chegu**ará** – linha 155; chegu**ardes** – linha 48, 84, 627; cinqu**o** – linha 66, 72, 232; co**ando** – linha 433; compr**io** – linha 530, 531; convosqu**o** – linha 33; corregu**ar** – linha 405; \*cous**as** – linha 10, 52, 184, 612; \*coutend**as** – linha 587; \*couz**as** – linha 334, 349, 497, 587, 626, 642, 650, 656; \*cumpra**es** – linha 588; daçuqu**ares** – linha 184, 186, 189, 224; demaqu**ar** – linha 157; \*demenu**e** – linha 613; **Deos** – linha 255; descarregu**ar** – linha 410; digu**a** – linha 461; \*dous – linha 472; \*doutr**as** – linha 404; **ey**xecutarem linha 491; **ey**xemplo – linha 94; encargu**o** – linha 97; enguanozamente – linha 382; \*escaybare**m** – linha 365\*; faç**aes** – linha 602, 610, 620; folgu**arei** – linha 648; folgu**arem** – linha 207; imigu**os** – linha 103; legu**o**as – linha 65, 66, 154, 155; lingo**as** – linha 581; logu**ar** – linha 120, 553; logu**o** – linha 619, 628; longu**o** – 64; lugu**ar** – linha 8, 47, 126, 192, 277, 518, 538; lugu**ares** – linha 414; \*ma**es** – linha 574, 576, 582; \*meudamente – linha 586; \*move**o** – linha 349; negu**ociar** – linha 403; negu**ocios** – linha 275; obrigu**ação** – linha 177, 208, 230; obrigu**ações** – linha 166, 310;

obriguado – linha 201, 531; obriguados – linha 501; obriguarão – linha 190, 194; \*oficiaes – 513, 559, 652; pagar – 604; pagar – linha 346; pagarão – linha 164; paguos – linha 426; periguo – linha 35 ; \*posaes – linha 607; \*principaes – linha 543; \*quaes – linha 64, 84, 140, 163, 362; quaesquer – linha 184, 263, 269, 284, 593, 652; \*quoando – linha 272, 320, 336; \*quoanta – linha 225, 229; \*quoanto – linha 219; \*quarto – linha – 167; repairada – linha 87; repairar – linha 40 \*; resguate – linha 510; risco – linha 91; saire – linha 406; \*taes – linha 391, 559; \*tenhaes – linha 547; traguais – linha 618; \*viveo – linha 529.

Dando continuidade à discussão proposta em relação à letra **g**, observamos que a maior incidência de usos ocorre nos grupos **gu** e **qu**. Em primeiro lugar verificaremos o que a gramática quinhentista nos diz a respeito do grupo **gu**:

*G tem diferenças em seu serviço quando se ajunta às vogais, porque não pronunciamos ga, go, gu, como ge, gi, ca estes têm a prolação<sup>8</sup> de io, ij.*

*E pera ajuntarmos à lêtera g estas duas vogais: e, i com que faça a prolação de ga, go, gu, é necessária esta lêtera u, a esta modo: guerra, Guilherme, porque, como os latinos não podem dizer che, chi, senão mediante esta lêtera h, assi nós não podemos dizer que, qui, senão mediante u.*

*E porque muitos confundem a ortografia nestas duas sílabas ge, gi escrevendo ie, ij, e tomam ãas por outras, devemo-nos conformar pera boa ortografia com as dições latinas, porque casi tôdolos os nomes próprios se escrevem com I e as outras partes com g: Ierusalém, Ierimias, Ierónimo, Ieroboão.*

*E com g: gente, geada, genro, ginete, etc.*

Em outras palavras, devemos juntar a letra **u** à letra **g** somente diante das vogais **e** ou **i**, portanto, as palavras: *acheguas, aguardecerey, aguasalhada, aguasalhar, aguasalharão, alfundeguas, aguora, careguar, carguo, carreguara, castiguados, castiguando, castiguar, castiguardes, castiguo, cheguada, cheguando, chegará, cheguardes, correguar, descarregar, digua, encarguo, enguanozamente, folguarei, folguarem, imiguos, leguoas, loguar, loguo, longuo, luguar, luguares, negociar, negocios, obriguação, obriguações, obriguado, obriguados, obriguarão, pagar, pagar, pagarão, paguos, periguo, resguate, traguais* divergem da norma estabelecida

<sup>8</sup> Prolação: ato ou efeito de pronunciar, articulação

na gramática quinhentista, mas que, considerando-se o princípio da imanência, tal uso pode ser explicado por meio do fenômeno da ditongação muito comum naquela época.

A explicação acima também é pertinente nas palavras: *agouas*, *auguoas*, *eyxecutarem*, *eyxemplo*, *repairada*, *repairar* e *saire*.

Todos os nomes que não são próprios deveriam ser escritos com a letra **g** e cita-nos como exemplo a palavra *gente*. No entanto, diversas vezes, encontramos esta palavra escrita com **j** respectivamente nas linhas: 17, 33, 34, 35, 42, 52, 61, 73, 91, 98, 107, 109, 149, 151, 257, 264, 268, 269, 280, 286, 290, 326, 327, 350, 526. Em contrapartida, encontramos *gente* com **g** nas linhas: 547, 571.

Identificamos, também, as seguintes palavras que deveriam estar grafadas com a letra **g**:

*jentios*—linha 31, 76, 85, 111, 114, 117, 250, 257, 323, 325, 330, 335, 381, 384, 389, 391, 440, 456 sendo que somente nas linhas 609, 634, 640, 644 encontramos esta palavra grafada com **g**.

*enjenhos* – linha 304, 315, 326, 328, 475

*enjenho* – linha 329, 332

As palavras listadas acima, também caracterizam a língua em uso no século XVI, pois, levando-se em conta o princípio de imanência, observamos que era comum naquele século, o emprego de **j** por **g** e mais raramente de **g** por **j**, conforme atestam os exemplos acima.

Na linha 251 identificamos um nome próprio, *Jorge de Figueiredo*, que, segundo a gramática quinhentista de João de Barros deveria ser grafado *Iorge de Figueiredo*. No entanto, apresenta-se adequado às normas ortográficas atuais.

Quanto ao **h**, se, por um lado está incluído como letra no interior do alfabeto, a verdade é que o poder que detém não se identifica com o poder das outras letras: só lhes é semelhante em “figula” a definição de letra comum aos doutrinadores da época engendra um debate íntimo acerca da consideração de **h** como letra. É, pois, letra imperfeita, visto que não tem “voz” e não se pronuncia por si só. Para João de Barros:

*Esta figura h, os latinos não lhe chamam lêtera, mas aspiração, por servir em tôdalas as sílabas aspiradas, o qual officio tem acerca de nós, como nestas dições: há, que é interjeição de rir, e há ah! Que é de compreender em algum erro e de conceder que está ãa cousa bem feita. E assi nestes e em outros nomes: herdade, homem, humanidade.*

*Tem outro ofício acerca de nós, que com cada ãa das três lêteras vogais faz três sílabas, que são próprias da nossa linguagem, a este modo: cha, lha, nha.*

O gramático quinhentista também postula que a letra **h** é diacrítica, mas nem por isso deve ser abolida do número de letras do alfabeto.

Celso Cunha, em sua gramática, também postula que esta letra não corresponde a nenhum som, que deve ser usada no início de certas palavras que o possuíam de origem, no fim de algumas interjeições, no interior de palavras compostas, em que o segundo elemento, iniciado por h, une-se ao primeiro por meio de hífen e também nos dígrafos **ch**, **lh** e **nh**.

Considerando o princípio de imanência, verificamos, no Regimento, que o emprego da letra **h** diverge das normas estabelecidas por João de Barros e, é por diversas vezes arbitrário, caracterizando a língua portuguesa em uso no século XVI. Observamos os seguintes empregos da letra **h** no documento analisado:

- O não emprego no verbo haver, com exceção da terceira pessoa do presente do indicativo que é sempre **há**.

### **Verbo haver**

linha 23, 199, 275 – *aveis* > 2ª p.p. presente do indicativo > haveis

linha 46, 63, 155, 514, 555 – *aver* > infinitivo impessoal > haver

linha 47, 577, 595 – *ouver* > 3ª p.s. futuro simples do subjuntivo > houver

linha 104 – *ouverdes* > 2ª p.p. futuro simples do subjuntivo > houverdes

linha 174, 620 – *aade* > 3ª p.s. presente do indicativo > há, no entanto, na linha 569 identificamos o verbo grafado adequadamente mas sem a devida acentuação > ha

linha 209, 316, 409, 410, 426, 476 – *amde* > 3ª p.p. presente do indicativo > hão

linha 324, 516 – *ouverem* > 3ª p.p. futuro simples do subjuntivo > houverem

linha 370, 497, 611 – *avendo* > gerúndio > havendo

linha 423 – *ajão* > 3ª p.p. afirmativo do modo imperativo > hajam

linha 509 – *averem* > 3ª p.p. infinitivo pessoal > haverem

linha 537 – *averá* > 3ª p.s. futuro do presente simples do indicativo > haverá

linha 614, – *avarei* > 1ª p.s. futuro do presente simples do indicativo > *haverei* que também caracteriza a alternância de vogal oral simples *e* > *a* fato comum na passagem do latim para o português.

linha 614 – *averei* > 1ª p.s. futuro do presente simples do indicativo > *haverei*.

Na linha 575, observamos este mesmo verbo grafado de acordo com a norma padrão.

Em contrapartida, o verbo *ser* era grafado com *h* na terceira pessoa do singular do presente do indicativo: linha 31, 214, 282, 291, 530, 618, 619 - *he*.

Aparece ainda nos artigos definidos e nos indefinidos: linha 62, 128, 137, 190, 292, 331, 368, 482, 492, 521, 540, 543, 549, 552, 645 – *hũa*; linha 8, 97 – *hũ*, além dos que citaremos no levantamento sobre o uso do *til*.

Também identificamos o uso da letra *h* nos seguintes advérbios: linha 94, 419, 423, 518, 539 – *dahy*; linha 128 – *ahy*; linha 533, 581, 592 – *honde*.

Outros empregos arbitrários da letra *h*: linha 146 – *farse-ha* – pronome oblíquo; linha 317 – *ho*  
linha 437, 543, 618 – *he* – conjunção.

Identificamos palavras com *h* original e que não foram grafadas adequadamente: linha 250 – *abitão*, linha 361 – *onestamente*, linha 363 – *onestos*.

As letras que compõem o alfabeto português, proposto no século XVI, são as seguintes: *á a b c ç d é e f g h l i y m n ó o p q R r S s t V u x z. ch, lh, nh*. Estas letras se dividem em vogais e consoantes.

No que se refere às vogais, observamos que havia, desde a época do galego-português, grande variedade de hiatos, como podemos observar nas palavras destacadas do Regimento nas seguintes linhas: Linha 5, 351, 618, 641 – *fée*; Linha 16, 388 – *váa*; Linha 64, 156, 220, 252, 372, 385, 463 – *atée*; Linha 66 – *piraçuu*; Linha 161,166 – *aas*; Linha 163, 174, 178, 294 – *aade*; Linha 164 – *soomente*; Linha 169, 171 – *poderaa*; Linha 187, 201, 240, 255 – *seraa*; Linha 199 – *aalem*; Linha 222, 259, 262, 484, 487 – *aa*; Linha 241, 389, 404, 555 – *maar*; Linha 264, 297 – *teraa*; Linha 268 – *peraacuy*; Linha 293, 338, 367, 371, 375, 488, 494, 502, 511 – *moor*; Linha 371 – *sendoo*; Linha 442, 473, 478, 481 – *beestas*; Linha 443, 504, 507, 514 – *paau*; Linha 452 – *penaa*; Linha 493 – *faraa*; Linha 494 – *enviaraa*; Linha 545 – *laa*; Linha 581 – *aapartes*; Linha 612 – *attegora*; Linha 649 – *sobeerdes*, considerando o princípio de imanência, podemos dizer que essa variedade de hiatos é resultante da queda de consoantes intervocálicas nas palavras latinas, em especial, nas letras *aa, ee, oo*.

Um outro aspecto importante a ressaltar é a respeito do uso do *til* (~). Este sinal deveria ser uma equivalência tipográfica de *m* ou *n*, sendo mantido apenas em ditongos e

na vogal nasal final acentuada. No entanto, levando-se em conta o princípio de imanência verificamos, no Regimento, que o emprego desse sinal era arbitrário, bem como a falta do seu emprego onde deveria ser utilizado. O levantamento abaixo atesta nossa afirmação e nos mostra as características da língua portuguesa em uso no século XVI:

- Palavras que deveriam estar grafadas com o *til*

linha 7,16,225,458 – *hua*; linha 322, 484 – *hu*; linha 342, 380, 404 – *huas*; linha 507 – *algua*; linha 522 – *algus*

Vale lembrar que observamos o uso do *til* em equivalência com as letras *m* e *n* apenas em artigos e pronomes, com exceção de: linha 63 – *homês* > uso do circunflêxo no lugar do *til*, linha 296 - *homês* > João de Barros cita o exemplo do plural deste substantivo como *hómens*<sup>9</sup>.

Atualmente, o *til* (~) é empregado sobre o *a* e o *o* para indicar a nasalidade dessas vogais.

Em relação à letra *m*, a gramática quinhentista diz-nos que em todas as sílabas cuja letra final é *m*, pode ser utilizado em seu lugar o *til*, mas o uso do *til* deve ser obrigatório, quando a próxima letra for uma vogal: *cõ éstas* e não *com éstas*, pois dessa forma parece ser *come éstas*; a letra *m* deve ser usada antes de *p* e *b* da mesma forma que os latinos usam e, deve ser dobrada em algumas pronúncias, como por exemplo: *grammática*, *immortál*; no entanto, não nos dá regras mais específicas acerca desse uso. Considerando o princípio de imanência, as palavras abaixo, identificadas no Regimento, caracterizam, também, a língua portuguesa em uso no século XVI.

- uso de *m* antes de outra letra que não fosse *p* ou *b*

linha 11 – *emformado*; linha 18 – *confiança*; linha 113 – *emquanto*; linha 124 – *emcomendo*; linha 232 – *cimquo*; linha 319 *stam*; linha – 576 *sertam*; linha 654 – *emdiferente* ; linha 658 – *emviardes*.

A explicação acima também é pertinente no que se refere à letra *n*, a gramática de João de Barros postula que essa letra é usada no início e no final da sílaba e nunca em fim da pronúncia, em seu lugar pode se utilizar o *til* (~) e, às vezes, a letra *n* tem que ser dobrada em algumas pronúncias, mas, também neste caso a gramática não específica em quais pronúncias devemos dobrá-la, cita apenas como exemplo a palavra *anno*.

---

<sup>9</sup> página 309

Identificamos no Regimento as seguintes palavras: linha 71 – *ano* e na linha 190 – *hun* que caracterizam a língua em uso no século XVI.

O Regimento traz, ainda, palavras com consoantes dobradas, contrariando a orientação gramatical de que não se deve escrever palavras com consoantes ociosas. Levando-se em conta o princípio de imanência, observamos no Regimento que as palavras *alldêas* – linhas – 325, 327; *allfandeguas* – linha – 421; *allgũ* – linhas – 185, 272, 341, 357, 413; *allgũs* – linhas – 142, 177, 240, 296, 333, 344, 390, 555, 578, 608; *allgũa(s)* – linhas – 211, 261, 334, 388, 379, 395, 412, 444, 496, 547, 551, 604, 605, 649; *allgum* – linha – 164; *allguns* – linha – 590; *allhũas* – linha – 144; *allmoxarife* – linha – 434; *brazill* – linhas – 3, 21, 80, 136, 368, 379, 413, 427, 441, 449, 466, 475, 480, 521, 591; *especiall* – linha – 354; *lla* – linha – 591; *llo* – linha – 581; *naturall* – linha – 397; *sollhada* – linha – 528; *tall* – linhas – 526, 528, apresentam o *l* inicial, medial ou final, freqüentemente duplicado naquela época. Nas palavras *aquella* – linha 93; *nella* – linha 105 – a gramática quinhentista postula que a letra *l* deve ser dobrada, quando estiver entre duas vogais podendo-se dessa forma justificar esse uso, por outro lado identificamos, no Regimento, várias palavras em que a letra *l* deveria ter sido dobrada e que a exemplo da ortografia atual não foram dessa forma grafadas.

*abilitados* – linha – 593; *aquela(s)* – linhas – 19, 170, 173, 189, 205; *calidade* – linhas – 19, 128, 134, 278, 346, 364, 388, 440, 625; *capitolo(s)* – linhas – 180, 198, 312, 331, 399, 481, 495, 540, 608, 610; *caravelões* – linha – 379; *cavaleiro* – linha – 600; *dela(s)* – linhas – 40, 134, 135, 201, 236, 293, 350, 401, 459, 484, 492, 496, 522, 534, 540, 615, 656; *dele(s)* – linhas – 6, 63, 93, 113, 115, 245, 315; *deligencia(s)* – linhas – 20, 242, 408, 492, 498, 502; *ela(s)* – linhas – 153, 174, 261, 442, 456, 544, 621; *ele(s)* – linhas – 96, 263, 325, 355, 394, 495, 525, 549, 615, 619, 622; *faleceram* – linha 486; *fortaleza* – linhas – 7, 22, 23, 47, 122, 135, 137, 144, 145, 148, 300, 465; *nela(s)* – linhas – 14, 29, 40, 58, 149, 222, 226, 237, 263, 295, 466, 480, 490, 627, 629, 633, 652; *nele(s)* – linhas – 38, 497, 505, 642; *peleja* – linha 63; *pela* – linhas – 179, 337; *pelo* – linhas – 65, 259; *pola(s)* – linhas – 14, 18, 44, 205, 218, 436, 452, 616; *polo(s)* – linhas – 81, 497; *posibilidade* – linhas – 186, 217; *posybilidade* – linha – 171; *treladar* – linha – 313, 400; *treladará* – linha – 180; *trelado* – linha – 627; *valer* – linha – 508; *valia* – linha – 486; *valos* – linha – 41; *vasalagem* – linha – 96; *vasalo(s)* – linha – 30; *velas* – linha – 571; *vila(s)* – linhas – 316, 318, 321 e finalmente,

*todallas* – linha 421 – ocorre neste caso uma epêntesis<sup>10</sup>, provavelmente o autor do Regimento recaiu na regra que se deve dobrar o *l* quando está posto entre duas vogais.

Além das palavras com o *l* duplicado, encontramos as seguintes palavras com consoantes ociosas: *aparelho* – linha – 68; *atteeqora* – linha – 612; *captivos* – linhas – 399, 447; *conthen* – linha 610; *escripto* – linha – 50; *ffareis* – linha – 112; *ffaser-se* – linha – 126,145,275,389 ; *ffez* – linha – 588; *ffazenda* – linhas- 430, 594; *ffeito* – linha – 385; *ffidalgo* – linha – 1; *ffieis* – linha – 115; *ffor* – linha 533; *fforal* – linha 166, 503 ; *ffordes* – linha – 568; *ffortaleza* – linha – 137; *notefficação* – linha – 59; *parecers* – linha 322; *occupação* – linha – 64; *officiaes* – linha 245, 352, 360, 369; *sancto* – linha – 281. Todas essas palavras com consoantes dobradas caracterizam a língua em uso no século XVI.

A gramática de João de Barros postula, também, que todas as nossas pronúncias e sílabas devem acabar em vogais ou em *l, m, n, r, s, z*. Embora os exemplos já tenham sido listados resolvemos repeti-los, porque todos os vocábulos identificados transgridem a regra prescrita pela gramática quinhentista no que se refere à letra *l*, quando postula que esta letra somente será dobrada entre duas vogais e de acordo com a explicação acima, tais usos também caracterizam a língua portuguesa em uso no século XVI embora, de acordo com a ortografia contemporânea não se prescreve tal norma. São eles: *brazill* – linhas – 3, 21, 80, 136, 368, 379, 413, 427, 441, 449, 466, 475, 480, 521, 591; *especiall* – linha – 354; *forall* – linha – 503 *naturall* – linha – 397; *tall* – linhas – 526, 528.

No que se refere à separação silábica, identificamos na linha 258 a palavra *povo-ar* separada inadequadamente. E, as palavras *todo-los* – linha 26 e *todo los* – linha 252 que fogem as orientações da figura denominada epêntesis.

Casos em que deveriam ocorrer epêntesis: *todos os* – linhas – 329,355; *todas as* – linha - 400 e *todo o* – linha – 583.

Em relação à letra *r*, identificadas no Regimento nas palavras *amarar* no sentido de *amarrar* – linha – 132 e *mora* no sentido de *morra* – linha – 446, levando-se em conta o princípio de imanência podemos dizer que o *r* simples podia e era usado com valor de *r* duplo, tal uso caracteriza a língua portuguesa em uso no século XVI. Por outro lado, a gramática de João de Barros prescreve o uso da letra *r* da mesma forma que as gramáticas contemporâneas.

<sup>10</sup> Epêntesis: quer dizer interposição entre letra ou sílaba na pronúncia, no caso da palavra tôdolos, em lugar do *s* se põe *l*, pois arrebatada a sílaba final *os*. João de Barros é categorico ao afirmar que deve ser grafada com apenas um *l* e não com dois.pg.48

Já a letra *s* poderia ser usada no início, no meio e no final das palavras, a maior parte em que antes e depois de si tivesse uma vogal, seria dobrado, além do modo subjuntivo de todos os verbos. Considerando o princípio de imanência, as palavras *asentar* – linhas – 121, 517; *asentardes* – linhas – 265, 287, 565; *asentareis* – linhas – 270, 300; *asenteis* – linha – 360; *asentir* – linha – 360; *asento(s)* – linhas 13, 16, 304, 583; *asinado* – linha – 628; *asy* – linhas – 13, 22, 42, 44, 47, 71, 79, 82, 91, 107, 120, 135, 142, 168, 173, 178, 194, 197, 212, 256, 294, 300, 311, 314, 321, 324, 332, 362, 366, 373, 401, 405, 432, 445, 460, 514, 532, 583, 594, 601, 646; *convertese* – linha – 351; *desa* – linha – 256; *devasa* – linha – 449; *diso* – linhas – 116, 285, 316, 345; *esa(s)* – linhas – 237, 612; *iso* – linha – 16, 20, 88, 189, 265, 573, 279, 341, 353, 383, 531, 550, 573, 657; *necesario(a)(s)* – linhas – 53, 244, 291, 422, 432, 472, 477, 579; *necesidade* – linhas – 333, 526, 595; *niso* – linhas – 230, 523, 566, 672; *noso(a)* – linhas – 130, 165, 351, 438, 641; *pasado* – linha – 484; *pação* – linha – 521 ; *pasar* – linha – 539; *pasará* – linha – 531; *pasarão* – linhas – 209, 607; *pasareis* – linha – 150; *paseis* – linha – 601; *pesoa(s)* – linhas – 140, 161, 162, 172, 190, 196, 211, 217, 225, 229, 234, 235, 236, 259, 262, 278, 285, 301, 307, 331, 337, 340, 358, 379, 387, 395, 405, 412, 417, 439, 445, 489, 496, 501, 504, 506, 512, 513, 520, 523, 528, 529, 530, 532, 550, 552, 559, 580, 596, 598, 604, 624, 632, 652, 656; *posa* (possa) – linhas – 116, 127, 158, 232, 432; *posão* (possão) – linhas – 114, 271, 307, 320, 323, 514, 640; *pose* (posse) – linhas – 37,39; *posue* – linha – 61; *tresparar* – linha – 308; *vasalos* – linha – 30; *voso (a)* – linhas – 25, 35, 141, 227, 266, 277, 279, 338, 390, 552, 566, 657 observamos que o *s* forte com o som de *ss* podia aparecer no início ou no interior da palavra, sem reduplicação. Atualmente, essas palavras devem ser grafadas com *ss*.

Outra característica da língua portuguesa em uso no século XVI se faz presente nas palavras: *prezentes* – linha – 173; *quizeram* – linhas – 175, 324, 524; *auzentes* – linhas – 177, 213; *caza* – linha – 191; *mezes* – linha – 203; *couzas* – linhas – 334, 455, 496, 586, 592; *auzencia* – linha 348; *provizões* – linha – 370; *enguanozamente* – linha – 383; *cauza* – linhas – 385, 601, 612; *acuzar* – linhas – 447, 487, 536; *cazo* – linha – 451; *tizouras* – linha 455; *tezouras* – linha – 462; *defeza* – linha 463; *provizão* – linhas – 549, 601; *despezas* – linha – 564; *despozição* – linha – 577; *couza(s)* linhas – 334, 455, 496, 586, 592, 595, 641, 649, 655; *portuguezes* – linha 647 que, considerando-se o princípio de imanência, as palavras acima listadas, de acordo com a ortografia atual, deveriam ser grafadas com *s* não o eram porque havia um fenômeno fonético e fonológico que influía diretamente na

ortografia das palavras. Havia distinção na pronúncia do *s* intervocálico e *z*, *ss* e *ç*, *ch* e *x*, por exemplo, a diferença entre *coser* e *cozer* se faz na pronúncia de *z* que soaria /dz/.

O mesmo aplica-se nas palavras *fasão* (façam) – linha – 502; *pesão* (peçam) – linha – 525; *faser* – linha – 553 grafadas com *s* indevidamente, nesse caso, o *ç* soaria /ts/.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos esta dissertação, acreditamos estudar a língua portuguesa em uso no século XVI, no que se refere às marcas histórico-lingüísticas presentes no Regimento de Tomé de Souza, produzido na corte de Dom João III e de sua designação como a primeira constituição do Brasil.

No decorrer desta pesquisa, o enfoque historiográfico dado representou-nos a possibilidade de constante reflexão sobre os fatos histórico-lingüísticos sempre sob novos pontos de vista. Adotamos os pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia Lingüística por considerá-la com um duplo ponto de vista, uma vez que pretende descrever e explicar o saber lingüístico, tomando o documento escrito, lugar onde não somente se organiza e enquadra um modo de compreensão da realidade, mas também se estende ao território do contexto intelectual, espaço extralingüístico onde se pode chegar ao conhecimento do histórico e do social.

Para que os objetivos formulados nesta pesquisa se concretizassem, contemplamos o Regimento com um olhar particular, inserindo-o em um contexto determinado de produção. No processo de análise, observamos que os aspectos políticos, sociais e culturais revelam, no interior do documento, marcas históricas e, a partir de elementos lingüísticos imanentes tais como a ortografia, depreendemos a relação entre dimensões externas e internas, que nos permitiram esse modo particular de tratar o Regimento.

O fato de termos tomado a língua como historicamente constituída impulsionou-nos a delimitá-la ao Regimento de Tomé de Souza que, para nossa pesquisa surge como um documento revelador de determinada época. Por meio dele, pudemos perceber as transformações histórico-lingüísticas ocorridas no contexto em que foi produzido, o documento.

Os descobrimentos marítimos realizados pelos portugueses, desde os princípios do século XV, não conseguiram abalar a vitalidade da língua tradicional. Não há dúvida, portanto, de que as transformações por que passou a língua portuguesa nesta época estão ligadas à revolução social, econômica, artística e literária.

O ensino das línguas grega e latina praticado no século XVI desenvolveu um conhecimento teórico das línguas antigas, criando condições favoráveis ao surgimento das primeiras gramáticas e dos primeiros dicionários da língua portuguesa.

Foi A gramática de la Lengua Castelhana de Antonio de Nebrija (1492) e as grandes navegações marítimas que impulsionaram a elaboração de gramáticas de língua portuguesa. Fernão de Oliveira, em 1536, com a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, em seguida, no ano de 1540, a gramática de João de Barros.

No entanto, o período em questão não está caracterizado de maneira uniforme pelos estudiosos e, embora seja de conhecimento geral que configure como um período fundamental para a Língua Portuguesa, não se pode pensar que se trata de um tempo homogêneo lingüisticamente.

Nossa intenção não é que se esgote o assunto, muito pelo contrário, a pesquisa mostrou-nos o quanto o tema estudado se abre para outras perspectivas de continuidade. Procuramos enfatizar que o documento Regimento é caracterizado por marcas histórico-lingüísticas. Essa caracterização dá-se porque a língua em seu caráter social, político e histórico, em termos de usos e de mudanças, não é mais considerada resultante do acaso, da ignorância, mas como algo marcado por fortes tensões, uma vez que as línguas mudam constantemente em função de sua própria necessidade de existência e da necessidade que os falantes têm de comunicarem-se.

Analisar o Regimento é trabalho esclarecedor, tanto pelo que dispõe, como pelo que revela de conhecimentos que o Rei possuía da Nova Terra. Verificamos que por todo seu escrito ressaltam-se suas preocupações em resguardar a posse e povoação das terras brasileiras, além, é claro, de converter os gentios à fé católica.

A conversão dos naturais da terra deveria ser preocupação constante do Governador; no entanto, ele não disporia de todos os meios necessários para tal encargo. Não foi ao acaso que, em sua expedição, incluía a ida de padres e catequistas para tratar das coisas do espírito, afinal era *muito a serviço de Deus e meu* que a gente da terra se convertesse à santa fé católica.

Chefiava essa missão o padre Manuel da Nóbrega, cujos braços para tal mister não eram demais. As contingências seriam inúmeras, mas o Deus que eles pregavam e ensinavam, era o seu braço direito na sementeira empreitada e, a fé o ponto de apoio da coragem que se fazia necessária.

Acentuamos que a missão, que Manoel da Nóbrega chefiava, vinha para catequizar os índios e prestar à colônia os serviços da religião e bons costumes praticamente abandonados. No entanto, vale ressaltar o que a missão representou para as escolas, para as

aldeias, para a liberdade dos índios, para o magistério, enfim para todas as atividades. Lembramos que uma das disposições, para se chegar ao aborígene seria exatamente aprender a língua deles. Acreditamos que seja essa a maior ação dos jesuítas, visto que é pela língua que se haveria de chegar à catequese, às aldeias, às missões etc, mas, pensamos que foi pela língua que se chegou mesmo ao Brasil.

Percebemos que a importância da língua, para a tarefa dos jesuítas, foi instituída pelo padre Manoel da Nóbrega, desde os primeiros momentos, parecendo-nos que seria a solução de inúmeros problemas, principalmente, o meio pelo qual diminuiria a desconfiança dos aborígenes, que se revoltaram desde os primeiros contatos com os colonos mal preparados, ambiciosos e também muito violentos.

Usando o Tupi-guarani, a fala dos naturais, como instrumento de comunicação, os padres que vieram com Tomé de Souza, colocaram, por assim dizer, a primeira pedra para a construção do Brasil. Os padres da Companhia de Jesus, dando-se ao trabalho de entender a língua deles e expressando-se nela, conquistaram a confiança dos aborígenes, o que nos faz concluir que para o indígena, todo aquele que sua língua falar pode ser visto com bons olhos, ou seja, inimigo não o é.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M.de S. *Metalinguagem e Identidade Lingüística Brasileira na Sátira de Oswald de Andrade*. Tese de doutorado. PUC/SP: 2003.
- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa Lingüística no Brasil (1968 – 1988)*. São Paulo: Humanitas,1998.
- AMEAL, João. *História de Portugal*. Porto: livraria Tavares Martins, 1949.
- BARROS, João. *Gramática da Língua Portuguesa*. 3a edição Organizada por José Pedro Machado.
- BARBOSA, João Morais. *A Teoria Política de Álvaro Pais*. Lisboa: Separata do <<Boletim do Ministério da justiça>> números 211,212 e 213, 1972.
- BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. *Contribuição à História da Gramática Portuguesa: o século XVI*. Dissertação de Mestrado.PUC/SP: 1981.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalho. *Historiografia da Língua Portuguesa*.Lisboa: Costa, 1984
- BURKE, Peter & PORTES, Roy (orgs.). *História Social da Linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da Lingüística*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- \_\_\_\_\_ *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- CAMINHA, Pero Vaz. Carta do achamento do Brasil In: *Os sete únicos documentos de 1500*. Lisboa, s/d.
- CARR, Edward H. *O que é História?* 4a edição, São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- CASTILHO, Ataliba T. (org.). *Gramática do Português Falado. As abordagens*. Vol.III Campinas: UNICAMP, 1998a.
- \_\_\_\_\_ (org.). *Para História do Português Brasileiro*. Vol. I, São Paulo: EDUSP, 1998b.
- CAVALIERE, Ricardo. *Morfologia e Sintaxe na Gramática Brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. São Paulo: Forense, 2000.

- CHANDEIGNE, M (org) *Lisboa Ultramarina – 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- COSERIU, Eugênio. *Sincronia, Diacronia e História*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca, Mauro Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, São Paulo: Edusp, 1979.
- COSTA, Célio Juvenal. *A racionalidade Jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: O Império Português 1540 – 1599. Dissertação de Doutorado*. Universidade Metodista de Piracicaba.
- COUTINHO, Ismael Lima. *Pontos da Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- CRUZ, Maria Leonor Garcia da. *A governança de D. João III: a fazenda real e os seus vedores*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001.
- CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. São Paulo: Ática, 1985.
- FALCON, Francisco. *História Cultural*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.
- GALVES, Charlotte Maria. *Ensaio sobre gramática do Português*. Campinas: Pontes 2000.
- FERREIRA, Joaquim. *História de Portugal*. Porto: Editorial Domingos Barreira, s/d.
- FLEIUSS, Max. *Apostilas de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa/Nacional, 1933.
- FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 9ª edição Tomo I, s/d.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. Livraria civilização. Porto, 1956.
- GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil – 1500 – 1810*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo: Difel, 1977.
- GOLDFARB, Ana Maria Alfonso. *História da Ciência*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. TOMO I- A Época Colonial – DO descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- IGLESIAS, Francisco. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1989.
- \_\_\_\_\_ *Trajectoria Política do Brasil*. São Paulo: Schwarcz, 1993.

\_\_\_\_\_ *Trajectoria Política do Brasil-1500 – 1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KOERNER, Konrad. *Questões que persistem em Historiografia Lingüística*. Revista da ANPOLL, número 2, p 45-70, 1996.

KUHN, Thomas. *Estrutura das Revoluções Científicas*. 6a edição, São Paulo: Perspectiva, 2001.

LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. 8o ed., Paris, 1960.

LE Goff, Jacques et alii. *A nova História*. Lisboa: Edições 70, 1983.

\_\_\_\_\_ *História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1994*.

LOBO,R.Haddock. *História Econômica e Administrativa do Brasil*. São Paulo: Nacional/Melhoramentos, 1961.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1972.

MELO, Gladstone Chaves de. *A Língua do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

MENDES, José M. Amado. *A História como ciência*. 3a ed. Portugal: Coimbra, 1993.

MENEZES, Djacir. *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. São Paulo: MEC, 1956.

MOURA,Gerson. *História de uma História*. São Paulo: Edusp, 1995.

MOTA, Carlos Eduardo da. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *Bases teórico-metodológicas da historiografia lingüística*. SP: Mimeografado, 2002.

NOVAES, Adauto (org). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa : Nacinal/Casa da Moeda, 1975.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é lingüística*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIVA, Dulce de Faria. *História da Língua Portuguesa II. Século XV e meados do século XVI*. São Paulo: Ática, 1988.

PAUL, Hermann. *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Lisboa: Gulbenkian, 1970.

PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos*. São Paulo: EDUSP, 1978.

- \_\_\_\_\_ *A Língua Escrita no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- 1o REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUZA NO BRASIL.
- REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*. São Paulo: Ática, 1994.
- RIBEIRO, Darci. *O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.
- SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na geografia nacional*. São Paulo, 1901.
- SANCEAU, Elaine. *Capitães do Brasil*. Porto: Livraria civilização, 1956.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura*. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. 12a ed. São Paulo: Cultrix, s/d.
- SILVA, Alberto. *A cidade de Tomé de Sousa*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1943.
- SCHILIEBEN-LANGE, Brigitte. *História da Linguagem e da Lingüística*. Campinas: Pontes, 1993.
- SIDOU.J.M.Othon. *Dicionário jurídico Academia Brasileira de Letras*. 5a edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- SILVA NETO, Serafim da. *Capítulos de História da Língua Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Nova Presença, s/d.
- \_\_\_\_\_ *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950.
- \_\_\_\_\_ *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença. 1957.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro. *O príncipe ideal no século XVI e a Obra de D. Jerônimo Osório*. Coimbra: Instituto Nacional da Investigação Científica, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- SPINA, Segismundo. *História da Língua Portuguesa III. Segunda Metade do século XVI e século XVII*. São Paulo: Ática, 1987.
- SWGERS, Pierre. *Histoire et Historiographie de l'enseignement du français: modèles, objets et analyses. Études de Linguistique Appliquée*. Daniel Coste (ed) n. 78, 1990.
- TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *História administrativa do Brasil: A política administrativa de D. João III*. Brasília DP: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- TEIXEIRA, Francisco M. & TOTINI, Maria Elizabeth. *História Econômica e Administrativa do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.

TEYSSIER, Paul. O século glorioso. In: CHANDEIGNE, Michel (org.). *Lisboa Ultramarina 1415 – 1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_ *Historia da Língua Portuguesa*. Tradução de Celso Cunha 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil 1500-1640*. São Paulo: Loyola, 1982.

VALENTE, José Augusto Vaz. Língua – Instrumento de Colonização. Separata da revista de história número 71 volume XXXV – 1967.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo & outros. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 2003.

WOOD, A.J.R.Russell. *Um mundo em movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés/Portugal: Difel, 1998.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1971.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)